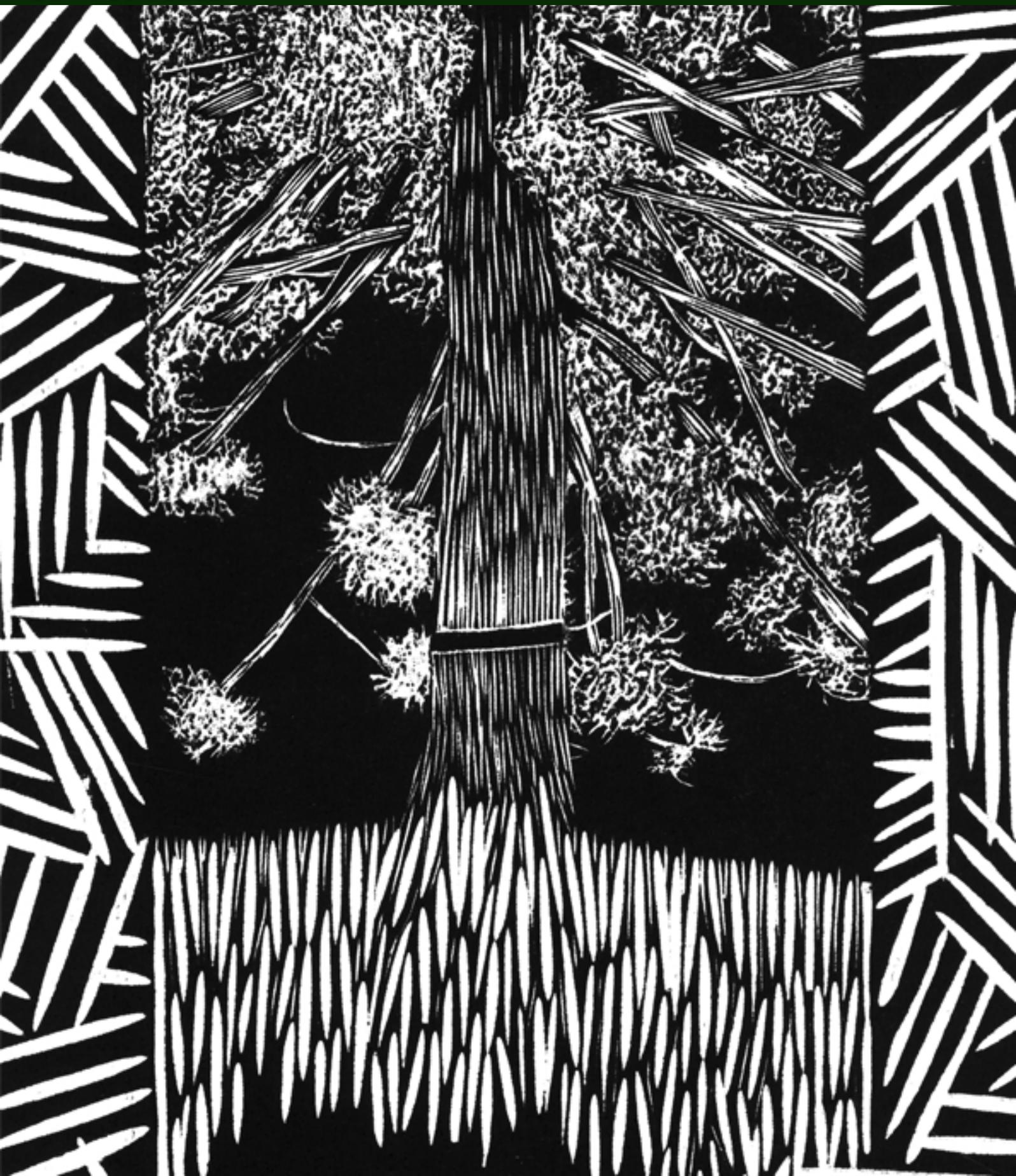




SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 11. n. 1, 2017

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na sessão Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado catarinense.

Sobre a capa:

Finado Pinheiro, Xilogravura, 42x30cm, 1 de 26. 2014. Xilogravura da coleção "Bátégas no Campo" criada a partir de interação fotográfica com a paisagem natural e cultural em Campo Belo do Sul/SC. A partir desta foto criou-se a matriz entalhada em MDF acrescida de um grafismo inspirado nas cestarias Kamé Kaingang. A cena de Finado Pinheiro traz uma interrupção na forma-tronco, em menção a exploração massiva da madeira da *Araucaria angustifolia* e em opção ao romantismo pictórico para com a imagem do Pinheiro Brasileiro. Esta obra integra o acervo de Ogalerista.com e do projeto Armazém.

Sebastião G. Branco - Mestrado na linha de Teoria e História das Artes Visuais PPGAV-UDESC (2017-19). Aluno de Gravura na oficina da FCC (desde 2014). Professor no projeto Residência Agrária Jovem (2016). Exposições individuais: "Reles chão" Fundação Cultural de Lages (2016). "Bátégas no Campo" na Fundação Cultural de Lages (2014). "Interagência" no Museu Malinverni Fº (2013). Exposições coletivas: Interior (2017), Acervo Casa da Xilogravura (2017), MOSQ (2015-16), Prêmio Aliança Francesa de Arte Contemporânea (2015-16), Cenas Urbanas 2 (2015), Projeto Armazém 5ª a 13ª (2014-17).

Contato: sebastiaogaudencio@gmail.com Fone: (48) 988246207.

Correspondência

Revista Santa Catarina em História

Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário – Trindade

CEP 88040-970 Florianópolis SC Brasil

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017

v. 11, n.1, pp. 134. ISSN 1984-3968

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Josiély Koerich

4-6

ARTIGOS

As transformações de uma cidade: a ‘vilota rude’ que se tornou ‘Administração Municipal Modelo’ – o caso de Lages/SC

Fabiano Garcia

8-33

A indústria madeireira em Anita Garibaldi (SC): por uma perspectiva econômica e crítica da História Ambiental

Gil Karlos Ferri, Samira Peruchi Moretto

34-52

Novos termos de um velho debate: a industrialização do Vale do Itajaí na historiografia e na economia política catarinense

Bruno Mandelli

53-67

Narrando conflitos, construindo uma guerra: a primeira guerra mundial no jornal *O Estado* (1915-1917)

Igor Lemos Moreira

68-87

ESTUDOS

Oligarquias em disputa: Ramos x Konder

Adriano de Campos

89-97



Laguna: uma perspectiva histórica e patrimonial

Maria Vitória Vieira Capote Gonzaga

98-107

Espiritualidade e tradição: a perspectiva ético-religiosa dos japoneses presentes em Santa Catarina entre a década de 1960 e 1970

Guilherme José da Silva

108-117

Mulher, corpo e autoconhecimento: representações da mulher na Dança do Ventre entre acadêmicas da UFSC

Gabrielle Goulart Beck

118-128

RESENHAS

O Vale do Itajaí na obra literária: O vale do fim do mundo de Sándor Lénárd

Natan Mario Krutzsch

130-134



Editorial

Fernanda Arno

Josiély Köerich

A Revista Santa Catarina em História, em mais essa edição, busca dar continuidade a proposta de inserção de trabalhos de acadêmicas/os da disciplina de História de Santa Catarina ministrada nos cursos de História e Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como contemplar artigos, estudos e resenhas recebidos em fluxo contínuo. Com enfoques e abordagens da História do Tempo Presente e da História Oral, entre outras, a presente edição, composta por quatro artigos, quatro estudos e uma resenha, procura dar visibilidade a uma série de temáticas acerca da história de Santa Catarina.

Na sessão **Artigos**, o primeiro trabalho é de Fabiano Garcia, intitulado “As transformações de uma cidade: a ‘vilota rude’ que se tornou ‘Administração Municipal Modelo’ - o caso de Lages/SC”. Nele, a partir das possíveis correlações entre a intensa exploração econômica da madeira, o processo de urbanização e a recomposição da política local, o autor aborda uma série de transformações ocorridas na área urbana de Lages, município do planalto catarinense, buscando compreender o contexto dos projetos populares participativos formulados e executados na década de 1970 e que levaram esta cidade a ser conhecida como ‘administração municipal modelo’. Na construção do texto, o autor procura mostrar ainda que as transformações ocorridas na cidade sintetizam desdobramentos importantes a nível local, porém que elas não podem ser entendidas sem a compreensão de fenômenos cuja escala ultrapassa os limites locais e regionais.

No artigo “A indústria madeireira em Anita Garibaldi (SC): por uma perspectiva econômica e crítica da História Ambiental”, Gil Karlos Ferri e Samira Peruchi Moretto procuram analisar os aspectos históricos e socioambientais da indústria madeireira no século XX em Anita Garibaldi, localizada na serra catarinense. Mobilizando várias e diversificadas fontes, analisadas sob o viés teórico-metodológico da História Ambiental, os autores intentam na urdidura de seu texto enfatizar que, conhecer os aspectos históricos da devastação da floresta de araucárias e espécies de lei nos permite reconhecer a necessidade e urgência de uma interação mais sustentável com a natureza.

Em “Novos termos de um velho debate: a industrialização do Vale do Itajaí na historiografia e na economia política catarinense”, Bruno Mandelli se propõe, por meio de uma abordagem bibliográfica, levantar quais as diferenças e semelhanças existentes entre as distintas perspectivas que se dedicaram à pesquisa da industrialização na região do Vale do

Itajaí. Fazendo ainda uma análise comparativa, o autor procura realçar que nas obras por ele estudadas foi possível perceber um aspecto que perpassa todas: a persistência do empreendedor teuto-brasileiro enquanto ator histórico da industrialização.

Por meio dos aportes teóricos da História do Tempo Presente e História dos Eventos, Igor Lemos, em seu artigo “Narrando conflitos, construindo uma guerra: a Primeira Guerra Mundial no jornal *O Estado* (1915-1917)”, discute alguns elementos que auxiliaram na construção da Primeira Guerra Mundial enquanto acontecimento pelo jornal *O Estado* entre os anos de 1915 e 1917 em Santa Catarina.

Na sessão **Estudos**, Adriano de Campos, com o texto intitulado “Oligarquias em disputa: Ramos x Konder”, analisa dois jornais do ano de 1934, o *Correio do Estado* e o *Cidade de Blumenau*, e perspectiva os conflitos ocorridos entre essas duas famílias e suas influências na política de Santa Catarina, ressaltando a questão do desmembramento da região de Blumenau na administração de Aristiliano Ramos enquanto uma forma de enfraquecer as regiões em que a oligarquia Konder estabelecia influência por meio do incentivo ao processo de industrialização.

Maria Vitória Vieira Capote Gonzaga apresenta o trabalho “Laguna: uma perspectiva histórica e patrimonial”. Contextualizando brevemente a história da cidade, e trazendo um pequeno ‘panorama’ acerca das relações entre memória, identidade, lugares de memória e patrimônio, a autora intenta compreender os dois processos de tombamento que ocorreram em Laguna pelo SPHAN (atualmente denominado IPHAN): o tombamento, em 1953, do Paço Municipal, e, posteriormente, do Centro da cidade, em 1985.

Perspectivando a tradição japonesa e os traços ético-religiosos presentes nesta cultura, Guilherme José da Silva no texto “Espiritualidade e tradição: a perspectiva ético-religiosa dos japoneses presentes em Santa Catarina entre a década de 1960 e 1970”, busca perceber o desenvolvimento cultural das colônias japonesas no estado, com enfoque nos núcleos de Curitiba e Itajaí, assim como de que maneira o xintoísmo se mostrou presente na vida destes imigrantes japoneses, seja através de ritos cotidianos, eventos ou ensinamentos por meio da tradição oral.

Ancorado na historiografia do Tempo Presente, o trabalho de Gabrielle Goulart Beck intitulado “Mulher, corpo e autoconhecimento: representações da mulher na Dança do Ventre entre acadêmicas da UFSC”, analisa as representações da mulher na Dança do Ventre, utilizando como fonte de pesquisa entrevistas realizadas em 2013 com quatro mulheres da comunidade acadêmica da UFSC, dentre profissionais, praticantes, ex-praticantes e não praticantes. Para isso, a autora tem como ponto de partida a trajetória desta dança no Brasil,

sua relação com o Orientalismo dos séculos XIX e XX e as relações da dança do ventre com a concepção de corpo.

Na sessão **Resenhas**, em “O Vale do Itajaí na obra literária: O vale do fim do mundo de Sándor Lénárd”, Natan Mario Krutzsch escreve sobre o livro “O vale do fim do mundo”, do médico, tradutor e romancista húngaro Sándor Lénárd. O livro foi publicado originalmente na língua húngara no ano de 1967 e traduzido para o português em 2013, e é composto de pouco mais de 200 páginas, contando com ilustrações próprio Lénárd. O autor traz suas impressões enquanto imigrante, onde são apresentadas questões que norteiam a formação de Dona Emma e do Vale do Itajaí, assim como a própria vida do autor.

A diversidade de temas e abordagens desta edição da Revista Santa Catarina em História é um convite para adentrar e conhecer outras histórias atinentes ao estado de Santa Catarina. A todas/os uma boa leitura.

As editoras.

ARTIGOS

As transformações de uma cidade: a ‘vilota rude’ que se tornou ‘Administração Municipal Modelo’ – o caso de Lages/SC

Fabiano Garcia¹

Universidade Federal de Santa Catarina

f.garcia7@hotmail.com

Resumo: Neste artigo investigo o contexto de formulação dos projetos populares participativos realizados em Lages/SC, em meados da década de 1970 e que levaram a cidade a ser conhecida como “administração municipal modelo”. Ao ser sede de uma experiência inovadora, com a gestão “Lages, a força do povo” (MDB), o município acabou lançado no centro de um amplo debate, próprio do período de abertura política e do processo de redemocratização do país (1979-1988). No entanto, para compreender os desafios políticos colocados nos anos 1970, é necessário interpretar também as transformações ocorridas na cidade num período anterior, principalmente a partir de 1940.

Palavras-chave: Urbanização; Movimento Democrático Brasileiro; Ciclo da Madeira; Lages.

Abstract: This article investigate the context of participatory formulation of popular projects carried out in Lages/SC, in the mid-1970s and led the city to be known as "municipal management model." By hosting an innovative experience with the "Lages, the people's strength" (MDB) management, the municipality ended up in the center of a broad debate, typical of the period of “political openness” and of the country's re-democratization process (1979- 1988). However, in order to understand the political challenges posed in the 1970s, it's also necessary to interpret the transformations that occurred in the city in an earlier period, especially since 1940.

Keywords: Urbanization; Brazilian Democratic Movement; Ciclo da Madeira; Lages.

No último século e meio o processo de urbanização e a reconfiguração das cidades foram intensificados de forma muito díspar em muitas partes do mundo. É possível afirmar que as cidades modernas (pequenas, médias e grandes) passaram a assumir uma posição central para os agrupamentos humanos, pois se tornaram as bases materiais onde fundamentalmente ocorrem decisões políticas e econômicas e também onde as pessoas ao redor do planeta vivem o seu dia a dia. Além disso, as cidades se tornaram um espaço de suma importância para o desenvolvimento do capitalismo, pois a Revolução Industrial “dilatou as cidades e tornou-as centros de consumo e produção”². É espantoso saber que a população vivendo em cidades com mais de 5 mil habitantes no mundo “cresceu, entre 1850 e

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e Bolsista CAPES-DS. E-mail: f.garcia7@hotmail.com.

2 RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. “A cidade como objeto da historiografia”. *Saeculum – Revista de História*. [21]; João Pessoa, jul/dez. 2009, p.111.



1950, de 7% para 30%. Mais importante ainda: na primeira metade do século XX, a população morando em cidades de mais de 100 mil habitantes aumentou em 250%”³.

Cabe notar que isso não implica dizer que o meio rural perdeu sua importância - muito pelo contrário, pois, conforme Raymond Williams: “a cidade é apenas uma maneira convencional de se ver essa espécie de transformação; e o campo, como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra”⁴. Ainda assim, a industrialização ou formas organizadas e intensificadas de exploração econômica, deram o tom da urbanização contemporânea, já que a cidade, como a entendemos, é o “território-suporte para a atividade industrial por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção”⁵. Como destacou Henri Lefebvre:

Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”⁶.

A expansão do processo de extração da madeira nas florestas de araucária, por exemplo, e o aumento do número de serrarias no planalto serrano catarinense, um processo regional violento de exploração capitalista durante o século XX⁷, trouxe mudanças significativas para inúmeras localidades, sobretudo, se pensarmos na questão do êxodo rural e na reconfiguração do espaço urbano no território catarinense. Foi um contingente muito grande de homens e mulheres que se deslocaram do campo para a cidade. E esse é o caso de Lages que em três décadas (1940-1970) assistiu um aumento relativamente significativo de sua população

3 WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.451.

4 WILLIAMS, Raymond. *Op. Cit.*, p.478.

5 SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000. Edward P. Thompson já havia enfatizado que “[...] é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como “industrialização”. THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.288. Dessa forma, compreendemos aqui, a partir de Maria Spósito que a expressão indústria traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza; e entendida em seu sentido mais restrito, diz respeito às formas tomadas pela produção de mercadorias, a partir da maquinofatura, e especialmente com a Revolução Industrial.

6 LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008, p.11.

7 Não há consenso, hoje, sobre a denominação do processo de extração da madeira ocorrido no planalto catarinense como industrialização. Há autores que chamam a atenção para o fato de que se tratava de empresas esparsas e com baixo grau de agregação de valor à matéria prima processada. Cf. HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. *O setor de base florestal na serra catarinense*. Lages: Editora Uniplac, 2004, p.28.



urbana, sendo a primeira cidade catarinense a atingir 100.000 habitantes até a década de 1970⁸.

Para evitar analisar a questão da urbanização a partir de um viés mecanicista e demasiadamente esquemático apenas a partir das transformações econômicas, ou seja, para se prevenir do ‘determinismo econômico’ à custa do processo histórico e social, propõe-se neste artigo tentar elucidar como uma cidade, em suas especificidades históricas, pode modificar-se de forma tão acelerada em relação aos períodos anteriores, analisando-a também sob outros aspectos⁹. Para isso, se aceita que embora a esfera econômica não determine toda a totalidade da vida social, no capitalismo, excepcionalmente, ela assume certo protagonismo, enraizando uma dinâmica muito particular. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se impõe alguns imperativos (a centralidade da propriedade privada, a concorrência, o trabalho assalariado, a maximização dos lucros, etc.) ao restante da vida social, esse processo também é limitado pela ação coletiva das pessoas de acordo com conjunturas específicas, mudanças políticas, culturais e afins¹⁰.

Em suma, é preciso frisar que na segunda metade do século XX se efetivou uma dinâmica que acabou tornando o processo de urbanização muito mais intensificado, o que interfere diretamente nas diferentes formas de viver em um espaço como o das cidades. No caso do Brasil, país periférico e latino americano, o empenho analítico deve ser redobrado, dado as particularidades e as diferenças substanciais em relação ao fenômeno da urbanização ocorrido em países centrais e de capitalismo avançado. E mesmo internamente, em termos geopolíticos, há, quase sempre, a necessidade de distinções de nossas singularidades, dado as inúmeras diferenças regionais do país¹¹.

8 PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Uniplac, 2002, p.17.

9 Concordamos com Maria Stella Bresciani quando a autora afirma que a questão básica, é, sem dúvida, a maneira pelo qual o tema é estudado e problematizado. Também chamo atenção para o fato que a historiadora também enfatiza de que as várias teorias que tem sido mobilizadas pela historiografia, desde o século XIX, para estudar as cidades, também elas estão vinculadas a posições políticas. BRESCIANI, Maria Stella em *Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

10 Em relação às críticas do determinismo econômico e uma análise rigorosa sobre o modelo “base – superestrutura” ver o excelente debate realizado por WOOD, Ellen. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002, p.51-72.

11 Pedro Fiori Arantes analisando as produções do CEBRAP e da FAU/USP, anota que no Brasil, foram esses dois grupos que a partir da década de 1970 procuraram avaliar “como o subdesenvolvimento gerava uma condição peculiar de reprodução de força de trabalho” e desse modo “a cidade passa de mero suporte de processos sociais e econômicos para ser compreendida como parte decisiva da produção e reprodução do capital”. ARANTES, Pedro Fiori. *Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. *Novos Estudos*. n.83. Mar. 2009, p.104. Essa distinção é fundamental e parte do que tentamos realizar neste artigo. De forma mais ampla, ver por exemplo: Castells, Manuel (org.). *Imperialismo y urbanizacionen América Latina*. *Barcelona*:



Este artigo está dividido em três partes. Na primeira seção apresenta um retrospecto como tentativa de ressaltar o que, afinal, mudou no centro urbano de Lages. Num segundo tópico apresenta uma sucinta discussão sobre o ‘ciclo da madeira’ e os impactos sociais, políticos e econômicos sucedidos nesse período. O terceiro e último reflete sobre a administração da prefeitura municipal que, através dos seus projetos populares, alçou Lages ao centro dos debates políticos no período de abertura política (1979-1985). A equipe de “Lages, a força do povo”, como veremos, foi a principal responsável em encarar os problemas sociais advindos dos anos do pós guerra tais como o crescimento da população periférica, o problema habitacional e a exclusão das classes populares dos processos de decisão política. Resta frisar que além de revisão bibliográfica, este trabalho conta com uma ampla série de fontes, o que inclui relatos de viajantes, poemas, monografias e jornais de época, leis municipais e livros de memórias.

1. Sinopse: as transformações de uma cidade sob o signo da “modernização conservadora”

E com essa injustiça provocada pela desolação da natureza, afirmo que, quanto mais conheci Lajes [...] tanto mais achei o lugar desalentador e não posso imaginar pior lugar de degrado que este.

Robert Avé-Lallemant, 1858.

É frequentemente aceito que Lages é uma espécie de herança legada pelo “caminho das tropas”, uma vez que surgiu, como outras cidades e vilas, às margens da estrada que ligava o Rio Grande do Sul (Viamão) ao restante do país, e cujo transporte de cargas, já no século XVIII era bastante intenso, principalmente em épocas de abastecimento de carne nas regiões de Minas Gerais e nas feiras de gados de Sorocaba, em São Paulo¹². Sua centralidade geográfica em uma localização privilegiada na região sul, mais a ampla oferta de recursos naturais e intensa circulação de pessoas e mercadorias, favoreceram para que a cidade se

Gustavo Gili, 1973; Kowarick, Lúcio, Brant, Vinicius Caldeira e Camargo, Cândido Procópio de (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975. Singer, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973. SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização Latino-americana*. 2. ed. atual. São Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo, 2010.

¹² As referências frequentes sobre o assunto são RAMOS JR. Vidal Ramos. *Notas para a história da fundação de Lages: 1766 – 1783*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Imprensa Oficial. 1944. DACHS, Walter. *Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens*. Coluna semanal do Jornal Guia Serrano, 1960-1964; COSTA, L. *O Continente das Lagens*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Uniplac, 2002.



configurasse historicamente como um centro regional importante de Santa Catarina e do sul do Brasil. Desse modo, não foram raras as impressões e as qualificações deixadas por viajantes, escritores, políticos e artistas sobre Lages entre o século XIX e o século XX, as quais nos servem como fontes históricas hoje¹³.

O viajante alemão Robert Avé-Lallemant, por exemplo, ao passar pela vila de Lages, “[...] lugar principal do planalto [...]”, onde imperava a aparência de “[...] inação, indolência e incúria”¹⁴, assim a descreveu:

Nunca vi tanta indolência, ou melhor, tanta preguiça como entre os camponeses de Lajes. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares de reses não se encontre uma libra de manteiga para comprar?¹⁵.

Em meados do século XIX, Lages ainda não tinha alcançado a denominação de “cidade”, o que só viria por decreto em 1860. A vida comercial local, embora já ascendente, não dava ares de grandes proporções. O cultivo agrícola, em boa parte senão a maioria, ainda era direcionado à subsistência. Conforme relata Avé-Lallemant: “O trigo medra magnificamente no planalto. Mas só se cultiva para o consumo doméstico, para os estômagos que gritam”. E isso não por falta de recursos disponíveis, pois para o médico alemão, havia “[...] recursos bastantes à mão”¹⁶. Isso nos leva a crer que ainda prevalecia uma cultura local com valores muito distintos daqueles que viriam a ser os valores “dominantes” anos mais tarde¹⁷.

13 Entre esses relatos podemos incluir poemas, peças teatrais e livros de memórias. Em sucessão cronológica, podemos destacar os textos de Ruben Cleary (1886), João José Theodoro da Costa (1902), Paulo Setúbal (1918/20), João Gualberto da Silva (1920) e Victor Antônio Peluso Jr. (1940). Embora Lages permaneça sendo atualmente a cidade com maior extensão territorial do estado de Santa Catarina segundo o IBGE, com aproximadamente 2.644,313 km², ao longo do século XX a cidade passou por uma série de reconfigurações do seu território com os desmembramentos dos municípios de Anita Garibaldi, em 17 de julho de 1961; Campo Belo do Sul, em 17 de Julho de 1961; São José do Cerrito, em 7 dezembro de 1961; Correia Pinto, 10 de maio de 1982; Bocaina do Sul; 16 de Julho de 1994; Painel, 7 de agosto de 1994 e Capão Alto, 29 de setembro de 1994.68. Fonte: IBGE.

14 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p.81.

15 Id. *Ibidem*. O nome da cidade catarinense foi grafado com “J” até a década de 1960. Posteriormente a grafia é adotada com “G”, Lages. A mudança foi motivada pela existência de outro município, Lajes, no Rio Grande do Norte.

16 AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.69 e 71 respectivamente.

17 Embora esse “modo particular” continuasse permanentemente ativo no processo de formação cultural local anos mais tarde, no mínimo, como elemento “residual”. “O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”. WILLIAMS, Raymond. *Dominante, residual e emergente*. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979, p.125.



Parte da vida social, no entanto, já apontava que ali se constituía um núcleo urbano, com relações sociais pautadas e direcionadas cada vez mais pelo processo emergente que se generalizava pelo país: o desenvolvimento, a transformação e a modernização dos espaços públicos, conforme já se notava em algumas cidades brasileiras¹⁸. Em Lages, as atividades geralmente associadas à “cultura urbana” eram emergentes nesse período. A cidade foi marcada, por exemplo, pela cultura dos jogos de azar, pela alta taxa de prostituição e de criminalidade¹⁹.

De um modo mais poético, mas ainda pouco lisonjeiro do que o viajante Avé-Lallemant, o escritor paulista Paulo Setúbal, tendo Lages como pano de fundo, também escreveu a respeito, quando lá esteve em 1918 a fim de se curar de uma enfermidade. Em seu poema *A vila*, registrou: “Lembro-me bem dessa vilota rude/ onde eu me fui, sem gosto e sem saúde/ buscar um pouso para os meus cansaços/ Que terra triste e sertaneja! A escola, a hospedaria, a antiga Igreja/ E a capelinha do Senhor dos Passos”²⁰. Em *A forasteira*, outro poema de sua obra, de igual modo, aponta: “E ali, na vila, nessa pobre aldeia/ tão incolor, tão rústica, tão feia/ Povoada de caboclos indigentes/ a forasteira com seu ar *touriste*/ com seu chapéu de plumas, com seu chiste/ chocava o povo e deslumbrava as gentes”. Ao menos de acordo com os registros dos nossos viajantes, a vida na pequena cidade que historicamente serviu de paragem não parecia muito atraente e movimentada.

Ao qualificar a vila de Lages em termos pouco generosos, ou mesmo registrando a situação de precariedade mesma pela qual passava os cidadãos, Avé-Lallemant e, anos mais tarde, Setúbal, nos revelam um modo interessante de comparar a cidade. Se atentarmos para as expressões utilizadas como “indolência, rude, triste, pobre, feia e rústica”, teremos um repertório cujos antônimos revelam as qualidades de uma cidade idealizada, desejada e perfeita: um lugar permeado por trabalho, educação, ânimo, riqueza, beleza e com traços cortesãos. A repulsa e a desqualificação, uma ‘vilota rude’ nas palavras de Avé-Lallemant, demonstram neste caso, muito mais do que apenas um julgamento crítico dos viajantes, ao contrário, registra as transformações profundas de uma sociedade.

18 Para Milton Santos “O Brasil foi durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. [...] Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX [...]”. SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.26.

19 Cf. SERPA, Elio C. Vadios, desertores e criminosos no povoamento da vila de nossa senhora dos prazeres das Lagens. *Revista Catarinense de História*, n.1, mai. 1990. NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Lages: Grafine, 2011. MUNIZ, Vanessa Aparecida. As relações de gênero entre coronéis, concubinas e suas esposas na década de 1950 (Lages – SC). *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.*, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos SNH-2015.

20 Ambos os poemas citados estão em SETÚBAL, Paulo. *Alma Cabocla*: poesia. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1964.



Apesar disso, Lages do início do século passado, é preciso dizer, passou por um processo de “modernização conservadora” – moderno porque partilha os valores difundidos hodiernamente nas metrópoles, e conservadora porque não alterou as posições de poder e o *status quo*. Em 1901 foi inaugurado o expressivo prédio do paço municipal, marco do poder público local. Em 1913 foi finalizado o prédio do Grupo Escolar Colégio Vidal Ramos, um dos maiores do Estado. Em 1922 foi concluída a construção da catedral diocesana, monumento oficial do poder da religião católica - instituição que tinha muita dificuldade em doutrinar e se relacionar com a população local²¹.

Parte do perímetro urbano passou a ter iluminação pública a base de gás em 1910. Novas ruas foram abertas e houve instalação da rede elétrica em 1913. Em 1915, além da instalação da rede telefônica, chega à cidade uma filial da *Casa Carl Hoepecke*, uma das maiores empresas comerciais do sul do país naquele período. Em 1918 foi aberta ainda uma agência do *Banco Nacional do Comércio*, além de ter surgido novos prédios públicos. No início do século XX, portanto, a administração municipal da cidade investiu em algumas mudanças, tentando desassociar-se daquela imagem de modesta vila interiorana do século XIX. Como destaca Peixer, foi “uma manutenção das práticas tradicionais dos coronéis revestida de “ares “modernos”²².

Para a maioria da população, no entanto, é admissível supor que parte desse conjunto de transformações era bem pouco acessível, posto que o ingresso à pequena modernização urbana tinha como premissa, em boa parte dos casos, o lugar social que os habitantes ocupavam e que o perímetro urbano tinha ainda proporções irrisórias em relação ao restante da área do município onde vivia a maioria das pessoas, ou seja, a área rural. Com esses “novos ares” também chegou a imposição da lei - forjada a partir dos códigos e padrões de civilidade e conduta, como expressa o Código de Posturas de 1895.

No seu artigo 117, por exemplo, proibiu-se, entre outras coisas; “fazer samba ou batuques, quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade e das povoações; andar pelas ruas indecentemente vestido com roupas dilaceradas [...] viver sem ocupação lícita [...]”. Como bem indicou Zilma Peixer, é “interessante observar que esses

21 No início do século, há registros de que “dois ou três homens, em geral, assistiam à missa aos domingos e dias santos” e que o povo vinha às festas, quando havia, não para rezar [...] mas para se divertir. Depoimento de Frei Rogério Neuhaus registrado em SINZIG, Pedro (1939) apud SERPA, Elio. *Igreja e catolicismo popular no planalto catarinense (1891 – 1930)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1989, p.48.

22 PEIXER, Zilma Isabel. *Op.Cit.* p.49, 61 e 85. No estado, outras regiões passavam por esse processo, como é o caso de Florianópolis. Cf. ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP. São Paulo SP, 1989.



comportamentos que a lei delineava como proibitivos, de modo geral, eram frequentes nos grupos populares”²³.

Como importante centro comercial regional, cujas raízes remontam ao período do ‘caminho das tropas’ do século XVIII, Lages ainda mantinha seu status de ‘cidade de fazendeiros’ na primeira metade do século XX, mesmo com algumas alterações no seu espaço urbano, como atestou Victor Antônio Peluso Junior²⁴. A partir de 1940, no entanto, essa condição insinua se alterar de alguma forma. Em 1942, algo notável e sugestivo parece transformar aquele tom melancólico presente nos textos dos viajantes, pois segundo a matéria do *Jornal Guia Serrano*:

Grande tem sido a concorrência no terreno migratório. Semanalmente chegam a esta cidade muitas famílias fixando residência. Explica-se esse êxodo considerando o fato de que Lages, cuja fama de região farta e rica já transpôs fronteiras, está se industrializando, o que em outros termos significa - Lages terá em breve vida própria...²⁵

2. Intervalo: o ciclo da madeira -espaço e política com desdobramentos

Dez anos mais tarde, o *Jornal Região Serrana* avaliava negativamente o processo que passava a caracterizar a cidade como um lugar desigual:

Lages cada vez mais vê aumentada a sua população. A enorme quantidade de gente que para cá afluem frequentemente não é, composta de pessoas abastadas. São pessoas pobres, que precisam trabalhar a fim de poderem continuar a viver”²⁶.

Picuinhas políticas envolvendo a redação e orientação política da imprensa e as disputas internas da família Ramos à parte, foi especialmente a partir da década de 1940 que Lages passou por uma série de alterações na sua configuração social, econômica e política. Nesse período, há uma importante remodelação da economia local e uma transição peculiar que levou a exploração da madeira nas florestas de araucária a superar o modelo baseado na pecuária, o que certamente não é pouco. Vale frisar que embora a crise de 1929 tenha afetado

23PEIXER, Zilma Isabel. *Op. Cit.*, p.74.

24 PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. Santa Catarina na Exposição do X Congresso Brasileiro de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano V, nº 3, Rio de Janeiro: CNG/IBGE julho-setembro de 1944.

25Jornal Guia Serrano, Ano 1942, nº. 396. p.16. Os recortes desse Jornal estão disponíveis pela pesquisa de: MIRANDA, Silmara Luciane. *Lages 1940: discursos e remodelações urbanas*. Dissertação de mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2001.

26 Jornal Região Serrana, 04.09.1954



os negócios dos fazendeiros, que desde muitas décadas estavam interessados nos rentáveis negócios para exportação de carne, estes eram amplamente amparados por recursos estatais, por recursos humanos e técnicos destinados a melhoria nas criações de gado e organizados em associações que há décadas estavam estabelecidas na região como o Turfe Lageano²⁷, além de ter seu mercado imensamente favorecido pela Segunda Guerra Mundial²⁸.

Ainda assim a atividade das madeireiras e serrarias superou a pecuária em importância econômica, além de absorver a força de trabalho local e regional nos anos 1950, momento no qual se intensificou o processo de ‘industrialização’ da madeira, conforme defende Ari Martendal²⁹. Durante esse período de intensa exploração dos recursos naturais da região, o município passou a receber grandes contingentes de trabalhadores, configurando-se como o polo receptor do êxodo rural da região.

O município chegou a ocupar o primeiro lugar no país em produção de madeira bruta, comercializando 61% da madeira exportada para outros países, tendo sido também responsável por significativa parte da madeira consumida pela construção da nova capital federal a partir de 1957³⁰. De acordo com a *Enciclopédia brasileira dos municípios*, de 1956, Lages tinha como fonte de riqueza, “a garantir-lhe um futuro sorridente”, a indústria madeireira, sendo 166 estabelecimentos industriais, 122 especialmente dedicados a madeira serrada e 2 a caixa de madeira desarmada³¹.

A composição social lageana também se alterou significativamente na medida em que novos contingentes de pessoas foram chegando à cidade. Migrantes do Rio Grande do Sul (principalmente das colônias italianas da serra gaúcha) tornaram-se os principais responsáveis

27 Cf. GARCIA, Fabiano. *Para além dos seletos e sinuosos consensos: processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages/SC (1944-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016, p.41-76

28 FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História florestal e sociológica do uso do solo na região dos campos de Lages no século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias (Manejo do solo). Lages: UDESC, 2007.

29 MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Rio de Janeiro: FGV, 1980. Ao discutir a relação da historiografia com a Araucária, Miguel Carvalho faz uma crítica muito pertinaz quanto ao enfoque dado ao tema. Além de “não expor a gravidade das consequências ecológicas [...] desse desenvolvimento econômico da indústria madeireira, esses trabalhos também apresentam um quadro bastante incompleto para o pesquisador que busca entender a questão do desmatamento”. E ainda que “como característica de todos os trabalhos de história regional mencionados, está a falta de um balanço geral e detalhado sobre o processo de desmatamento da floresta com araucária como um todo, e que envolva mais do que a indústria madeireira”. CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumberland Colonization (1870-1970)*. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2010, p.60 e 64 respectivamente. Neste artigo não temos como objetivo aprofundar essa questão, mas o tema merece, de fato, não só um balanço abrangente como também um enfoque que consiga reunir os esforços realizados nos últimos anos de acordo com as mudanças nos sucessivos “regimes de historicidade”, trabalho que ainda está por ser feito.

30 COSTA, 1982, p. 914.

31 Enciclopédia brasileira dos municípios, Rio de Janeiro, 1956. p.238-240.



pela intensificação do processo de exploração do pinheiro e incremento de técnicas de corte e tratamento da madeira³². Vanessa Muniz destaca que 50 famílias libanesas migraram de São Paulo para abrir comércio, principalmente lojas de roupas e calçados³³. Além disso, “várias agências bancárias passam a ser instaladas nesse período juntamente com as principais agências de serviço social, SESI, SESC e SENAI”³⁴.

Essas mudanças implicaram, de modo geral, diretamente na especialização em serviços oferecidos no município, além da alteração do seu espaço urbano. O *Jornal Região Serrana*, em 1954, sublinhava: “O crescimento da cidade é um descalabro. Ela continua se desenvolvendo desordenadamente, com ruas tortas e desencontradas, praças em miniatura (quando aparecem) e becos sem saída”³⁵. É importante destacar que são os caboclos oriundos dos campos e do meio rural - prováveis sucessores daquela geração ‘indigente’ caracterizada pela ‘indolência e preguiça’ e pessoas com as quais a igreja tinha dificuldades de se relacionar - é que vão ser os principais responsáveis pela produção nas madeiras e serrarias³⁶.

Eram homens e mulheres que trabalhavam em diferentes fases desse processo: o corte, o carregamento, empilhamento da madeira, no transporte e na operação dos mais diversos tipos de maquinários. São também os principais agentes na formação de novos bairros e vilas como: “Centenário, Santa Helena, Vila Nova, São Luiz, Curva da Morte, Várzea, Penha, Guarujá, Triângulo, Lomba Seca e Passo Fundo”³⁷. Parafraseando o historiador Nicolau Sevcenko é possível pensar que “essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados”³⁸.

A partir do desenvolvimento das madeiras, a cidade também se reestruturou para atender as novas demandas desse setor econômico: surgiram postos de gasolina, borracharias, fábricas de reboques e carrocerias, lojas de peças e acessórios, oficinas mecânicas, sendo que os ‘gringos’, como eram chamados os migrantes da serra gaúcha, constituir-se-iam em “novos

32 MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.*

33 MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012, p.25.

34 QUINTEIRO, Jucirema. *A “força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo esta experiência?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1991, p.103.

35 *Jornal Região Serrana*, 04.09.1954.

36 O trabalho de maior expressão sobre o assunto, a nosso ver, é o do professor Ari Martendal. O autor é um dos primeiros pesquisadores a se concentrar no sujeito ‘caboclo’, certamente o ‘tipo social’ característico da população lageana. O autor também diferencia as diferentes partes do processo e a integração desse sujeito na exploração da madeira.

37 MARTENDAL, José Ari Celso. *Ibidem*, p.48.

38 SEVCENKO, Nicolau Sevcenko. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 32.



ricos” da cidade, “em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais”³⁹. O desenvolvimento do setor de terciário, ou seja, das atividades ligadas ao comércio de bens e prestação de serviços, não à toa, ocorreu intensamente nesse período⁴⁰. Ao tratar dos migrantes, Pedro Fiori Arantes destaca que eles representam toda uma nova dinâmica social, econômica e espacial:

E constituiriam, para além de uma subclasse, um verdadeiro “pólo” na estrutura econômica global. O que eles têm em comum é o fato de serem instáveis, irregulares e precários em comparação com seus equivalentes “integrados”, isto é, não marginais. Ocupam, no mundo do trabalho, posições no setor terciário, em serviços subalternos e informais. O terciário, desse modo, incharia desproporcionalmente em relação à indústria⁴¹.

E em termos políticos as alterações não tardam em surgir. Se em 1947, as eleições para prefeito e para câmara de vereadores contaram apenas 10.547 votos da população⁴² e eram disputadas apenas pelos dois partidos da oligarquia catarinense: o Partido Social Democrata (PSD)⁴³ e pela União Democrática Nacional (UDN), em 1958 vão ser cinco os partidos políticos disputando o pleito: PSD, UDN, PTB, PDC (Partido Democrata Cristão) e o PL (Partido Libertador) em que votaram 26.102 eleitores. Um maior número de votos acabou não só deslegitimando os políticos estabelecidos, geralmente ligados à pecuária, mas também minou as antigas formas de coação, pois abriu um novo espaço para negociação entre os representantes políticos, para a formação de novos consensos, derivando em novas exigências e transformando o ‘preço’ do voto. Temos assim, portanto, uma curiosa relação de ‘mão dupla’ entre certo tipo de desenvolvimento econômico e a formação e reconfiguração de uma cultura política local, ao menos partidária⁴⁴.

39 MARTENDAL, José Ari Celso. *Ibidem*, p. 42-44.

40 Como notou Roberto Schwarz em prefácio, Chico de Oliveira identificou que o inchaço do setor terciário, não era vestígio do passado, mas parte funcional do “desenvolvimento moderno do país, uma vez que contribuíam para o baixo custo da mão-de-obra em que se apoiava a nossa acumulação”. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.18/19.

41 ARANTES, 2009, p.105.

42 Câmara Municipal de Lages. Memórias do legislativo lageano. Governo do Estado de Santa Catarina. 2008, p.16.

43 Principalmente depois da consolidação política de Nereu Ramos que “durante a permanência de Getúlio Vargas no Executivo Federal, esteve na liderança do governo do Estado”. FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces eleitorais: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis, UDESC, 2010, p.24.

44 Foi comum a muitos autores brasileiros buscarem explicações para esse fenômeno, qual seja, a ascensão das classes populares nas decisões políticas, recorrendo à noção de populismo – posição que não concordamos. Essa possibilidade de ascensão geralmente foi associada, e de forma muito simplista, ao fenômeno da fragmentação do poder oligárquico. Ou seja, supostamente só seria possível pensar em novos agentes (geralmente subalternos) influenciando as decisões políticas através do voto, a partir de um “vácuo de poder” e não através das conquistas



Mas além dos novos arranjos políticos, a cidade que, tida no período como a ‘princesa da serra’⁴⁵, e considerada um polo regional consolidado, contudo, “despreparada para absorver os contingentes liberados, migrantes por fatores de mudança, assistiu ao crescimento significativo de sua população marginal”⁴⁶. Dado importante se pensarmos quem são os sujeitos que compõem as periferias da cidade no decorrer da década de 1960 e 1970: a mão-de-obra ‘não qualificada’, força de trabalho oriunda dos campos e propriedades rurais do município de Lages e de outros municípios da região, a população cabocla, principalmente, a massa de desempregados que com o fechamento das serrarias arriscou aguardar alguma oferta de trabalho temporário em outros setores.

Ao tratar da relação entre migração e a experiência dos trabalhadores, Paulo Fontes afirma:

A grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades é um dos fatos marcantes da história social brasileira na segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1980, estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, alterando profundamente o perfil socioeconômico do país. [...] Os anos 1950 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Embora já iniciado nas décadas anteriores, o processo migratório acelerou-se sobremaneira naquele período⁴⁷.

Segundo a pesquisa de Peluso Jr, realizada ainda nos anos 1940:

das lutas políticas travadas pelas classes populares. Esse argumento pode ser encontrado, por exemplo, em Weffort, para quem “essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligárquico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura de hegemonia política oligárquica”. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.70. Para ver a discussão entre outros autores cf. FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. NEGRO, A. L.. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), Campinas, v. 20/21, p. 9-37, 2004. GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo* (London), Niterói - RJ, v. 1, n.2.

45 Apesar de não existir ainda nenhum estudo aprofundado sobre a origem da denominação de Lages como Princesa da Serra, ao que tudo indica foi expressão utilizada inicialmente como título em uma peça teatral escrita por Gualberto da Silva em 1920. Conforme César Lavoura, “certamente o conteúdo antológico e literário expressos nesta comédia de revista autenticamente lageana traz novas perspectivas sobre as concepções estéticas, políticas e culturais na cidade no primeiro quartel do século passado”. LAVOURA, César. *O poder simbólico das artes: teatro e cinema nos tempos da Princesa Serrana*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2013, p.10. Anos mais tarde a denominação aparece em alguns jornais de circulação local. Foi também utilizada (com uma alteração razoável) pelo geógrafo Victor Antônio Peluso Jr. que intitulou seu ensaio monográfico com ‘Lages, a rainha da serra’, trabalho publicado originalmente nos anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em 1944. Em 1952 é interessante ressaltar a fundação do Clube Excursionista Princesa da Serra, consolidando o epíteto que até hoje é denominação comumente utilizada para referir-se a cidade de modo sentimental e afetuosos.

46 MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.* p.10 e 33.

47 FONTES, Paulo. *Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950*. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.365-366



Verificou ainda que o trabalhador braçal representava a maior porcentagem da população urbana, sendo seus elementos, em grande parte, pertencentes à raça negra ou mestiça. Com isso, o nível de vida dessa classe é bastante baixo e oferece contrastes impressionantes com o meio em que vive. O rebanho de gado vacum é numeroso, mas nem assim as crianças tomam leite regularmente. As tropas de gado destinadas às populações do litoral descem do planalto diariamente, mas a carne não figura como base da alimentação da classe pobre de Lages. O regime alimentar baseia-se no feijão e no milho⁴⁸.

Em 1940, é preciso dizer, parte considerável da população ainda usava “a lamparina de querosene e a vela de gordura de gado”⁴⁹. Durante décadas muitas indústrias na região serrana resolveram precária e isoladamente seus problemas para suprir necessidades ligadas à força motriz e as necessidades de operação de seus maquinários rudimentares. Serrarias e engenhos ainda eram movidos por tração animal ou hidráulica - situação que “impunha limitações fortes a cada uma das empresas, caracterizadas pela precariedade dos serviços oferecidos”⁵⁰. A condição mudou parcialmente a partir da criação da Companhia Catarinense de Força e Luz S.A. (COSEL) em 1944, a qual, apesar dos esforços, constantemente apresentava falhas e não chegava a atingir a extensa área rural do município, sendo restrita a uma parte do perímetro urbano.

O problema de fornecimento de energia ainda em 1956 não havia sido resolvido. Em agosto daquele ano, Osni de Medeiros Régis reconheceu que “realmente [...] durante muitos anos, este foi o maior problema de Lages”. Situação que foi parcialmente alterada com a instalação de uma nova turbina, mediante empréstimos realizados pela Companhia Força e Luz⁵¹.

48 PELUSO JR., Victor Antonio. *Op. Cit.* p.135

49 PELUSO JR., Victor Antônio. *Op. Cit.*, p.98

50 Nas duas primeiras décadas do século XX, a cidade contava apenas com uma pequena usina hidrelétrica no perímetro urbano, de propriedade do Sr. José Suiter, responsável pela distribuição de eletricidade para sua oficina mecânica, para algumas residências e o Teatro Municipal de Lages, onde também funcionava um cinema. Esse foi um dos empreendimentos pioneiros na produção de energia elétrica da região: “a pequena usina estava localizada à margem esquerda do rio Carahá, próximo à sede do município, o que facilitava a extensão de uma linha elétrica até o centro da cidade”. Esta usina funcionava com duas turbinas de fabricação alemã, com pouco rendimento em consequência da fraca queda d’água que sofria variações derivadas da vazante do rio nas diferentes épocas do ano. Desde então, pequenos investimentos incrementaram o processo de serragem do pinheiro e algumas serrarias passaram a ser movidas a vapor. Frederico Guilherme Busch recebeu concessão para o fornecimento de “Força e Luz” em Lages em 1925. A empresa passou a ser propriedade de Domingos B. Valente (comerciante ávido de Santo Amaro de Imperatriz/Palhoça e bastante conhecido nos círculos de Lages) em 1938. Esses empreendimentos eram caracterizados pelo baixo desempenho na capacidade de geração de energia. Cf. SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José. *Memórias do setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

51 Ata da 70ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 3ª legislatura, realizada em 17 de agosto de 1956. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Op. Cit.*



Ao longo da primeira metade do século XX, além das extenuantes jornadas de trabalho de muitos homens e mulheres no processo produtivo, parte das pequenas indústrias de Lages contou, portanto, apenas com o uso de maquinários sucateados e obsoletos (geralmente de procedência alemã e inglesa), o que de certa forma contribuiu para o barateamento na produção das mercadorias, sobretudo, a madeira serrada ou prensada.

Apesar dessas alterações pontuais, essas serrarias ficaram longe de produzir em larga escala, o que só foi possível no final dos anos 1950, quando multinacionais realizaram investimentos pesados no ramo do papel e da celulose. E a partir dos anos 1960, quando a CELESC passou a operar a distribuição de energia, e a região testemunhou a destruição das suas reservas de araucária, o que implicou não só em um problema ambiental, mas também social, já que o pinhão ainda era base alimentar para muitas pessoas que viviam da lavoura e de muitos animais que compunham a fauna regional⁵².

Analisando sob outro viés, de certa forma a transformação pela qual Lages passou está ligada diretamente ao que ocorreu em municípios de médio e grande porte no país neste período, num momento que é tido como “o mais contínuo e dinâmico período de expansão econômica na história humana”⁵³, ou como ficou popularmente conhecido, os “anos dourados” do capitalismo⁵⁴. É comum encontrarmos em muitos lugares, especialmente nos países ditos periféricos, um processo de urbanização severamente desigual – ou conforme Santos, uma “urbanização social em paralelo a uma urbanização “territorialmente seletiva”⁵⁵, uma forte modernização conservadora, um aumento demográfico acelerado sem o devido acompanhamento de políticas públicas e planejamento urbano, tudo isso conjugado a uma predominância singular do fenômeno dual de pobreza/racismo, algo que ainda hoje é muito evidente nas periferias urbanas.

Ainda sobre o mercado da madeira, é importante frisar que este também contou com a consolidação dos ideais nacionais desenvolvimentistas dos anos JK, período em que “[...] difundia-se que todos os brasileiros deveriam contribuir para com o desenvolvimento da

52 Impacto que também é possível analisar através da literatura como fonte. Neste caso o autor que mais se dedicou ao tema foi Guido Wilmar Sassi, principalmente em *Amigo Velho*, livro de contos publicados em 1957 pelo Grupo Sul.

53 HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.175.

54 HOBSBAWM, Eric J. Os anos dourados. In: *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2 ed. 47 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.253-281.

55 SANTOS, 1996, p.09.



nação”⁵⁶, sob o famoso slogan ‘50 anos de progresso em 5 anos de realizações’. Boa parte das madeiras serradas de Lages foram direcionadas para construção de Brasília⁵⁷ e também para a construção civil. Euforia que não tardou em dissipar-se. A indústria madeireira que antes perfazia 64,5% do total de estabelecimentos industrial de Lages⁵⁸ apontou já no final dos anos 1960 e início dos anos 70 para o seu fim. Com a extinção das florestas de araucária, conseqüentemente, muitas serrarias e madeireiras fecharam ou reduziram suas atividades⁵⁹, o que elevou a níveis alarmantes o nível de desemprego e o número de pessoas que deixavam a cidade em busca de outras oportunidades.

3. Reverberações políticas: ‘Lages, a força do povo’, 1977-1982.

Passado os anos de euforia em relação às transformações locais e com o alcance do desenvolvimentismo, eis que o país se depara com o golpe civil militar em 1964. A partir de 1965, com o Ato Institucional n.2 (AI-2)⁶⁰, foram 14 anos de bipartidarismo no país. De um lado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio e base do regime militar, e de outro o Movimento Democrático Brasileiro, oposição consentida que aos poucos conquistou um importante espaço de atuação política no país. Nas palavras de Carlos Nelson Coutinho: “progressivamente a fachada legal foi se enchendo de conteúdo real, o MDB se tornou uma efetiva frente política de oposição”⁶¹. Essa reconfiguração política aglutinou forças que antes estavam dissipadas, o que teve como consequência o fortalecimento das oposições ao poder constituído.

56 LOHN, Reinaldo L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p.49. De acordo com a *Enciclopédia brasileira dos municípios* de 1956, Lages tinha como fonte de riqueza, “a garantir-lhe um futuro sorridente”, a indústria madeireira, sendo 166 estabelecimentos industriais, 1, especialmente dedicados a madeira serrada e 2 a caixa de madeira desarmada. O número de veículos automotores também aumentou de forma significativa, ao passo que se desenvolviam as ruas e avenidas do espaço urbano - havia na cidade, em 1957, além de motos: automóveis (363); jipes (146); caminhões (824), sendo que “com a melhoria das condições viárias, os veículos motorizados tornaram-se um importante mecanismo de trabalho, que exigia novas qualificações aos trabalhadores, com habilidades de motorista e conhecimentos básicos de mecânica”. Cf. *Enciclopédia brasileira dos municípios*, Rio de Janeiro, 1956. p.238-240; Relatório da Inspeção Regional de Estatística municipal de Santa Catarina, 1957. p.243 e 56 MARCON, Frank; ANDRADE, Eveline; VILLAGRAN, Carla J. *Engrenagens em movimento: cultura e sociedade no sul do país*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009, p.33

57 COSTA, Licurgo. *Op. Cit.* 912.

58 SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)*. Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985, p.68.

59 MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.*, p.46.

60 Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm - Acesso em Out. 2014.

61 COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992, p.50.



Em Santa Catarina, o MDB foi organizado logo no final de 1965, mas fundado somente em 1966 em Lages, conforme a pesquisa de Elizabeth Farias da Silva⁶². Houve, portanto, uma nova conformação político-partidária organizada em nível nacional, que influenciou diretamente as disputas políticas locais. As decisões dos militares na área econômica, com o passar dos anos, também impactaram diretamente na vida da maioria dos brasileiros, o que agravou ainda mais a precária situação dos trabalhadores, tais como aqueles que foram empilhando-se nas periferias de Lages após os anos do ‘ciclo da madeira’ (que em partes pode ser entendida, em termos nacionais, como um legado deixado pelos anos ‘dourados’ da política econômica desenvolvimentista dos governos anteriores).

Com os militares no poder, o salário mínimo caiu vinte e cinco por cento no governo Castelo Branco⁶³. Mas, entre 1969 e 1973, o PIB brasileiro atingiu uma taxa de crescimento anual de 9%, chegando a 11% em 1973, fenômeno que ficou conhecido como ‘milagre econômico’⁶⁴. Esse processo só foi possível, segundo Régis de Castro Andrade, pela adoção de medidas como o arrocho salarial, a concentração de renda e propriedade, uma medida imposta à força, sendo que greves foram proibidas e sindicalistas foram perseguidos⁶⁵.

O MDB, paralelamente a esse processo, foi conquistando aos poucos legitimidade diante da população e apostando na via democrática. Diversos setores da esquerda partiram para uma “política de alianças que ia à direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar”⁶⁶. Em Lages, em 1968, o MDB quase venceu a ARENA, com 12.912 votos⁶⁷. Já em 1972, ganhou a eleição, com pouca diferença de votos. Eleito em 1972, Juarez Furtado, advogado, ficou à frente da prefeitura até 1976. Sua eleição ficou conhecida por ser o marco que assinalou o fim de uma era política da família Ramos em Lages (principal família oligarca da região), pela reforma na iluminação do Estádio de Futebol Vidal Ramos e pelas reformas na área urbana da cidade, o que agradou bastante a ‘nova classe média’.

Durante os anos dessa primeira gestão do MDB, o arquiteto Dirceu Carneiro, como vice-prefeito, iniciou uma espécie de ‘campanha paralela’, onde criou contato direto com a

62 SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.*

63 SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*

64 EVERS, Tilman. Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil, 1963-1977. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.97.

65 ANDRADE, Régis de Castro. A economia do capitalismo selvagem. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.140.

66 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia: 1964(...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.323.

67 QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.114.



população, principalmente com os moradores que residiam na área rural, de onde era proveniente, distanciando-se assim de Juarez, que era tido como mais moderado e ligado ao centro urbano. Dirceu esteve à frente de projetos como ‘Viva seu bairro’, que foi uma espécie de projeto piloto para a elaboração de outros projetos desenvolvidos na sua gestão a partir de 1977⁶⁸. Carneiro, é preciso dizer, venceu as eleições para prefeitura em 1976 com a maioria dos votos - ultrapassando o número de votos de todos os outros três candidatos juntos, o que implica considerar no mínimo que suas propostas (e do MDB) estavam em consonância com as demandas populares⁶⁹.

Um ponto importante a ser sublinhado é que os prefeitos eleitos pelo MDB foram orientados por um documento urdido em 1976, em um encontro no Rio Grande do Sul. Esse documento foi intitulado *Ação municipalista* e orientou parte da ação política desenvolvida em Lages⁷⁰, um recurso que pode ser tido como fundamental, pois permitiu que os problemas sociais locais originados nos anos 1940 e seguintes fossem enfrentados. Segundo Eliana Tavares dos Santos “o debate em torno da ‘participação popular’ tomou maior evidência e sistematicidade entre as ‘lideranças gaúchas’ que atuaram nos movimentos de contestação ao regime militar nas campanhas para vereador de 1976”, sendo que “o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do MDB organizou naquele ano uma espécie de curso para prefeitos e vereadores com base em um documento chamado “O MDB e a Ação Municipalista” que teve repercussão nacional”⁷¹.

68 O projeto “Viva seu bairro” foi um projeto embrião realizado ainda na gestão de Juarez Furtado entre 1975/1976. Segundo Ana Luiza Souto “na segunda metade do mandato de Juarez Furtado, Dirceu Carneiro assumiu interinamente a prefeitura de Lages. Tendo em vista sua candidatura à sucessão, o então vice-prefeito quis marcar essa sua passagem pela administração através de uma atuação diferenciada e eficaz. Lançado esse desafio, numa reunião de secretariado começou a germinar a ideia de se fazer uma operação concentrada nos bairros. Com uma visão crítica frente à administração de Juarez, que só cuidava do centro, deixando em segundo plano a periferia. [...]. Essa operação foi batizada com o nome de “Viva seu bairro””. FERREIRA, Ana Luiza S. Souto. Lages: um jeito de governar. *Revista Pólis*. Instituto de Estudos, formação e assessoria em políticas sociais, São Paulo, 1991, p.7. Para Jucirema Quinteiro, o projeto Viva seu Bairro é “um momento de participação de gente que anda pela rua, que ajudou a abrir, a encascalhar, a embelezar a cidade”. QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.*, p.237.

69 Embora Dirceu Carneiro tenha uma atuação louvável como administrador público e como liderança política nesse momento, ainda é preciso superar o personalismo em torno dele, principalmente buscando entender a sua posição não como jovem político e *outsider*, mas como um *estabelecido*. Parece que as coisas se tornam mais precisas se traçarmos as suas redes de sociabilidade com a política estabelecida, e não ao contrário.

70 Esse programa foi o resultado direto do primeiro seminário que reuniu candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores pelo partido de oposição. O encontro realizado em Porto Alegre, em agosto de 1976, sob a coordenação do Diretório Regional do MDB, pelo Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) e pela fundação Pedroso Horta, teve como proposta final o documento intitulado “*O MDB e a Ação Municipalista*”. Cf. QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.*, p.129-133.

71 REIS, Eliana Tavares dos. Em nome da “participação popular”: constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. *Rev. Pós Ciências Sociais*. V.5. n.9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008.



No plano local, a ‘equipe Dirceu Carneiro’ desenvolveu o que intitularam de “projetos especiais”. Essa equipe era formada, sobretudo, por jovens da classe média, saídos da universidade, militantes do movimento estudantil na década de 1960, a exemplo de Dirceu Carneiro, o assessor de comunicação Ilson Chaves, o secretário da cultura Antônio Munarim, Sônia Beltrame e Nini Beltrame⁷². Entre os projetos especiais desenvolvidos podem ser destacados o de incentivo a criação de Associação de Moradores de Bairros, o projeto de Hortas Comunitárias, o Projeto Lageano de Habitação, ações comunitárias na área de Saúde, a formação de Núcleos Agrícolas, Ações Culturais, Mostras do Campo, a Escola do Povo, incentivo e popularização do teatro popular e o projeto arte nos bairros⁷³.

Esse conjunto de ações orientou-se, provavelmente, a partir de uma visão própria do que significava agir politicamente numa região como a de Lages (herdeira de um ciclo extrativista tão intenso como o que discutimos anteriormente). Para Munarim, o que ocorreu, “foi o resultado da combinação das necessidades reais e forças potenciais das classes subalternas da sociedade com a vontade política de um grupo de agentes sociais que ocuparam o poder público municipal [...]”⁷⁴. É nesse contexto que surge o lema de ‘Lages, a força do povo’. Outrossim, os projetos tentaram corresponder precisamente as novas necessidades que estavam colocadas, sobretudo, pelas classes populares, articulando uma proposta política nacional (a ação municipalista do MDB), com os aspectos políticos, econômicos e culturais locais. Isso foi o que permitiu Maurício Tragtenberg à época enfatizar que ‘a luz vem de Lages’⁷⁵.

A experiência se tornou, por fim, um ‘projeto coletivo’ de um grupo de pessoas (pequeno, mas significativo), para além dos limites municipais, para as quais, o que estava em jogo era a redemocratização do país. Envolveu instituições de outros Estados como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), do Rio de Janeiro, o Instituto de Estudos e

72 QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.137.

73 Segundo Lori Silveira “esses projetos especiais podem ser definidos como propostas alternativas de organização popular, com sentido de trabalho coletivo e que perseguiram um processo de conscientização política”, e, complementa a autora “com a finalidade, ainda de melhorar as condições de vida tanto da população urbana periférica, quanto da população rural”. SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004, p.1

74 MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região serrana*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990, p.162.

75 Prefácio em ALVES, Márcio Moreira. *A força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.7.



Pesquisas Econômicas e Sociais – IEPES, a Fundação Pedroso Horta, fundação ligada ao MDB e o Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrap) de São Paulo⁷⁶.

Em 10 de junho de 1978, um membro devotado da oligarquia catarinense, Jorge Bornhausen, em depoimento ao *Jornal de Santa Catarina* assinalou a necessidade de evitar o que intitulou de ‘republichetas marxistas’, referindo-se a Lages e a gestão do MDB que ali se constituía. Segundo ele, aquilo nada trazia “para o progresso catarinense”⁷⁷. Já em 1983, o secretário do interior de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, afirmou que “a experiência democrática em Lages é um modelo para todo Brasil”⁷⁸. Existiu, portanto, uma grande polarização e tensão em relação aos diferentes significados políticos dessa gestão municipal, antes e depois dela; ora implicando em uma oposição taxativa (sobretudo da velha oligarquia, da direita e políticos filiados à ARENA), ora de adesão manifesta em defesa da experiência⁷⁹.

Nos anos de 1980, Lages contava com uma população de 155.293 habitantes, dos quais 79,6% residiam na zona urbana, sendo que dos seus quase 7.000km² de território, 97% se caracterizavam como rural. Ou seja, uma densa e complexa concentração humana no meio urbano, com inúmeros problemas sociais advindos das carências de serviços e equipamentos, dos quais a população tinha quase nenhum acesso, tanto quanto, moradia adequada, alimentação regular, saneamento básico e acesso aos serviços públicos como instituições de educação e saúde. Em consequência disso, os sujeitos que até então estavam excluídos das decisões políticas, passaram a incorporar em seus discursos:

76 O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1952, com sede no Rio de Janeiro. Sua fundação recebeu o apoio dos movimentos relacionados ao municipalismo brasileiro. Destaca-se principalmente no campo da profissionalização de servidores públicos. Cf. em <http://www.ibam.org.br/info/institucional/1> O Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais – IEPES, por sua vez, coordenado à época pelo sociológico André Foster, reuniu no final dos anos 1970, dirigentes ligados ao MDB, preocupados, sobretudo, em elaborar projetos políticos que pudessem contrapor as propostas autoritárias do regime militar. A Fundação Pedroso Horta, que homenageia o ex-ministro da justiça Pedroso Horta, político que com o bipartidarismo em 1965 adere ao MDB, foi uma das principais instituições ligada ao PMDB, tendo sua criação apoiada por Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. O Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrap), por fim, foi fundado em 1969 por intelectuais de formação bastante eclética, a maioria dos quais professores da Universidade de São Paulo (USP). É uma instituição de estudos brasileiros com pesquisas diversas áreas incluindo sociologia, política, filosofia, economia, antropologia e demografia. Cf. MONTERO, Paula. MOURA, Flávio. (orgs.) Retrato de grupo - 40 anos do CEBRAP. São Paulo. Cosac Naify, 2009. A afirmação sobre a ligação desses grupos com a administração de Lages é de SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.*, p.179.

77 Declaração de Jorge Bornhausen ao *Jornal de Santa Catarina*, 1978.

78 Folha de São Paulo, 20 de março de 1983, Caderno 2, p.23.

79 Esse foi o caso, por exemplo, de Márcio Moreira Alves e Tetê Moraes, ambos exilados políticos, cariocas, entusiastas da experiência lageana e que foram responsáveis pela exposição da gestão de Dirceu Carneiro em âmbito nacional: Moreira Alves com o livro intitulado “*A força do povo: democracia participativa em Lages*”⁷⁹, lançado pela editora brasiliense em 1980 e Moraes com o documentário “*Lages, a força do povo*”⁷⁹, projeto financiado pela Embrafilme e realizado e produzido em 1982.



A necessidade e garantia de condições de existência mínimas, são ‘novos sujeitos’, “indivíduos, até então dispersos e privatizados, que passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões atividades realizadas⁸⁰.”

Nos meios urbanos e em nível nacional, os trabalhadores, com baixos salários, excluídos dos processos de decisão política, agrupados nos bairros e periferias vão ser os novos ‘atores sociais’ da década de 1970 no Brasil. Essa era a ambiência política naquele momento. Em 1985, escrevia Weffort, “na área dos movimentos populares, assistiu-se, nos últimos dez anos, a uma extraordinária proliferação das sociedades de bairro”⁸¹. É nesse contexto que podemos compreender a execução e o caráter dos projetos da gestão responsável em administrar a ‘republicueta marxista’, em Lages, no final nos anos 1970 e que nos primeiros anos de 1980 se tornou a ‘administração municipal modelo’ tão divulgada na imprensa e nos setores políticos nacionais⁸², principalmente por enfrentar os problemas locais de maneira criativa.

Antigas reivindicações arranjadas em um novo contexto político e econômico, colaboraram para o deslocamento do eixo das decisões políticas, o que favoreceu para que a prioridade de atuação do poder público mudasse o enfoque de suas ações. Com isso, finalmente, podemos pensar os impactos das transformações locais para a coadunação das propostas a nível nacional do MDB na década de 1970.

Algumas considerações

Lages, por fim, de pequena cidade comercial e decadente do início do século XX, acabou se transformando no terreno de uma importante experiência política local no contexto de emergência da sociedade civil durante o regime militar. Dessa forma, com os seus diferentes ‘status’”, de ‘vilota rude’ a ‘princesa da serra’ nos anos 1940 e de ‘republicueta marxista’ a ‘administração municipal modelo’ nos 1970 e 1980, podemos destacar algumas

80 A frase é de Marilena Chauí, referindo-se aos sujeitos do trabalho de Eder Sader, que acreditamos, enquadra-se perfeitamente ao que estamos nos referindo. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*, 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.10.

81 WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense: 1985, p.98/99.

82 Os indícios deste alcance podem ser localizados em vários jornais e revistas de circulação nacional como a *Revista Isto É*, em agosto de 1980 dedicando três páginas ao tema e na imprensa, com os jornais *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*, que em 1981, por exemplo, dedica uma semana consecutiva de matérias sobre os projetos desenvolvidos pela prefeitura em Lages, além de ser tema constante na coluna “*A Folha e as respostas da sociedade à crise*”, em artigos assinados por Maurício Tragtenberg e pelas jornalistas Helô Caponi e Denise Natale.



dessas transformações e de como a mudança dos regimes políticos e dos ciclos econômicos afetaram e afetam a vida urbana ou os delimita.

Se de um lado a cidade se desenvolveu em diversos sentidos, de outro enfrentou problemas que atravessaram o século XX, com impasses que outras cidades também enfrentaram com a intensificação do processo de urbanização no Brasil. Ao ser sede de uma experiência política inovadora, Lages acabou lançada no centro de um debate mais amplo, próprio do período de abertura política e do processo de redemocratização do país (1979-1988), no qual diversos atores sociais fizeram parte. No entanto, assinalamos que para compreender os desafios postos nos anos 1970, foi necessário compreender o passado a partir da análise histórica e assim investigar as possíveis correlações entre a intensa exploração econômica da madeira, o processo de urbanização e a recomposição da política local daqueles anos, tomando como referência o ciclo econômico conhecido como ‘ciclo da madeira’. Em suma, conclui-se que as transformações ocorridas em Lages sintetizam desdobramentos importantes a nível local, mas que não pode ser apenas entendida sem a compreensão de fenômenos cuja escala ultrapassa os limites locais e regionais.

A importância de conhecer tais processos refere-se ao fato de que a cidade, como destacou Milton Santos, é um lugar fadado “a ser tanto o teatro dos conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções”⁸³, o que estimula nosso interesse em estudar as transformações do espaço urbano de Lages. E como aludiu Antonio Candido “em nosso país, o desenvolvimento da urbanização criou um ‘desequilíbrio social’, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”⁸⁴. Desse modo, são esses ‘efeitos’ que particularmente nos interessa compreender e estudar hoje posto que também são nossos contemporâneos e arraigados na sociedade brasileira.

Finalmente, o que esse artigo se propôs a analisar questões que também podem ser relacionadas à: i) um momento específico do país em plena ditadura militar, regime que interrompeu e alterou, quando não aprofundou, um processo político e econômico advindo do após guerra; ii) sobre parte do processo de expansão capitalista em um país periférico; além de apontar questões interessantes para refletir sobre parte da nossa cultura política, principalmente no período de transição e ‘redemocratização’ do país, observados, especialmente, pelo viés das associações civis do final da década de 1970 e 1980 e sua ação na formação daquilo que se intitulou de ‘democracia participativa’, no qual os modelos

83 SANTOS, 1996, p.11.

84 CANDIDO Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.9-26.



municipais mais citados daquele contexto são Lages (SC), Piracicaba (SP) e Boa Esperança (ES).

O acúmulo dessas experiências indicou uma “*força social inovadora*”, afinal, essa força desdobrou-se e ampliou-se, chegando a conquistar importantes municípios, produzindo práticas e alternativas concretas de poder popular⁸⁵, sendo que este processo tem um dos seus pilares ‘fincados’ nos movimentos sociais que emergiram na metade da década de 70. E talvez esta seja uma importante chave de leitura para compreender ‘a força do povo’ e a capacidade de resolver problemas tão profundos quanto aqueles originados no seio do ciclo da madeira durante os anos 1940.

Resta ainda, em alguma medida, tentarmos refletir sobre duas interessantes questões com as quais encerro este artigo. A primeira formulada em entrevista por Leandro Konder: “será que esse movimento de massas tem uma força na qual nós podemos nos apoiar, ou é só aparência? Será que o movimento de massas tem força própria ou será uma força ilusória?”⁸⁶ E em outro momento, David Harvey, questiona: “será que o espantoso ritmo e a escala da urbanização nos últimos 100 anos contribuíram para o bem-estar do homem?”. Resta a nós sugerir algumas respostas e também pensar alternativas para “ir além das inevitáveis forças da urbanização, da mercantilização e da industrialização como os responsáveis por toda a transformação”⁸⁷.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. *A força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ANDRADE, Régis de Castro. A economia do capitalismo selvagem. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982.

ARANTES, Pedro Fiori. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos*. n.83. Mar. 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia: 1964(...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

85 A expressão é de QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.224.

86 KONDER, Leandro. Entrevista a SADER, Emir; PINASSI, Maria Orlanda; COUTINHO, Carlos N. In: *Rev. Margem Esquerda* n.5. São Paulo: Boitempo, p.27.

87 DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova História em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.340.



AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BRASIL. *Enciclopédia brasileira dos municípios*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1956.

BRESCIANI, Maria Stella em Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

CANDIDO Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.9-26.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumberand Colonization (1870-1970)*. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2010.

COSTA, L. *O Continente das Lagens*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992.

DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova História em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

EVERS, Tilman. Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil, 1963-1977. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982.
FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces eleitorais: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis, UDESC, 2010.

FERREIRA, Ana Luiza S. Souto. Lages: um jeito de governar. *Revista Pólis*. Instituto de Estudos, formação e assessoria em políticas sociais, São Paulo, 1991.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História florestal e sociológica do uso do solo na região dos campos de Lages no século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias (Manejo do solo). Lages: UDESC, 2007.

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

GARCIA, Fabiano. *Para além dos seletos e sinuosos consensos: processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages/SC (1944-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.



HIRSCHMAN, Albert O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2 ed. 47 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. *O setor de base florestal na serra catarinense*. Lages: Editora Uniplac, 2004.

KONDER, Leandro. Entrevista a SADER, Emir; PINASSI, Maria Orlanda; COUTINHO, Carlos N. In: *Rev. Margem Esquerda* n.5. São Paulo: Boitempo.

LAGES. Câmara Municipal de Lages. *Memórias do legislativo lageano*. Governo do Estado de Santa Catarina, 2008.

LAVOURA, César. *O poder simbólico das artes: teatro e cinema nos tempos da Princesa Serrana*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOHN, Reinaldo L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

MARCON, Frank; ANDRADE, Eveline; VILLAGRAN, Carla J. *Engrenagens em movimento: cultura e sociedade no sul do país*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

MIRANDA, Silmara Luciane. *Lages 1940: discursos e remodelações urbanas*. Dissertação de mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2001.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região serrana*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

MUNIZ, Vanessa Aparecida. As relações de gênero entre coronéis, concubinas e suas esposas na década de 1950 (Lages – SC). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios., 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos SNH-2015.

MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012.

NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Lages: Grafine, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Uniplac, 2002



PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio ‘Lages, a rainha da serra’. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1944.

QUINTEIRO, Jucirema. *A “força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo esta experiência?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1991.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. “A cidade como objeto da historiografia”. *Saeculum – Revista de História*. [21]; João Pessoa, jul/dez. 2009.

REIS, Eliana Tavares dos. Em nome da “participação popular”: constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. *Rev. Pós Ciências Sociais*. V.5. n.9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTA CATARINA. Inspetoria Regional de Estatística municipal de Santa Catarina, 1957.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José. *Memórias do setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SERPA, Elio. *Igreja e catolicismo popular no planalto catarinense (1891 – 1930)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1989.

SETÚBAL, Paulo. *Alma Cabocla: poesia*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1964.

SEVCENKO, Nicolau Sevcenko. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)*. Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985.

SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000. THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense: 1985



WILLIAMS, Raymond. Dominante, residual e emergente. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras. 2011.

WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.

WOOD, Ellen. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido em 07 de abril de 2015.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.



A indústria madeireira em Anita Garibaldi (SC): por uma perspectiva econômica e crítica da História Ambiental

Gil Karlos Ferri¹

Universidade Federal da Fronteira Sul
gilferri@hotmail.com

Samira Peruchi Moretto²

Universidade Federal da Fronteira Sul
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo: A paisagem do município de Anita Garibaldi, localizado na Serra catarinense, é resultado de intervenções humanas. Até o final do século XIX a região manteve-se com uma ocupação esparsa, habitada por criadores de animais, agricultores de subsistência e ocasionalmente por silvícolas. O processo de colonização iniciado em 1900 com a chegada de imigrantes italianos e seus descendentes, representou uma grande transformação para o local, intensificando sobremaneira os impactos na vegetação nativa da Floresta Estacional Decidual (FED) e da Floresta Ombrófila Mista (FOM). O presente trabalho pretende analisar os aspectos históricos e socioambientais da indústria madeireira no município de Anita Garibaldi no século XX. As diversas fontes mobilizadas nesta pesquisa foram analisadas por meio do viés teórico-metodológico da História Ambiental, sendo estas: documentos, relatórios de governo, legislações, periódicos, mapas, fotografias, entrevistas, entre outros devidamente referenciados.

Palavras-chave: Anita Garibaldi; Madeiras; Desmatamento; História Ambiental.

Abstract: The land scape of the municipality of Anita Garibaldi (SC) is there sul tof human intervention. By the end of the nineteenth century, the region remained with a sparse occupation, inhabited by livestock farmers, subsistence farmers and occasionally for forestry. The colonization process started in 1900 with the arrival of Italian immigrants and their descendants, it represented a major change to the site, greatly intensifying impact son native vegetation the Floresta Estacional Decidual (FED) and Floresta Ombrófila Mista (FOM). Thispaperdiscussesthehistoricalandenvironmentalaspectsofthetimberindustry in Anita Garibaldi municipality in the twentieth century. The various sources mobilized in this research were analyzed using the theoretical and methodological bias of Environmental History, which are: documents, government reports, laws, periodicals, maps, photographs, interviews, and other properly referenced.

Keywords: Anita Garibaldi; Timber; Deforestation; Environmental History.

Aspectos socioambientais da indústria madeireira

1 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul/ Campus Chapecó.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Chapecó.



O marco histórico para o município de Anita Garibaldi é o antes e o depois do período de aproveitamento industrial da madeira de araucárias, ocorrido de maneira mais intensa a partir da década de 1940.

Mapa 01 - Município de Anita Garibaldi e entorno geopolítico.



Fonte: IBGE. Mapa Político-Administrativo do Estado de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <<ftp://geofpt.ibge.gov.br/mapastematicos/politico/sc.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

Assim como a maior parte do Planalto Meridional Brasileiro, a região de Anita Garibaldi possui coberturas vegetais que fazem parte da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e da Floresta Estacional Decidual (FED)³. Estas florestas fazem parte do bioma Mata Atlântica, ocorrendo normalmente em altitudes elevadas, afastadas das influências marítimas e com chuvas distribuídas durante o ano todo. A Floresta Ombrófila Mista (FOM) é caracterizada por ser um conjunto vegetacional com fisionomias peculiares, recebendo diversas denominações: floresta de pinheiros, pinheirais, pinhais, mata de araucária, entre outras. Classifica-se como uma vegetação intertropical, fazendo parte das formações florestais da

³ A denominação *Floresta Ombrófila Mista* refere-se à regularidade pluviométrica dos locais onde a vegetação ocorre (do grego, *ombrófilo* = “amigo da chuva”) e pela coexistência de espécies vegetais de *angiospermas* e de *coníferas*, sendo, então, uma floresta de composição mista. A denominação *Floresta Estacional Decidual* significa que as espécies vegetais passam por estações definidas de frio e calor (estacionalidade climática), ocasionando a perda de cerca de 50% das folhas (deciduidade). Fonte: IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 1991. p. 13.

Mata Atlântica⁴. A primitiva espécie *Araucariaangustifolia* destaca-se nesta vegetação. Em Anita Garibaldi, a maior parte da FOM está localizada na parte central do município, ao norte do rio Pelotas. Além da sua formação original em densas florestas – atualmente quase inexistentes -, as araucárias também ocorrem em meio ao estrato graminoso dos campos ou savanas, sendo indivíduos isolados, esparsos ou agrupados em capões. A Floresta Estacional Decidual (FED) ocorre principalmente nas margens dos rios e seus afluentes, em altitudes entre 500 e 650 metros. Originalmente esta floresta é constituída por dois estratos arbóreos distintos: um alto, chamado emergente, com altura variando de 25 a 30 metros; e outro, mais baixo, chamado dominado, de altura não superior a 20 metros. Entre as espécies presentes na camada emergente destacam-se a grápia, o angico, a canela-loura, o cedro, a timbaúva e o louro. Na camada dominada ocorre a canela-preta, a canela-amarela, a canela-guaicá e a guajuvira. Estes estratos coexistem com arbustos e arvoretas de espécies como o catiguá-vermelho, a laranjeira-do-mato, o cincho, a pimenteira e a grandíuva⁵.

O território que atualmente compreende o município de Anita Garibaldi possuía uma milenar ocupação humana por grupos indígenas que faziam uso da agricultura de subsistência, caça e coleta para sobreviver. No século XIX a região passou ser penetrada por luso-brasileiros, com uma ocupação esparsa. Porém, é a partir de 1900, com a chegada de migrantes de origem italiana, que as florestas locais foram intensamente devastadas.

Segundo José Afonso Zanoni, nascido em Nova Veneza (SC) e morador de Anita Garibaldi desde 1949, uma das primeiras serrarias da região foi instalada por Joaquin Ambrósio na localidade da Cachoeirinha – sendo depois vendida a Domingos Savaris. A ‘engenhoca’ - como era conhecida a serraria - serrava madeira por meio da força da água, sendo útil aos moradores locais que necessitavam de tábuas beneficiadas para a construção de suas moradias e demais feitorias⁶.

De acordo com Naziozeno Salmória, em 1944 os Irmãos Grassi de Curitiba (PR) compraram cerca de 300 mil pinheiros selecionados, isto é, de ótimo aproveitamento madeireiro. A compra foi intermediada pelo coronel Gasparino Zorzi, um importante líder político de Campos Novos. Após isso, a exploração em escala industrial destas araucárias foi

4 LEITE, Pedro Furtado; KLEIN, Roberto Miguel. Vegetação. In: IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul, v. 02. Rio de Janeiro, 1990. p. 121.

5BAESA. Plano Diretor do Município de Anita Garibaldi – SC. Energética Barra Grande S.A., 2004. p.17-18.

6 ZANONI, José Afonso. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 27 de setembro de 2013. Acervo do autor.



executada pelos Irmãos Paese, oriundos da região da Paim Filho (RS), que no ano de 1956 compraram este extenso pinhal. Segundo Plínio Paese:

Nós começamos em 1956, quando compramos uma propriedade dos Irmãos Grassi, em Anita Garibaldi. Era composta de pinheiros que iam de Cerro Negro até perto de Celso Ramos. Mais de 200.000 (duzentos mil) pinheiros. Com uma serraria, começamos a cortar, serrar e mandar para Lages. Era muito difícil porque não havia estrada boa. A chuva interrompia os trabalhos e não havia energia elétrica. Foi um trabalho pioneiro⁷.

A escolha da região para a instalação da serraria se justificou pela abundância de araucárias que havia. Após a derrubada dos pinheirais no noroeste e nordeste do Rio Grande do Sul, diversos madeireiros migraram para a região de Anita Garibaldi. Assim também foi com os Irmãos Paese. Conforme Celso Paese:

As reservas de pinheiros em Lagoa Vermelha já estavam bastante comprometidas, assim, investir nessa região foi uma consequência natural. Mais tarde compramos outros pinhais com um número mais ou menos igual de pinheiros, também na região de Anita Garibaldi⁸.

Antes da instalação de serrarias no planalto serrano, e mesmo depois, existia na região uma relação distante e de mandonismo – isto é, abuso do poder – entre fazendeiros e caboclos. A vinda das serrarias significou para os caboclos uma possibilidade de tornarem-se trabalhadores livres, com uma remuneração mensal fixa, longe da precariedade financeira da fazenda, onde as relações eram pouco monetizadas. Em muitos casos, com a derrubada da mata pelos madeireiros que a compravam dos fazendeiros, muitos caboclos foram expulsos da terra e tornaram-se mão de obra assalariada nas serrarias⁹.

As serrarias eram normalmente construídas em meio aos densos pinheirais, onde se derrubavam as araucárias para aproveitamento madeireiro, como se pode observar na figura 01. Na sede urbana e no interior, as serrarias formavam núcleos de 20 a 50 casas de trabalhadores em média, sendo que o número de casas da vila operária variava de acordo com o tamanho e capacidade da produção instalada. Algumas dessas vilas possuíam estrutura semelhante a um pequeno povoado, com igreja, escola, salão de festas e armazém para atender a população do entorno.

7 PAESE, Plínio. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, C. R. História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005). Lages: Editora do Autor, 2005. p. 297.

8 PAESE, Celso. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, op. cit., p. 299.

9 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 116.



Figura 01 - Madeireira Felipe Dexheimer & Filhos. Localidade de Vila Petri. Anita Garibaldi, década de 1960.



Acervo: Irania Dexheimer Wentz. Anita Garibaldi – SC.

Os trabalhadores das serrarias, provenientes dos núcleos urbanos ou das fazendas, foram atraídos pela atividade madeireira porque esta remunerava mais em comparação as outras atividades de mão de obra não especializada. Algumas mulheres também trabalharam nas serrarias, produzindo pequenas peças em madeira - cabos de vassoura, no caso da Madeireira Irmãos Paese Ltda. - e auxiliando na limpeza em geral¹⁰. Conforme relato de Irania Dexheimer Wentz, nas madeireiras de Anita Garibaldi as mulheres não costumavam trabalhar diretamente. Além de levar o café ou lanche aos trabalhadores por volta das 8h e 16h, a elas ficavam reservados os serviços domésticos, a criação dos filhos, a agricultura de pequenas lavouras e a coleta de lenha para o fogo.¹¹ Outra questão que merece atenção é o trabalho infantil, pois há evidências de que ocorria nas matas e nas serrarias.

A nomenclatura de diversas comunidades estava associada à atividade madeireira ou aos pinhais. A abertura de estradas, em muitos casos, também foi resultado da ação dos

10 SALMÓRIA, Naziozeno. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Mariana de Lorensi. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

11 WENTEZ, Irania Dexheimer. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 30 de agosto de 2013. Acervo do autor.

madeireiros, que necessitavam de novos caminhos em meio as florestas de araucárias para extraí-las e transportá-las para o beneficiamento na serraria.

Figura 02 - Madeireira Granzotto. Anita Garibaldi, 20 de janeiro de 1961.



Acervo: Osvaldo Padilha. Anita Garibaldi – SC.

O governo pouco investia em infraestrutura, tanto por impossibilidade de recursos, pessoal ou maquinário, como por omissão. Desta forma, os empresários madeireiros construíam pontes e estradas com seus próprios recursos. Eram investimentos de infraestrutura que beneficiavam não apenas os empresários, mas também a população local. A arrecadação do município cresceu com a presença dos madeireiros, porém, estes recursos arrecadados eram pulverizados entre infinitas necessidades locais.

Durante o século XIX e o início do século XX o tempo gasto no corte e derrubada das árvores era maior em razão do equipamento utilizado. Apesar da Alemanha fabricar um modelo de motosserra desde os primeiros anos do século XX, a motosserra portátil com motor a gasolina só foi utilizada na região serrana de Santa Catarina em fins da década de 1960. Durante o século XX as tecnologias disponíveis para o setor madeireiro foram se aperfeiçoando, possibilitando a redução de tempo na produção de madeira e dispensando demasiada mão-de-obra. O uso de máquinas, como tratores e motosserras eram diferenciados em cada serraria, sendo que os pequenos empreendimentos pouco acesso tinham a estes equipamentos. Todavia, com melhores estradas, uma possível via férrea e equipamentos mais

modernos já utilizados na Europa, a exploração das araucárias teria sido ainda mais rápida e a devastação ocorreria mais cedo na serra catarinense.

Não havia disponibilidade de energia elétrica que fosse suficiente para atender a demanda da crescente indústria madeireira. Na verdade, a própria sede urbana de Anita Garibaldi tinha uma energia elétrica instável, produzida por meio de uma pequena usina instalada no Lajeado dos Antunes. A tecnologia dos locomóveis e máquinas a vapor foram à saída adotada pelos madeireiros que não dispunham de energia elétrica para ‘tocar’ as serrarias e outras fábricas de beneficiamento¹².

A partir da década de 1960, sobretudo nas décadas seguintes, o transporte das toras passou a contar cada vez mais com equipamentos que otimizavam a produtividade de madeira. A madeira beneficiada para exportação, destinada principalmente para a Argentina e Europa, era estocada e despachada pelo porto de Itajaí (SC), sendo que alguns madeireiros utilizavam os portos de Porto Alegre (RS) e São Francisco (SC).

As outras madeiras de lei, também conhecidas como madeiras nobres (espécies de alto valor comercial), foram extraídas ao mesmo tempo em que os pinheirais eram derrubados. Porém, com a redução do número de araucárias, cada vez mais as espécies latifoliadas foram aproveitadas pela indústria madeireira.

De acordo com Ivanei de Lorensi, as principais espécies de madeira nobre da região de Anita Garibaldi eram: angico (designação comum a várias árvores dos gêneros *Piptadenia*, *Parapiptadenia* e *Anadenanthera*), cabriúva (*Myrocarpusfrondosus*), canela-lageana (*Ocoteapulchella* (Nees) Mez), canela-louro (*OcoteaDiospyrifolia*), cedro (*Cedruslibani*), açoita-cavalo (*Lueheagrandidiflora*), pessegueiro e marmeleiro – sendo estas espécies não frutíferas, e sim de valor para o extrativismo vegetal. Em razão da resistência dessas madeiras, eram vendidas para fábricas de móveis. O angico e a cabriúva eram chamadas de ‘madeiras de cerne’, sendo utilizadas como travas, palanques, pranchas para construção de pontes e na fabricação de carrocerias de caminhões. Existiam também as ‘madeiras de tabuado’, que eram espécies ditas não muito nobres, destinadas para a produção de tábuas; dentre as espécies estão: canela-guaicá (*Ocoteapuberula*), camboatá / pintado (*Mataybaeleagnoides*), canela-preta (*Ocoteacatharinensis*), sapopema (*Sloanearetusa*), juveve (*Zanthoxylumrhoifolium*), sucará (*Dasyphyllumspinescens* (Less) Cabrera), caúna (*IlexBrevicuspis*), carne-de-vaca (*ClethrascabraPers*), vassourão (*EupatoriumdiscolorSpreng*), bracatinga (*Mimosa scabrella*),

12 SILVEIRA, C. R. História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005). Lages: Editora do Autor, 2005. p. 354.



corticeira (*Erythrina crista - galli L.*), leiteiro (*Sapium glandulatum (Vell.) Pax*), guamirim (*Myrcia multiflora (Lam.) D.C.*), e pimenteira (*Schinusterebinthifolia*). A madeira destas espécies de pouco valor comercial servia, por exemplo, para a fabricação de caixotes para o transporte de cargas.

Segundo Elias Lameu Rodrigues, primeiramente o transporte da madeira beneficiada era realizado com caminhões reboque, e, em seguida, começaram a ser utilizados os caminhões *truck*, que tinham maior capacidade de carga. Os caminhões tinham que ser fortes, por isso se escolhiam caminhões das marcas Ford e Mercedes Benz. Cada viagem levava em média 35 dúzias de madeira, o equivalente a 420 tábuas de 5,40 m de comprimento. De modo geral, as serrarias contavam com caminhoneiros contratados para o transporte, podendo os caminhões serem da empresa ou não. Muitas madeireiras também contratavam fretes, conforme a necessidade¹³.

Aspectos econômicos da indústria madeireira

A indústria madeireira teve grande impacto econômico na região deste estudo, ocasionando o desenvolvimento do comércio e serviços, além, claro, da produção de madeiras. Pode-se afirmar, com segurança, que a atividade das indústrias madeireiras foi responsável pela própria configuração sócio-espacial de Anita Garibaldi no século XX.

As florestas de araucárias e madeiras de lei do município de Anita Garibaldi foram capitalizadas, isto é, foram exploradas sob o ponto de vista econômico, visando-se obter lucro através da produção de madeira.

Para os proprietários de terras, colonos e fazendeiros, a atividade madeireira surgiu como uma nova fonte de renda, sem muito custo e com grande rentabilidade. Os fazendeiros e colonos vendiam os pinheiros e os madeireiros se encarregavam das derrubadas e transportes até as serrarias, ficando o proprietário da terra com o terreno limpo para aumentar a criação de animais ou fazer lavouras¹⁴.

Entre os benefícios da indústria madeireira no período tem-se o crescimento do distrito e com isto diversas melhorias, como a criação do Colégio Santa Maria Goretti, a construção do Hospital Frei Rogério e da Igreja Matriz, bem como o movimento político pela criação do município. A segunda metade da década de 1950, período da construção da Igreja Matriz de

13 RODRIGUES, Elias Lameu. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

14 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.* p. 145.



Anita Garibaldi, representa um período de euforia econômica para o local. A quantidade de madeira doada pelos empresários a esta construção impressiona, afinal, muitos recursos foram necessários para a concretização das grandes dimensões projetadas neste templo, chamando atenção à altura de sua torre, estando entre as maiores do Estado de Santa Catarina. Na figura 03 temos a fotografia de uma etapa da construção da Igreja matriz Santa Bárbara, onde aparecem algumas estruturas em madeira.

Figura 03 - Construção da Igreja Matriz Santa Bárbara. Anita Garibaldi, 1959.



Acervo: Paróquia Santa Barbara. Anita Garibaldi – SC.

Geralmente, um trabalhador de serraria ganhava um salário-mínimo mensal. Poucas pessoas, como era o caso dos serradores, ganhavam mais que isso. Alguns conseguiram comprar um pequeno lote de terra, mas a maioria não conseguiu economizar dinheiro suficiente para comprar um terreno próprio. Não podiam adquirir muita coisa, apenas trabalhavam para as despesas básicas. Terminado o ciclo da madeira, a maioria dos que trabalhavam nas serrarias foram embora. Os que ficaram passaram a trabalhar na agricultura ou foi para as periferias dos núcleos urbanos.¹⁵ Muitos trabalhadores, quando foram se aposentar, não possuíam tempo de serviço suficiente nas serrarias, e tiveram que se aposentar pelo fundo rural¹⁶.

15 RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. Fronteiras sem Divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande. Caxias do Sul: EducS, 2005. p. 164.

16 Ibidem, p. 168.

A euforia da indústria madeireira durou enquanto havia pinheiros para extração. Com o esgotamento das reservas florestais de araucária e a proibição do corte a região serrana entrou em uma grande regressão econômica que até o momento busca novas possibilidades de crescimento. A região que durante as décadas de 1950 e 1960 foi o maior pólo de atração de migrantes, nas décadas seguintes tornou-se o maior pólo de repulsão populacional do Estado¹⁷.

Segundo Alcides Goularti Filho, em função do esgotamento das reservas, das restrições do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – incorporado pelo IBAMA em 1989) e do não reflorestamento paralelo, o período após 1970 é marcado pela decadência das atividades madeireiras e, conseqüentemente, da economia serrana na sua totalidade. Com a regressão econômica, muitas serrarias transferiram-se para a região Norte ou para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outras madeireiras trocaram de ramo, indo para outros setores como o alimentício, ou simplesmente fecharam. Ainda conforme Goularti Filho:

Após a queda das atividades madeireiras não houve uma diversificação industrial capaz de manter e expandir a renda regional. Na época do auge da madeira, muitos madeireiros aplicavam seus lucros na compra de novas reservas de pinheiros, sempre renovando o estoque. Não houve uma preocupação da burguesia local em diversificar o próprio setor madeireiro (móveis, compensados, papel e celulose)¹⁸.

Ou seja, mesmo com a atividade madeireira iniciada na década de 1940, não ocorreu a transformação do capital mercantil e industrial, e a base da economia serrana ainda era o extrativismo vegetal predatório e primitivo.

Na década de 1970, os madeireiros já haviam extraído as araucárias de maior porte, e para abastecer suas serrarias passaram a comprar pinheiros de terceiros. Diante da alta valorização do pinhal em pé, iniciaram a derrubada dos pinheiros jovens, até que estes também rarearem. A produção, então, caiu vertiginosamente, pois o custo da matéria-prima pinheiro atingiu níveis absurdos, com tendência ainda de alta, devido a pouca oferta da mesma. Isto fez com que as madeiras serradas subissem na mesma proporção, atingindo níveis de 120% de acréscimo ao ano. O encarecimento da madeira de pinho fez com que o

17 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 145.

18 GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 258.



mercado se retraísse, abrindo perspectivas para produtos de outras espécies, as latifoliadas, e logo a seguir, das árvores exóticas, como o *Pinus spp*¹⁹.

A atuação de diversas madeireiras em Anita Garibaldi, que eram vistas como um importante fator de crescimento econômico que acabou por exaurir praticamente todas as reservas florestais economicamente viáveis. De acordo com Auri Pedro Grunitzki, a década de 1970 foi o marco final da exploração da araucária, devido a falta de pinheiros e a burocracia imposta aos madeireiros. Neste mesmo período as madeiras latifoliadas foram aproveitadas pela indústria, inclusive para fabricação de móveis, aberturas e demais produtos²⁰.

O processo de burocratização da atividade extrativista vegetal teve seu desenvolvimento ao longo de décadas, quase sempre guiado por órgão federais e/ou estaduais. Segundo Eunice Nodari, desde a Constituição de 1934 se prevê em lei a proteção ambiental. A partir daí o Estado de Santa Catarina promulgou em 1938 o Decreto-Lei n. 132, determinando providências em defesa do patrimônio florestal. Dentre as exigências deste Decreto-Lei estava a obrigatoriedade de registro para as serrarias, e, no caso de descumprimento, estas poderiam ser multadas e ter sua madeira impedida de ser vendida ou exportada²¹.

Em 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão que representava os interesses dos empresários madeireiros. Suas finalidades eram: fomentar o comércio do pinho, fixar seu preço no mercado, estabelecer as normas de funcionamento das madeireiras, fiscalizar e punir os infratores e promover o reflorestamento.²² As reivindicações de muitos madeireiros foram expostas por meio do INP, observamos na publicação de 1950 do Jornal Região Serrana que:

As dificuldades que enfrenta atualmente a classe madeireira do Estado reside na falta de financiamento dos estoques. Num momento como o presente, de aperturas financeiras, como o mercado argentino impossibilitado de realizar compras no Brasil, por razão interna dos compradores e pela falta de divisas,

19 THOMÉ, Nilson. Ciclo da Madeira: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em caçador e na região do Contestado no século XX. Caçador: Imprensa Universal, 1995. p. 142.

20 GRUNITZKI, Auri Pedro. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 21 de outubro de 2013. Acervo do autor.

21 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 99-100.

22 Ibidem, p. 101.



nada mais justo que o governo acudir a indústria da madeira, facilitando os meios de subsistência para que possa superar a crise²³.

O Serviço Florestal do Estado (SFE) foi criado em 1948, tendo por finalidade proteger as florestas do Estado por meio de formação, fomento, proteção e melhor utilização dos recursos vegetais.²⁴ Porém, segundo Eunice Nodari “o problema não estava na falta de legislação e sim na aplicação das mesmas e ainda na falta de uma opinião pública atuante na defesa da preservação e do reflorestamento”²⁵.

Com o escasseamento das araucárias e das espécies latifoliadas, não foi realizada a recomposição da floresta, mas sim o plantio de espécies exóticas dos gêneros *Pinus* ou Eucalipto. O próprio governo do Estado de Santa Catarina quando produziu projetos de reflorestamento, levou em consideração aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento²⁶.

A partir da década de 1980 apareceram na paisagem de Anita Garibaldi diversas áreas de reflorestamento de *pinusspp*, destinados para a produção de madeira e seus subprodutos. Apesar dos malefícios ao ambiente causados por essa espécie exótica, o pinus representa uma renda para muitos proprietários de terra do município.

A indústria madeireira sob a crítica da História Ambiental

No decorrer do século XX, com o desenvolvimento da indústria madeireira, as espécies economicamente rentáveis foram extraídas, gerando capital para os madeireiros e os proprietários de terras – interessados em ‘limpar o terreno’ para o cultivo agrícola e a criação de animais. Neste sentido, concorda-se com Paulo Afonso Zarth ao observar que:

Até recentemente, a história da agricultura era analisada através da ideia de progresso, que implicava a destruição da floresta e a introdução de modernas técnicas europeias, em substituição aos supostos métodos arcaicos dos povos

23 A Crise da Madeira e o Instituto do Pinho. Jornal Região Serrana, n. 179, ano 05. Lages, 16 de janeiro de 1950. p. 01. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

24 SANTA CATARINA. Lei n. 181. Cria o Serviço Florestal do Estado. Palácio do Governo. Florianópolis. 22 de novembro de 1948. Disponível em <200.192.66.20/alesc/docs/1948/181_1948_Lei.doc>. Acesso em: 05jul. 2014.

25 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 102.

26 MORETTO, S. P. Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 182.



nativos e das populações tradicionais. Agora essa posição está sob forte crítica acadêmica, tanto da história ambiental como da história agrária²⁷.

A inserção da região no cenário econômico estadual, através do cultivo agrícola e da extração de madeiras, teve implicações ambientais, especialmente as relacionadas com a floresta, acarretando a perda de sua biodiversidade vegetal e faunística. Entre as décadas de 1940 e 1980 o município teve grande parte de suas florestas reduzidas a tábuas de madeira, tanto para o consumo local quanto para abastecer o mercado interno e externo.

Durante o século XX o poder público estadual e federal criou órgãos e leis relacionados às questões ambientais. O Serviço Florestal foi criado no país em 1921, ficando subordinado ao Ministério da Agricultura por meio do Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Em 1934 a Constituição Federal incluiu na legislação o conceito de ‘monumento público natural’ e o Código Florestal introduziu a noção de ‘área reservada’. Na década de 1940, haja vista a importância dos recursos vegetais à economia; foi criado o Serviço Florestal do Estado. Em mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1948, o governador Aderbal Ramos da Silva justifica a criação do serviço apontando que:

O desmatamento de nossas terras, a queima inconsciente, o corte das madeiras de lei e a diminuição progressiva das nossas matas, fizeram necessária a criação de um serviço florestal no Estado, ao qual fossem atribuídos os serviços de preservação de florestas existentes, reflorestamento das zonas desnudadas e estudos das nossas matas²⁸.

A nível nacional, em 1988 a Constituição Federal dedicou um capítulo inteiro referindo-se ao meio ambiente, definindo a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional.²⁹

O modo de exploração madeireira foi considerado inadequado por não ter considerado qualquer orientação técnica que assegurasse a perpetuação da flora, isto é, o desmatamento predatório não possibilitou a recomposição das florestas afetadas.

Do ponto de vista econômico, a indústria madeireira gerou um capital frágil, pois com o fim das reservas florestais e a proibição do corte muitos empresários não mantiveram seus ganhos, ocasionando, inclusive, na total falência de muitos madeireiros. Esta recessão econômica da atividade motivou alguns a migrarem para o Centro-Oeste e Norte do país,

27 ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, E. S.; KLUG, João. História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 55.

28 SANTA CATARINA. Mensagem do governador dr. Aderbal Ramos da Silva à Assembléia Legislativa. Florianópolis, 1948. p. 99. Acervo: APESC.

29 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



porém, a grande maioria que não dispunha mais de recursos financeiros permaneceu na região ou dispersou-se para outros centros urbanos.

Nas décadas de 1970 e 1980 a quantia de lucro obtida com a venda da madeira reduzia paralelamente com a redução das florestas. Medidas foram tomadas por parte dos governantes mesmo antes da acentuada decadência. A atividade de reflorestamento foi incentivada pelo governo estadual, numa justificativa de apoio a famílias de baixa renda e na crença de um dito ‘reflorestamento’. Foram aprovados projetos relacionados com o ‘desenvolvimento florestal’ e o Programa Florestal Catarinense³⁰. Porém, constata-se que o governo produziu projetos de reflorestamento levando em consideração os aspectos meramente financeiros, já que se buscava a praticidade para tal empreendimento³¹. Ou seja, conforme observou Samira Moretto, “mesmo depois de averiguada que a FOM fora desmatada em grande escala, as medidas tomadas foram para a manutenção do setor madeireiro e não para a recuperação da floresta”³². A demanda por madeira impulsionou a cultura exótica das espécies pinus e eucalipto, resultando em acirradas discussões que se estendem por décadas, com argumentos econômicos favoráveis e argumentos ambientais contrários.

A Lei Federal n. 11.428 de 22 de dezembro de 2006, conhecida como a Lei da Mata Atlântica, tem sido importante para a preservação dos remanescentes deste bioma. Em 21 de novembro de 2008 o Decreto n. 6.660 regulamentou a lei supracitada, estabelecendo de que maneira podem ocorrer as intervenções na vegetação nativa, isso, claro, mediante o uso sustentável dos recursos e se assim for permitido³³.

A área de floresta de Santa Catarina, assim como o resto do Brasil, está perdendo ano a ano a identidade original, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou este ecossistema. Embora presente, a sucessão florestal está ocorrendo em fragmentos, o que não é suficiente para recuperar a fisionomia original das regiões desflorestadas³⁴. Na figura 04, pode ser observada a vista aérea da localidade de Santa Ana, onde aparecem fragmentos florestais da FED e da FOM. Assim como boa parte do território do município, a região passou por um

30 ROSSI, E. M. Z.; NODARI, E. S. Araucária - o símbolo de uma era: *o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta – e os reflexos regionais*. Relatório final de pesquisa - CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

31 MORETTO, S. P. Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 182.

32 Ibidem, p. 69.

33 NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011. p. 114.

34 NODARI, E. S.; FERRI, G. K. A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875 – 1970). Relatório final de pesquisa. CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 18.

intenso desmatamento com a colonização do início do século XX, e, recentemente, com formação do lago da UHE Campos Novos (2006) teve as margens do rio Canoas alagadas, ocasionando um grande impacto socioambiental.

Figura 04 - Vista aérea da localidade de Santa Ana. Anita Garibaldi, 2002.



Acervo: ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

A expansão do cultivo agrícola e da criação de animais nas pequenas, médias e grandes propriedades continua a causar desmatamentos. Ao analisar o processo histórico das violências ambientais no oeste catarinense, Eunice Nodari apresenta uma revisão atualizada da questão. Segundo Nodari, com as proibições e a fiscalização governamental novas formas de desmatamento foram criadas: alguns proprietários adotam a estratégia de ‘roer pelas bordas’, isto é, desmatam anualmente pequenas faixas de floresta na margem externa dos remanescentes; outros desmatam de ‘dentro para fora’, deixando as bordas dos remanescentes. Esses métodos dificultam a fiscalização, pois muitas vezes quando essas ações são descobertas os danos já foram efetuados³⁵.

Ainda de acordo com Nodari, temos outros agravantes ambientais na contemporaneidade: a expansão da monocultura do *Pinusspp* e eucaliptos; e a instalação de

35 NODARI, E. S. Um olhar sobre o processo histórico de violências ambientais no oeste de Santa Catarina. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais. Chapecó: Argos, 2013. p. 263-264.

usinas hidrelétricas; e o modelo de reforma agrária adotado pelo Governo Federal, no qual as áreas dos assentamentos rurais são desmatadas – tanto pelos proprietários desapropriados quanto pelos agricultores que as ocupam³⁶.

O registro de estiagens nos municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos, assim como em toda região Oeste de Santa Catarina, tem crescido em decorrência da ação antrópica, com o aumento da população e o mau uso dos solos. Entre os fatores que favorecem as secas, destacam-se o desmatamento, as queimadas, a poluição atmosférica e a compactação e impermeabilização do solo³⁷.

Os resquícios de florestas que ainda existem são explorados para coleta de lenha para fogões e lareiras, sendo que em alguns casos as árvores chegam a ser derrubadas para tal finalidade³⁸. Os impactos da geração de energia e calor através dos recursos vegetais representam uma porção significativa entre as ações de devastação ainda em curso.

Se levarmos em conta a história da colonização para a região deste estudo, perceberemos que seus objetivos socioeconômicos foram alcançados, ou seja, a vegetação densa que os antigos moradores relatam ter encontrado cedeu lugar às lavouras e habitações - símbolos do progresso e do triunfo humano sobre a natureza. Mas, precisamos reconsiderar esta trajetória sob uma perspectiva que extrapole o discurso oficial e memorialístico. Durante todo o século XX as inúmeras levas de imigrantes e migrantes não avaliaram os ganhos futuros proporcionados pela preservação, afinal, naquele momento histórico a questão ambiental não preocupava a população trabalhadora do interior. Assim, com o esgotamento do solo ou por questões econômicas, muitos pequenos proprietários tiveram que vender a terra, contribuindo para a formação de latifúndios com pastagens, monoculturas (soja) e o plantio homogêneo de pinus e eucaliptos. Em resumo da análise deste processo, Eunice Nodari alerta que:

Sempre que os interesses econômicos de uma minoria se sobrepuserem aos interesses maiores da sociedade, os reflexos repercutem não somente nos seres humanos, mas em toda a natureza. As florestas acabam sucumbindo, e com elas se vai a sua biodiversidade e se perdem as perspectivas diferenciadas de sustentabilidade³⁹.

36 Ibidem, p. 266.

37 ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, S. M. S.; NODARI, E. S. Migrações e natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 177.

38 BAESA. Plano diretor do município de Anita Garibaldi – SC. Energética Barra Grande S.A., 2004. p. 17.

39 NODARI, E. S. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G. História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação. Rio de Janeiro: Garamond, 212. p. 260.

A importância atual das discussões ambientais, a produção de conhecimento no tema, o envolvimento coletivo, e, por objetivo, a preservação das florestas, vem se fortalecendo devido a constatação de que os danos a natureza são irreversíveis e fatais à espécie humana. Assim, constata-se que o estudo crítico e histórico dos aspectos socioambientais de Anita Garibaldi é relevante, pois os fragmentos de Mata Atlântica existentes no território do município se encontram ameaçados de extinção e sem infraestrutura suficiente para o seu reparo.

As questões analisadas e/ou apresentadas neste trabalho são cruciais não apenas para o entendimento do passado, mas principalmente para as perspectivas de futuro. A afirmativa do historiador Arnold Joseph Toynbee é pertinente e nos serve de reflexão:

A biosfera é estritamente limitada em seu volume e, por isso, contém um estoque também limitado dos recursos de que as várias espécies de seres vivos têm de lançar mão para se manterem. Alguns desses recursos são renováveis; outros, insubstituíveis. Qualquer espécie que utilize demais seus recursos renováveis ou esgote os insubstituíveis condena-se à extinção⁴⁰.

O conhecimento histórico sobre este passado um tanto quanto recente pode favorecer uma crítica construtiva acerca da nossa interação com o meio ambiente. Afinal, o equilíbrio no uso dos recursos naturais é fundamental para a continuidade da trajetória humana sob a terra.

O município de Anita Garibaldi precisa repensar seu modo de interagir com a fauna e a flora do seu território. Se as ações desordenadas de desmatamento continuarem muito em breve o trecho de ‘verdes matas a te circundar’ será apenas uma linguagem poética no hino municipal. Depende de nós, cidadãos e governantes, garantir que os fragmentos de vegetação remanescente possam se regenerar, proporcionando condições de vida para todas as espécies – inclusive a humana.

Referências

A Crise da Madeira e o Instituto do Pinho. *Jornal Região Serrana*, n. 179, ano 05. Lages, 16 de janeiro de 1950. p. 01. Acervo: Museu Thiago de Castro. Lages – SC.

40 TOYNBEE, Arnold Joseph. A Humanidade e a Mãe Terra: uma história narrativa do mundo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 22-40.



BAESA. *Plano diretor do município de Anita Garibaldi – SC*. Energética Barra Grande S.A., 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, S. M. S.; NODARI, E. S. *Migrações e natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRUNITZKI, Auri Pedro. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 21 de outubro de 2013. Acervo do autor.

LORENSI, Ivanei de. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

MORETTO, S. P. *Remontando a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NODARI, E. S. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação*. Rio de Janeiro: Garamond, 212.

NODARI, E. S.; FERRI, G. K. *A natureza dominada: ocupação e desmatamento no Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina (1875 – 1970)*. Relatório final de pesquisa. CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NODARI, E. S.; KLUG, João. *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NODARI, E. S. Um olhar sobre o processo histórico de violências ambientais no oeste de Santa Catarina. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. *Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais*. Chapecó: Argos, 2013.

NODARI, E. S. Unidades de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago., 2011.

PAESE, Plínio. Entrevista concedida a Cláudio Rogério Silveira. Lages, s.d. In: SILVEIRA, C. R. *História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005)*. Lages: Editora do Autor, 2005.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente. *Fronteiras sem Divisas: aspectos históricos e culturais da UHE Barra Grande*. Caxias do Sul: Educs, 2005.



RODRIGUES, Elias Lameu. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 03 de julho de 2014. Acervo do autor.

ROSSI, E. M. Z.; NODARI, E. S. Araucária - o símbolo de uma era: *o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta – e os reflexos regionais*. Relatório final de pesquisa - CNPq. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SALMÓRIA, Naziozeno. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri e Mariana de Lorensi. Anita Garibaldi, 22 de junho de 2014. Acervo do autor.

SANTA CATARINA. *Lei n. 181*. Cria o Serviço Florestal do Estado. Palácio do Governo. Florianópolis. 22 de novembro de 1948. Disponível em <200.192.66.20/alesc/docs/1948/181_1948_Lei.doc>. Acesso em: 01 out. 2016.

SANTA CATARINA. *Mensagem do governador dr. Aderbal Ramos da Silva à Assembleia Legislativa*. Florianópolis, 1948. p. 99. Acervo: APESC.

SILVEIRA, C. R. *História da Indústria da Madeira: Serra Catarinense (1940 – 2005)*. Lages: Editora do Autor, 2005.

THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira: história da devastação da floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em caçador e na região do Contestado no século XX*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *A Humanidade e a Mãe Terra: uma história narrativa do mundo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WENTEZ, IraniaDexheimer. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 30 de agosto de 2013. Acervo do autor.

ZANONI, José Afonso. Entrevista concedida a Gil Karlos Ferri. Anita Garibaldi, 27 de setembro de 2013. Acervo do autor.

Recebido em 03 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2017.



Novos termos de um velho debate: a industrialização do Vale do Itajaí na historiografia e na economia política catarinense

Bruno Mandelli

bruno.o.mandelli@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Neste artigo propomos lançar luz sobre como a industrialização do Vale do Itajaí/SC foi abordada na historiografia catarinense e na economia política. Abordaremos as principais obras de autores que se dedicaram ao tema desde a década de 60 aos anos 2000, em suas diferentes vertentes teóricas. Desse modo, através de uma abordagem bibliográfica, propomos levantar quais diferenças e semelhanças entre as distintas perspectivas que se dedicaram à pesquisa da industrialização naquela região. Através de uma análise comparativa foi possível traçar um aspecto que perpassa todas as obras estudadas: a persistência do empreendedor teuto-brasileiro como ator histórico da industrialização.

Palavras-chave: Industrialização; Vale do Itajaí; Teuto-brasileiro.

Abstract: In this article we propose to shed light on how the industrialization of the Itajaí Valley / SC was approached in the historiography of Santa Catarina and in the political economy. We will cover the main works of authors who have dedicated themselves to the theme from the 60s to the 2000s, in their different theoretical aspects. Thus, through a bibliographical approach, we propose to identify the differences and similarities between the different perspectives that were dedicated to the research of industrialization in that region. Through a comparative analysis it was possible to trace an aspect that pervades all the studied works: the persistence of the Teuto-Brazilian entrepreneur as historical actor of the industrialization.

Keywords: Industrialization; Itajaí Valley; German-Brazilian.

A industrialização do Vale na perspectiva da Economia Política

Desde a década de 60 do século passado muitos estudiosos se debruçaram como objeto de pesquisa a industrialização do Vale do Itajaí/SC. As primeiras obras acadêmicas publicadas sobre o assunto se inseriam mais no campo da geografia econômica e da economia política como áreas de conhecimento próximos à história econômica: *Estudos Geográficos da Indústria de Blumenau* (1965), do geógrafo Armen Mamigonian, e do livro *Desenvolvimento econômico e Evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife* (1966) do economista Paul Israel Singer sob orientação do professor Florestan Fernandes.

No artigo do geógrafo Armen Mamigonian, intitulado *Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau*, publicado em 1965 na Revista Brasileira de Geografia, o autor inicia seu estudo destacando três tipos de zonas industriais em Santa Catarina: zonas de colonização



alemã, zona do carvão e zona pioneira do oeste. Em relação à primeira, o autor considera que em particular, as colônias Blumenau, Joinville e Brusque se constituíram como as zonas “mais industrializadas e as mais ricas de Santa Catarina, de tal modo que em São Paulo, por exemplo, Santa Catarina evoca automaticamente os alemães”¹.

Desse modo, o autor estabelece que a industrialização se deu nessa região em três fases de implantação: a primeira de 1880 a 1914 caracteriza-se pela implantação das primeiras indústrias, quando foram fundadas “uma malharia (HERING-1880), e duas tecelagens de algodão (Karsten-1882 e Garcia 1885)”². Para o autor citado, nessa fase, de 1850 até a primeira Guerra de 1914-18, “o fundamento material da vida em Blumenau esteve baseado no sistema “colônia-venda”³. Isto é, um pequeno comércio local, em que os produtos eram vendidos e comprados dentro da colônia, através das “vendas”.

A segunda fase, para o autor, de 1914 a 1939, é marcada pela expansão das indústrias e criação de novos ramos industriais. Nesse período, é marcado principalmente pelo advento da Primeira Guerra Mundial, que influenciou a relação econômica no comércio do Brasil, o que também proporcionou uma entrada da economia de Blumenau no mercado externo. Além disso, outro fator contribuiu para a consolidação das indústrias em Blumenau, um capital humano, segundo Mamigonian: “a partir de 1919 a chegada de numerosos imigrantes com experiência industrial e comercial”⁴.

A terceira fase inicia em 1940 e se estende até 1961. Para o autor, o excedente econômico, “indispensável a todo início industrial”:

(...) nasceu da produção agrícola e por causa do sistema “colônia-venda” acumulou-se nas mãos dos comerciantes que não se contentavam apenas em orientar a vida econômica nas suas zonas de influência, mas também possuíam barcos para ir até Itajaí (...). Mais frequentemente, estes comerciantes dirigiam casas de importação-exportação na “Stadtplatz”, e filiais nos diferentes cantos das zonas rurais⁵.

Em relação aos empresários industriais, o autor afirma que “o espírito de iniciativa das pessoas de origem alemã, que se encontra na base da criação das fontes de energia, (...) teve uma expansão máxima na atividade industrial”⁶. Esses empresários obedecem a certos tipos de

1 MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 27: 389-481, jul./set. 1965, p. 390.

2 Idem, p. 394-395.

3 Idem, p. 397.

4 Idem.

5 Ibidem, p. 397.

6 Ibidem, (grifos meus). p. 398.



padrões de acordo com suas profissões de origem anterior e a origem de capitais: 1) gentes que já eram industriais; 2) gentes ligadas ao comércio de importação-exportação do sistema colônia-venda; 3) representantes comerciais, quadros e empregados de escritórios e comerciantes varejistas; 4) a mão-de-obra qualificada: mestres, operários qualificados e artesãos⁷.

Em seguida, o autor cita alguns casos de pequenos empresários que foram bem-sucedidos em seus negócios: Herman Hering, Johann Karsten, Alfred Hering, W. Cremer, entre outros. Em seguida afirma que: “resumindo, os industriais de Blumenau eram o mais frequentemente “capitalistas sem capital”, no sentido de que tinham espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro”⁸. O perfil dos empresários que fizeram a industrialização de Blumenau, para o autor, eram, portanto, esses capitalistas “sem capital”, no sentido de que possuíam um ímpeto modernizados, mas que traziam poucos recursos em suas bagagens.

A visão do empresário imigrante como realizados da indústria em Blumenau é explicada por Mamigonian pela transposição da industrialização em curso na Alemanha, considerando que este fato bastava para que se instalasse um processo de industrialização aqui nos moldes do que ocorria lá, conforme afirma:

A colonização alemã em Blumenau *trouxe em si mesma a indústria*, se se considerar que seus membros, provenientes de uma civilização em pleno desenvolvimento industrial, *trouxeram eles mesmos esta civilização* [...] Assim, pode-se dizer que a colonização do Dr. Blumenau, *por causa da sua riqueza humana*, no lugar de ser Santa Catarina, se localizasse não importa onde, os resultados seriam os mesmos⁹.

A análise de Mamigonian (1965), embora parta de uma abordagem socioespacial, é em nossa visão limitada, pois parte de uma simplificação de um processo histórico complexo que envolveu diferentes continentes, e, portanto, países com formações socioeconômicas distintas. Consideramos equivocada a afirmação de que a colonização alemã trouxe em si mesma a indústria, e que os imigrantes alemães, por terem vindo de uma civilização em processo de industrialização, transplantaram essa civilização para o Brasil, o que dá uma noção de que a imigração alemã em Santa Catarina reproduziu, *ipsis litteris*, a sociedade alemã de final do século XIX. Além disso, a tese de que a industrialização de Blumenau foi de “capitalistas sem capital” reforça a ideia de que o “sucesso econômico” foi obra exclusiva dos empreendedores

7 Ibidem, p. 400.

8 Ibidem, (grifos meus). p. 404.

9 Ibidem, (grifos meus). p. 416.



teuto-brasileiros, que por causa de sua “riqueza humana”, atingiriam os mesmos resultados e nunca o fracasso, não importa em que lugar.

A industrialização do Vale na perspectiva da historiografia

A partir de agora vamos visitar as obras de alguns historiadores que pesquisaram o assunto em Santa Catarina. Walter Fernando Piazza (1989) em seu livro *Santa Catarina: sua história*, no capítulo que trata sobre a Industrialização (de 1850 a 1900), o autor descreve o processo de surgimento das primeiras indústrias dos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, de alimentos, etc., e passa a biografar o que chama de lideranças: 14 empresários de origem germânica e um de origem italiana, fundadores de empresas e grupos econômicos, mas não diz nada sobre a mão-de-obra¹⁰. Em outro livro, *Santa Catarina: história da gente*, ao tratar dos fundadores da Colônia Blumenau, os primeiros 17 imigrantes, afirma que “a predominância de artesãos sobre lavradores talvez explique a tradição industrial que se firmará como base econômica da região”¹¹. Nesse sentido, também atribui à origem da industrialização no Vale do Itajaí à figura do empreendedor teuto-brasileiro.

Também compartilha dessa visão a interpretação de Américo Augusto da Costa e Souto, (1980) que em conjunto com outros historiadores e economistas escreveram a obra *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*, que possui como marco teórico a obra de Fernand Braudel, com a diferenciação temporal entre estrutura, conjuntura e evento. No capítulo V do livro, *Da Economia Subsidiária e primário-exportadora à industrialização tradicional (1850-1914)*, é assim periodizada a formação da indústria naquela região:

O período que vai de meados do século XIX à Guerra de 14 mostra, a partir de 1880, uma transformação que podemos considerar estrutural, ou seja, a implantação da indústria tradicional (especialmente têxtil e alimentar), na zona de colonização do Vale do Itajaí e do Nordeste do Estado¹².

Desse modo, a partir de 1850 à Primeira Guerra, o autor considera que houve uma transformação nas estruturas da base econômica da região do Vale do Itajaí e Nordeste de Santa

10 WOLFF, Cristina. Op. Cit., p. 3.

11 PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC, 1977, p. 72.

12 CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BRDE/BADESC/BESC/PROCAPE, 1980, p. 57.



Catarina. A partir de uma interpretação braudeliana de longa duração, o autor considera como uma mudança estrutural a instalação das primeiras indústrias na zona de colonização alemã. Cabe destacar que para o autor, a etnia alemã é relevada como fundante nessa alteração estrutural da região, conforme afirma: “no caso do imigrante (sobretudo o alemão), a *ação do pioneirismo*, que poderia conduzir à tese do empresário inovador de Schumpeter”¹³.

Em artigo mais recente, Costa e Souto (2004) publicou um capítulo intitulado *Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. Como o nome diz, é uma tentativa de remontar às origens da indústria nessas regiões. Na mesma lógica do trabalho anterior, o resgate das origens industriais tem por perfil do homem que faz a história o “empresário inovador”, ao invés dos “heróis políticos e militares” da historiografia tradicional, como o autor afirma:

A História Econômica, uma das preferências da Escola Francesa tem como atores históricos não os heróis políticos e militares, mas sim os heróis “shumpeterianos” das façanhas econômicas: o italiano Mattarazo, caudilho empresarial, é, assim, a réplica do outro italiano, o caudilho revolucionário Garibaldi; o Visconde de Mauá passa a merecer monumentos, ao lado de um D. Pedro I, um José Bonifácio... No nosso caso, os capitães de empresa e técnicos inventores teuto-catarinenses serão os atores da épica industrial¹⁴.

A sua defesa – de certa forma retoma os argumentos na obra anterior – é a de que a industrialização, enquanto fenômeno de longa duração, que transforma as estruturas da sociedade catarinense, é fruto da imigração enquanto fenômeno conjuntural da segunda metade do século XIX.

Mais um tema abordado em sua obra é a defesa da tese da relação da industrialização do Vale como centro-periferia ou metrópole-satélite em relação ao eixo Rio-São Paulo. Em que “o conceito de centro, isto é, as economias “desenvolvidas”, definidas especialmente pelo capitalismo industrial; de outro lado, a periferia, formada por economias subdesenvolvidas, em estágio pré-capitalista (ou, no máximo dentro do capitalismo comercial)¹⁵.

Esse modelo de explicação da industrialização centro-periferia foi utilizado pela comissão econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁶.

13 Idem, p. 75.

14 COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 115.

15 Ibidem, p. 118.

16 Faziam parte dos quadros da CEPAL importantes economistas e sociólogos brasileiros, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando H. Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro e José Serra, entre outros.

Para Costa e Souto, o imigrante trouxe da Europa uma mentalidade capitalista, própria de países que passaram pela Revolução Industrial, em contraste com a sociedade brasileira que ainda mantinha a monarquia e a escravidão. Como o autor afirma: “Tem sido constatado que o imigrante em geral mostra, no Brasil, uma *vocação empresarial* que não costuma ocorrer no brasileiro”¹⁷.

Esse contraste entre a mentalidade do “brasileiro” ligada à monarquia e à escravidão, e do “imigrante teuto” como tipicamente capitalista, é apontada como uma das causas da transformação estrutural proporcionada pela industrialização, assim como já havíamos visto semelhante argumentação na obra de Mamigonian (1965), novamente reitera argumento do perfil do fundador das indústrias, conforme é destacado:

Esse grupo saía de um país que ingressava aceleradamente no capitalismo industrial. Via de regra, não trazia recursos materiais, suas armas para a aventura industrial foram sua mentalidade empresarial e suas qualificações técnicas. *Eram capitalistas sem capital*¹⁸.

Esses “capitalistas sem capital” a que se referem Costa e Souto (2004) e Mamigonian (1965), são os que fundaram as primeiras indústrias do Vale do Itajaí, que se destacam em sua narrativa.

Em nenhum momento aparece uma menção aos trabalhadores, às mulheres, ao trabalho infantil, enfim, a visão predominante nessas obras é a do perfil imigrante alemão, empresário inovador, “capitalista sem capital”.

Uma obra que, embora faça oposição à perspectiva de Costa e Souto e CEAG/SC em relação à tese centro-periferia na relação de industrialização do Vale, segue a perspectiva de que o agente histórico indutor da industrialização é o empresário inovador teuto-brasileiro é *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento*, publicado em 1987, da historiadora Maria Luiza Renaux Hering. Para esta autora:

Nosso ponto de partida é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu a dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e de mercado interno, teve por base o isolamento regional. (...). Discordamos, assim, do posicionamento defendido em trabalhos atuais na Universidade Federal de Santa Catarina que serviriam, inclusive, de base a estudo divulgado sobre a evolução histórico-econômica do estado, sob a responsabilidade de um grupo de economistas e historiadores e que se resume na explicação de que a

17 COSTA E SOUTO, Op. Cit., (grifos meus). p. 40.

18 COSTA E SOUTO, Op. Cit. (grifos meus). p. 129-130.

economia de Santa Catarina foi marcada pela função de suprir os núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro¹⁹.

Segundo a autora, Santa Catarina, em particular o Vale do Itajaí, teve o seu desenvolvimento econômico a partir de uma industrialização endógena, voltada para dentro, e não como periférica da economia do eixo São Paulo-Rio.

Notamos que a autora busca generalizar um “modelo catarinense de desenvolvimento” a partir de um estudo regional do Vale do Itajaí. Sendo esse desenvolvimento “autônomo”, pois “constata-se sua independência em relação ao governo pela ausência de subsídios e favores (...) e em relação às instituições bancárias, inexistentes localmente. Decorre dessa auto-suficiência e solidez a capacidade de manter-se no mercado e de resistir a conjunturas difíceis”²⁰. Como fator primordial na análise do desenvolvimento endógeno é apontado o tipo de mão-de-obra e o tipo de empreendedor como agentes de transformação econômica no Vale do Itajaí²¹.

Essa teoria do empresário inovador tem suas bases filosóficas em Joseph A. Schumpeter, economista austríaco que escreveu *A teoria do desenvolvimento econômico*, obra no qual o autor constrói a sua teoria em torno do empresário inovador, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico. Segundo essa linha de pensamento, o individualismo e o racionalismo são características inerentes a esse tipo de agente que realiza a combinação de técnicas novas no processo de produção e conquista novos mercados. Como Hering afirma: “na definição Schumpeteriana, que se tornou clássica para o conceito de empreendedor, este é o indivíduo que preenche a função de realizar novas combinações no processo produtivo”²².

Em relação à mão-de-obra, aos trabalhadores, a autora citada faz pouca menção quando afirma que “a memória dos operários, através de entrevistas, oferecem material rico para história social: visão de mundo, esperanças, condições de vida, *valorização do trabalho*”²³. Outro traço que caracterizava a mão-de-obra teuta, segundo a autora, foi a “docilidade frente ao paternalismo na direção (...). Na fábrica, a passividade imposta pela servidão secular supostamente se manifestou numa atitude de submissão e respeito pela autoridade mais próxima, o patrão”²⁴.

19 HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p. 11.

20 Ibidem, p. 13.

21 Ibidem, p. 14.

22 Ibidem, p. 14.

23 Ibidem, p. 16. (grifos meus).

24 Ibidem, pp. 151-152.



A equidade entre empresários e trabalhadores, que é narrada em seu livro, tem como origem o tipo de atividade econômica e o parcelamento da propriedade que se desenvolveu na região do Vale do Itajaí a partir da colonização alemã. Além disso, para Hering-Renaux (1987) um tipo de mentalidade comum imbuída de uma ética do trabalho são fatores fundamentais na sua explicação da origem industrial autônoma:

O próprio tipo de atividade econômica que se desenvolveu na região tendo por base as pequenas propriedades não permitiu, de início, a formação de grandes fortunas e o distanciamento social. Por outro lado, o imigrante trouxe uma mentalidade imbuída de ética que dele exigia ECONOMIA, MODERAÇÃO E AUTO-CONTROLE no comportamento, valores esses justamente destacados como pressuposto mais imperioso para a industrialização, nos países líderes deste processo, do que a própria posse de capital²⁵.

A autora ressalta, portanto, o mesmo argumento já evocado por Mamigonian (1966) e por Costa e Souto (2004) dos “capitalistas sem capital”, de que a mentalidade tipicamente capitalista com uma ética “protestante” seriam os principais fatores do desenvolvimento e da industrialização; para Hering-Renaux (1987), foi uma industrialização autônoma, independente do Estado, de instituições financeiras, isolada do restante do país, e que tem como marca um equilíbrio social acentuado.

Para ela, esse equilíbrio social, característica do modelo de colonização alemã no Vale do Itajaí, foi “marcadamente homogêneo”, pois “todos os imigrantes, por necessidade ou por decreto, foram obrigados a ter, como atividade inicial, numa região cuja base econômica ainda estava por ser criado, o trabalho na terra”²⁶. Essa característica das origens dos fundadores do Vale, para Hering, determinou uma equidade econômica e social:

Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum²⁷.

A narrativa construída pela autora sobre o processo de formação da colonização e da indústria no Vale do Itajaí/SC nos leva, por muitas vezes durante a leitura, a imaginar uma sociedade onde não havia diferenças sociais significativas, sem ricos nem pobres, sem desigualdades econômicas profundas, uma vez que todos deveriam ter o trabalho na agricultura

25 Ibidem, p. 27.

26 Ibidem, p. 56.

27 Ibidem, p. 56.

como condição social inicial. Essa construção narrativa é, em nossa opinião uma visão idílica do passado, muito semelhante à ideia do mito fundador, tal como analisou Mircea Eliade: “(...) o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio" (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser”²⁸.

Além dessa relação de equidade social, a autora também informa que não havia uma classe aristocrática como em outras regiões do Brasil, o que facilitou para que a Colônia nas regiões do Vale do Itajaí caminhassem para uma transformação industrial. Desse modo:

Não havia, em Santa Catarina, uma aristocracia rural ou qualquer outra que impedisse colonos, e, posteriormente, comerciantes e artesãos, de exercerem a profissão de sua escolha. Isso, naturalmente, forjou-lhes um caráter em que a *auto-confiança* e a *independência* tornaram-se traços essenciais²⁹.

Como representante dos empreendimentos industriais de Blumenau, a autora cita o caso da empresa Gebrüder Hering, fundada em 1880. A família Hering possuía tradição no ramo têxtil, pois “todos os membros do sexo masculino da família foram, sem exceção, tecelões ou mestres de tecelagem e malharia”³⁰. Quando imigrou para Blumenau, estava com 43 anos e experimentou diversas atividades ligadas ao comércio, abrindo uma venda em 1879. Em 1880, com a vinda do irmão mais novo, Bruno Hering, pôde iniciar as atividades de artesãos da Alemanha: “com as economias trazidas e guardadas pelo patriarca Hermann, fora possível adquirir o primeiro tear, que, contudo, era bem diferente, das simples máquinas de tecer usadas anteriormente na Saxônia”³¹.

Em relação à mão-de-obra, a autora analisa que a mesma origem étnica contribuiu para os valores comuns e os laços de solidariedade fossem criados entre os operários e patrão, gerando traços de identidade cultural acima das diferenças socioeconômicas. Desse modo, “tradição, sentimento autóctone, relações sociais favoráveis, ligações familiares – no caso, refletindo-se em estabilidade no emprego – são constatações fáceis ao senso comum”³².

A partir de 1875, entretanto, contribuíram para a formação da mão-de-obra da região a imigração italiana, firmada a partir do contrato de Caetano Pinto com o Império, em virtude da crise agrícola pelo qual passara a Itália e a diminuição na imigração de alemães no período.

28 ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 50.

29 Ibidem, p. 57. (grifos meus).

30 Ibidem, p. 87.

31 Ibidem, p. 93.

32 Ibidem, p. 141.

Destaca-se que “entre os imigrantes havia elementos dos mais diversos segmentos sociais, uma vez que o responsável pelo seu recrutamento era recompensado pelo número de indivíduos arregimentados, não existindo qualquer critério de seleção”³³.

De acordo com a autora, com a inserção desses imigrantes italianos na economia local vai se dar uma diferenciação étnica e social em relação ao trabalho, uma vez que “entre os imigrantes de origem urbana havia muitos que transplantaram consigo a experiência e o sentimento de grupos operários politizados e inconformados com a espoliação social levada pelo capitalismo industrial dos primeiros tempos à sua pátria (...)”³⁴.

Segundo a autora, diferente da atitude de “submissão” e à “disciplina” da origem teuta, os imigrantes de origem italiana não se adaptaram bem ao trabalho industrial. Assim, “os operários desses dois núcleos, Nova Trento e Itajaí, eram elementos que se ajustaram com maior dificuldade ao regime de trabalho industrial, com horários de trabalho rígidos”³⁵.

Assim, para esse tipo de historiografia, o padrão por excelência do ator da história do Vale, é, por um lado, o empresário teuto-brasileiro, capaz de inovar e superar as diversidades iniciais a partir da sua mentalidade empreendedora, herdeiro de características inovadoras; e por outro lado, o trabalhador teuto, portador de uma disciplina e de uma moral voltadas para o trabalho, com características “dóceis” e “submissas”.

Críticas ao modelo schumpeteriano da história

Conforme pudemos ver nas páginas anteriores, a escrita da história do Vale passou por diversas tendências historiográficas, da história factual e pretensamente neutra (Piazza), da perspectiva da economia política (Mamigonian e Singer), à análise braudeliana da longa duração (Costa e Souto) que converge com a teoria schumpeteriana do empresário inovador (Maria L. Renaux Hering).

Recentemente, alguns autores têm aberto um novo caminho para interpretação da industrialização do Vale do Itajaí, da sua formação social, e das suas relações sociais em nível mais amplo, da política às manifestações culturais. São elaborações de economistas, sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, até poetas – mas nenhum historiador³⁶. Talvez seja esse a

33 Ibidem, p. 145.

34 Ibidem, p. 145.

35 Ibidem, p. 152.

36 MATTEDI, Marcos Antônio; IVO, Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, p. 7.



importância desse trabalho para historiografia, apesar dos limites de um artigo, contribuir para fomentar esse debate no campo da história.

Alcides Goulart Filho, economista, defendeu uma tese sobre a *Formação Econômica de Santa Catarina*, publicada pela editora da UFSC. Ao analisar a produção bibliográfica sobre o Estado, questiona a tese schumpeteriana do empresário inovador, uma vez que “um empresário pode ser considerado inovador quando as condições sociais, institucionais e financeiras permitem a externalização do seu dinamismo”³⁷ Para o autor, destacar apenas um elemento do “sucesso” industrial, do empreendedor de origem teuto, e colocá-lo como exemplo do “modelo catarinense de desenvolvimento” é reforçar o mito da superioridade racial. Desse modo, para o autor:

A tese do empresário inovador serviu como um respaldo científico mais elegante e convincente do que as abordagens racistas do evolucionismo spenceriano, em que os mais aptos ou os mais dinâmicos sobrevivem à seleção natural. Associado à figura do empresário inovador, vem o *mito do “espírito de iniciativa”*, da forte “ideologia do trabalho” e da disciplina. Essa interpretação serve para reforçar ainda mais a segregação social e regional no Brasil, ou seja, o sujeito é pobre e explorado porque não têm descendência alemã ou italiana; portanto, não tem amor ao trabalho e prefere o ócio ao negócio. Se quisermos construir uma abordagem crítica da formação econômica de Santa Catarina, jamais podemos cair no reducionismo individualista e na visão preconceituosa³⁸.

Goulart Filho (2007) não cai na apologia de explicar a gênese da industrialização a partir do “empresário inovador” ou da transposição simplista da Revolução Industrial em curso na Europa para a realidade brasileira. O autor, crítico a visão apologética do empresário inovador explica que “o crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade de cópia) e pela tradição dos imigrantes (...)”³⁹. No campo da sociologia, Fabrício R. Tomio (2000) organizador do livro *Nosso Passado (In)Comum: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*, escreve um capítulo - *Breve História da Burguesia Industrial Têxtil Blumenauense (Constituição, Ação Política e Organizações de Classe)* -, em que se propõe a analisar a história

37 GOULART F., Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 49.

38 Ibidem, p. 49.

39 Ibidem, p. 76.



de Blumenau a partir de uma interpretação da ação coletiva da burguesia têxtil, nas suas diferentes etapas e posições de classe.

O autor inicia retomando a fundação, em 1880, da empresa Gebrüder Hering, como o marco “que inaugura o processo de industrialização do Estado de Santa Catarina”⁴⁰. A periodização histórica da industrialização de Blumenau é aquele mesmo proposto por Singer e Mamigonian – 1850-1880 (produção agrícola, sistema colônia-venda); 1880-1914, da pequena indústria; 1914-1950, grande indústria. Segundo o autor:

A transposição histórica do padrão de desenvolvimento agrícola deu origem à segunda fase econômica de Blumenau (1880-1914): a da pequena indústria. Concorreram para isto, alguns fatores fundamentais: 1) a acumulação de capital pelos comerciantes (“vendedores”) e seu investimento em atividades de transformação industrial; 2) a existência de um mercado interno formado pelas colônias que garantiam a colocação inicial das mercadorias; 3) a experiência profissional e o conhecimento técnico dos imigrantes fundadores das primeiras indústrias⁴¹.

Segundo Tomio, “esta terceira característica é normalmente enfatizada pelos empresários (I. HERING, 1980) como fator fundamental para a industrialização catarinense”⁴², o que “parece servir muito mais a uma autenticação acadêmica de um preconceito ou de uma posição ideológica da elite local”⁴³.

Concordamos com essas críticas a visão completamente parcial das obras que enfocam em um perfil único de líder na suposta vocação empresarial da região do Vale. Nossa crítica vai no caráter teleológico embutido nas teses dos “capitalistas sem capital” e do “empresário inovador”.

Desse modo, parece que nos planos de colonização do Vale já estava implícita a indústria, como o “transplante de uma cultura europeia”, “destinada ao sucesso” e nunca ao fracasso. Como afirma Hering-Renaux (1987) em relação ao Vale do Itajaí: “Havia, então, a preocupação de se ocupar os *espaços vazios* do litoral em direção ao interior (...). Aí se formaram núcleos duradouros, *destinados ao sucesso econômico*”⁴⁴. E também que:

40 TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. Breve História da Burguesia Industrial Têxtil Blumenauense (Constituição, Ação Política e Organizações de Classe). In: _____. *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, p. 68.

41 Ibidem, p. 69-70.

42 Ibidem, p. 70.

43 Ibidem, p. 70.

44 HERING, Maria L. R. Op. Cit. p. 32. (grifos meus).



A indústria catarinense trouxe *a marca da colonização* original – no Vale do Itajaí formaram-se pequenas e médias empresas familiares, lideradas por empreendedores de origem alemã. Estes, sem contar com o favorecimento do governo, canalizaram os investimentos de base rural para a formação de empresas industriais e desenvolveram suas fábricas adotando como princípio de gerência empresarial a aplicação de recursos autogerados, representados basicamente pela capitalização de parcela dos rendimentos familiares⁴⁵.

Em primeiro lugar, com esses argumentos, a autora despreza a existência de comunidades indígenas inteiras que vivia sob a região do litoral à serra geral, no planalto e região do Vale. Os Tupi-guarani viviam no litoral e já praticavam a agricultura, eram sedentários e tinham na pesca a atividade básica para sua subsistência. No interior viviam os Xokleng e Kaingang que pertenciam ao tronco Jê e ocupavam as florestas e a área dos campos. Como afirma o pesquisador Silvio Coelho dos Santos:

Os indígenas formavam sociedades organizadas e plenamente adaptadas ao ambiente americano. Havia desenvolvido uma tecnologia adequada para este ambiente. E viviam o seu mundo, como qualquer homem: nascendo, trabalhando, amando, lutando e morrendo⁴⁶.

Em segundo, a afirmação do “sucesso econômico”, que depende do ponto de vista adotado, uma vez que o crescimento econômico dentro do capitalismo é sempre acompanhado do crescimento da pobreza, aparece na narrativa histórica como algo predestinado, o que reforça uma concepção linear, arquetípica e teleológica da história, que se desenvolve a partir de um mito fundador e atinge, ao final, um resultado que já havia sido previsto. Parte-se do passado para se legitimar o presente. E essa relação entre passado e presente é fundamental para compreender a crítica que fazemos a tipo de história. Segundo José Reis afirma que:

A história positivista cultuava o evento passado para que ele não se tornasse explosivo no presente. (...) Um passado-coisa, duro, museu, endurece, coisifica, conserva o presente. (...) Portanto, a relação que se estabelece com o passado condiciona a relação que se estabelece com o presente. Se se quer endurecer o passado, o presente será permanente. E quando se endurece o passado é este o objetivo⁴⁷.

45 HERING, Maria L. R. Op. Cit. p. 318. (grifos meus).

46 SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 24.

47 REIS, José C. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 33-34.

Assim, percebemos que a construção histórica da industrialização do Vale do Itajaí como obra do empreendedor teuto-brasileiro, é evocada por uma elite para apresentar a história da indústria catarinense como obra de empresários de origem europeia, principalmente alemães.

A historiografia que privilegia a ação individual do empreendedor teuto-brasileiro como agente da industrialização do Vale, elegendo-o, portanto, como propulsor do progresso econômico relaciona categorias dadas, como se os sujeitos que viveram a história pudessem saber, *a priori*, o resultado de sua ação. Verificamos, portanto, que a historiografia catarinense e a economia política que estudou a origem da industrialização do Vale do Itajaí compartilharam, uma interpretação da industrialização ligada à superioridade do trabalho e da capacidade empreendedora dos imigrantes de origem teuto. Cabe como reflexão final desse artigo bibliográfico, a problematização do ponto de vista de uma história social, em que novos sujeitos que fizeram parte da história possam aparecer como agentes da transformação industrial; novas pesquisas revelam-se necessárias e urgentes.

Referências

BRAZ, Marcelo. NETTO, José P. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEBRAE/CEAG-SC/CODESUL/SIC/CODESC/BRDE/BADESC/BESC/PROCAPE, 1980.

COSTA SOUTO, Américo A. *Industrialização de Santa Catarina: o vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929)*. In: Ana Brancher (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

GOULART F., Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007

HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 27: 389-481, jul./set. 1965.

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre: BRDE, 1982.

PIAZZA, Walter F. HÜBENER, Laura M. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1989.



RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Blumenau; Florianópolis: Ed. da FURB/Ed. da UFSC, 1992, 88p.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, 118p.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenauense: constituição, ação política e organização de classes. In MATTEDI, Marcos Antônio; IVO, Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Ed. da FURB, 2000, 321 p.

VIDOR, Vilmar. *Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2008.

Recebido em 09 de janeiro de 2015.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.



Narrando conflitos, construindo uma guerra: a primeira guerra mundial no jornal *O Estado* (1915-1917)¹

Igor Lemos Moreira²

igormoreira@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo: O presente trabalho, visa, através de teóricos da História dos Eventos e da História do Tempo Presente, discutir elementos que auxiliaram na construção da Primeira Guerra Mundial enquanto acontecimento pelo jornal *O Estado* em Santa Catarina entre os anos de 1915 e 1917. Discute-se principalmente as maneiras narrativas pelas quais o periódico catarinense buscou noticiar e representar o conflito enquanto acontecimentos separados, assim como os mecanismos de construção da guerra como um único acontecimento.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Acontecimento; História do Tempo Presente; Imprensa.

Abstract: This work through theoretical History of Events and History of the Present Time , to discuss elements that helped in the construction of the First World War as event by the newspaper The State of Santa Catarina between 1915 and 1917. It is mainly discussed the narrative ways in which the newspaper of Santa Catarina sought to report and represent the conflict as exiled events, as well as the mechanisms of construction a total event.

keywords: World War I; Event; History of Present Time; Press.

O objetivo principal deste trabalho é refletir acerca das narrativas sobre a Primeira Guerra Mundial no jornal *O Estado*, entre os anos de 1915 e 1917, em torno da problemática da construção de acontecimentos pelos veículos midiáticos. Fundado em 15 de maio de 1915, o jornal de circulação diária *O Estado*, foi idealizado e editado inicialmente por Henrique Rupp Junior, Ulysses Costa, Oscar Ramos e Joe Gollaço. De circulação inicialmente municipal, focada na cidade de Florianópolis, mas expandindo-se para todo o estado de Santa Catarina, o impresso possuía um perfil republicano e publicava temas tanto internacionais, como nacionais, estaduais e municipais, especialmente aqueles ligados às questões militares, o transporte marítimo e a economia. O período entre 1915 e 1917 se constituiu como o momento não apenas de lançamento do *O Estado*, mas também de atualizações e mudanças constantes, marcas dos

1 Este texto trata-se do segundo capítulo de meu Trabalho de Conclusão de Curso (2016), orientado pela professora Ana Luíza Mello Santhiago Andrade, cujo o objeto foi estudar, entre as notícias publicadas no jornal *O Estado* entre 1915 e 1917, como a Primeira Guerra Mundial foi construída enquanto acontecimento no período de ‘neutralidade’ do Brasil frente ao conflito (MOREIRA, 2016).

2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES-DS e integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC).



impressos no período da primeira república³. Inicialmente o jornal, impresso em folhas 45cm x 63cm, contava com um total de 4 páginas, sendo que destas aproximadamente 1 e meia eram dedicadas à publicidades, divulgações e editais. Através do advento de novas técnicas e tecnologias que chegam ao Brasil nas primeiras décadas do século XX⁴, o período passa a alterar-se constantemente. Já em 1917, *O Estado* passa a ser publicado em 6 folhas (medindo 36cm x 54cm), aumenta o número de telegramas publicados e passa a utilizar-se de correspondentes internacionais mais constantemente.

Neste trabalho, parte-se de uma noção específica: fatos diferem de acontecimentos. Teóricos de diferentes campos, não apenas da história, mas, por exemplo, da comunicação social, do jornalismo, da teoria literária, debruçaram-se sobre essa contraposição. Em meu texto, parti das reflexões de Pierre Nora⁵, François Dosse⁶ e Muniz Sodré⁷. Enquanto fatos seriam ocorrências, o acontecimento demandaria um processo de construção e/ou de narração, surgindo a partir de rupturas que são constituídas por quem as narra. Assim, o que aconteceria seria compreendido como fato, porém nem todo fato seria um acontecimento. Pensando por tal perspectiva, concordando com Nora⁸, visualizo no século XX um momento de retomada dessas discussões, especialmente pela crescente aceleração da atuação da mídia desde o período até nossa atualidade, dada a ascensão de uma nova relação com o tempo advinda, entre outros fatores, da Revolução Industrial e da expansão dos veículos de comunicação⁹. Assim, nesse artigo proponho analisar e exemplificar, nas matérias do jornal *O Estado* referentes a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como que esta foi construída enquanto acontecimento.

Minha principal perspectiva para a construção da guerra é que, não apenas o impacto do conflito em todo o globo foi um dos motivos, mas também a presença migrante e uma continuidade de um processo de aproximação com os modelos europeus, a citar aqui a *Belle Époque*, que permeava a Primeira República. É preciso pensar estas articulações com o

3 LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 149 - 178

4 COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos Impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 103-130.

5 NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre (Org.). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1979. p. 179-192.

6 DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.5-23, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>>. Acesso em: 26 jan/jun 2016.

7 SODRÉ, Muniz. A Narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

8 NORA, Op.cit. 1979.

9 KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2014.



momento vivido uma vez que “o acontecimento também é configurado em função da perspectiva de expectativa em que ele acontece. Ele não sai do nada, mas de pré-conhecimentos, de um conjunto de padrões, de um sistema de referências”¹⁰. Nessa associação, o acontecimento ‘nasceria’ do seu produtor que lhe orienta no processo de seleção e de sistematização das informações.

Construir acontecimentos, ou escrever fatos configurando significados a um grande público, ou seja, tornando-os notícia, é visto num diálogo, não apenas da História do Tempo Presente, mas também no campo da História dos Eventos. Partindo da leitura de Dosse¹¹, por História do Tempo Presente refiro-me ao estudo de ecos do passado no presente, ou seja, adoto como objeto de estudo questões do passado que perpassem nossa sociedade atual. Deste modo, a História do Tempo Presente se insere entre a longa duração e a história recente, e entre suas principais preocupações estariam as investigações da contemporaneidade do não contemporâneo. Entre os objetos possíveis está a questão da mídia e da construção de acontecimentos, que, como já visto, tem suas relações intensificadas no século XX, em especial dados aos conflitos e aos movimentos de expansão dos modos de comunicação e de acesso a estes, como foi o caso da TV e do rádio.

Segundo Darnton¹², a História dos Eventos, ou história dos incidentes, estuda como são construídos acontecimentos e eventos sendo que estes derivam não apenas de um processo narrativo construído, mas também da ideia de ‘incidentes’¹³. Tal ideia partiria da visão de rompimento que Barbosa¹⁴ aborda ao refletir que os jornalistas trabalham com a imposição de padrões de normalidade em seu exercício diário. Darnton¹⁵, exemplifica esse processo com seu período de trabalho no *The New York Times*, onde era obrigado a procurar entre boletins policiais fatos que, para seus colegas de trabalho, não fossem ‘comuns’. A ‘normalidade’ é uma construção realizada pelos próprios produtores de notícias que acontece no decorrer do tempo e a partir de referenciais próprios relativos as vidas e trajetórias individuais/coletivas, os

10 DOSSE, Francois. Renascimento do Acontecimento. São Paulo, Sp: Unesp, 2013. p. 267.

11 DOSSE, 2012.

12 DARNTON, Robert. História, Eventos e Narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.290-304, jul. 2005.

13 Ou seja, algo que não estaria colocado como esperado ou normal e que romperia um padrão.

14 BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. In: XXVII Congresso da Intercom, 2004, Porto Alegre. CD Rom do XXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004.

15 DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo, Sp: Companhia de Bolso, 2010.

chamados critérios de noticiabilidade, e não uma imposição de algo¹⁶, assim, pensar nos padrões de ‘normalidade’ ou na própria objetividade é nos depararmos com construções que ocorrem durante o próprio período em que as notícias são publicadas e os acontecimentos são criados.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes principais: em um primeiro momento é realizada uma discussão sobre os modos utilizados pelo jornal *O Estado* entre 1915 e 1917, para noticiar a guerra, entre estes os telegramas e os comunicados. A segunda parte reflete acerca de alguns exemplos de construção de acontecimentos presentes nestes modos narrativos elencados anteriormente, para em seguida ser realizado um balanço sobre a construção da guerra enquanto um acontecimento geral.

Narrar a guerra

Antes de compreendermos a Primeira Guerra Mundial enquanto um acontecimento, consideramos ser necessário pensar em como ocorria a narração dos conflitos e enfrentamentos, para assim apontarmos quais as possibilidades de construção desse(s) acontecimento(s). Uma noção que auxilia a refletir essa questão é a compreensão de gêneros jornalísticos enquanto modos, ou gêneros, de escrita. Através dessa interpretação, para buscar compreender melhor os modos pelos quais a guerra foi narrada, observei nas edições do jornal *O Estado (1915-1917)* quais eram os meios mais comuns de narrativa. Foram esses: Os Telegramas, Os Comunicados, As Traduções, Os Relatos, As Notas, Informes, Fotografias (em pouquíssimo número) e alguns outros casos raros, como entrevistas e colunas específicas.

É notável, ao observar os modos pelos quais a guerra foi narrada que o conflito ocupa o cotidiano dos jornais aos poucos e assim a sociedade estaria também tendo a possibilidade de leitura e discussão dos fatos que passaram a se envolver em seu cotidiano. Essa compreensão fica ainda mais clara ao pensarmos com Michel de Certeau que “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”¹⁷. Pensar o cotidiano, seria estudar as práticas que ocorrem nos momentos ordinários, seriam os simples gestos e ações, que estão inseridas em uma lógica de

16 SCHUDSON, Michael. A norma da objetividade no jornalismo americano. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (Org.). *História da Comunicação: Experiências e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Rj: Mauad X, 2014. p. 137 - 162.

17 CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano (Vol.2): morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996. p. 31.



práticas realizadas de maneira inconsciente. Como aponta Certeau, elas ocorrem no 'invisível'.

Em sua perspectiva,

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural [...] se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano¹⁸.

Entre as táticas, compreendidas enquanto maneiras de contestação do poder dentro do campo de atuação dos detentores dele, citadas pelo autor, estariam atos como ler, cozinhar, conversar. Assim, as notícias, além de interferir no cotidiano, também apropriavam-se desse e registravam interesses que vinham tanto dos produtores/divulgadores das informações, como dos leitores, pois,

os meios de comunicação de massa são capazes de definir os temas que irão pautar a conversa pública cotidiana, concepção sintetizada na conhecida fórmula de que os meios não são capazes de determinar ‘o que’ as pessoas pensam, mas dizem ‘sobre o que’ elas devem pensar¹⁹.

Refletirei a partir de agora como funcionava ou como era possível se visualizar a guerra em alguns dos modos narrativos colocados.

Os telegramas²⁰, retomando brevemente, eram escritas breves, enviados de diferentes regiões e que exerciam a função de comunicação e informação rápida. Pensando em relação aos acontecimentos, nota-se uma construção mais fragmentada dos eventos, sem passar por um tratamento ou seleção de trechos específicos por parte dos editores, mas que desempenhavam um papel de atualização rápida e possibilitavam uma sensação de vivências do momento, ou seja, um acompanhamento quase que constante.

Londres, 12. - Apesar da reafirmação de Berlim, o governo inglês desmente oficialmente a perda do couraçado <<Caroline>> e mais dois navios.
Berlim, 12. - Os aviadores alemães continuam atacando Salonica²¹.

18 Ibid. p. 41.

19 LARA, Eliziane. Quem faz a agenda? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). Para entender o jornalismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 29-40. p. 29.

20 Para saber mais consultar: MOREIRA, Igor Lemos. Reflexões acerca dos Telegramas na Imprensa Catarinense em tempos de conflitos mundiais (*O Estado*, 1915). Revista Anagrama (USP), v. 10, p. 1-13, 2016.

21 TELEGRAMAS, O ESTADO, 13 de Fevereiro de 1916. p.1



Sobre a diversidade de conteúdos abordados pelo serviço telegráfico, dois destes prevalecem. Primeiro, os que traziam informações de guerra e aspectos militares, não apenas narrando avanços dos exércitos e baixas militares, mas também mortes de civis e aquisição de armamentos. Em segundo, em menor escala, se verificam muitos telegramas voltados a reportar informações diplomáticas, como negociações de acordos, assim como de rompimentos. Verificando então uma preocupação em compreender o conflito em maior grau que apenas os países envolvidos apenas no embates armado diretamente.

Semelhante aos telegramas, e por vezes originados do mesmo modo, os Comunicados possuíam um caráter de informe oficial. Em sua maioria, eram enviados através de consulados, embaixadas, ou ligas espalhadas de países como Inglaterra, Alemanha, Austria e Itália, assim, a eles, era conferido um papel comunicativo que diferia dos telegramas, talvez causando uma sensação de maior segurança e importância.

Comunicado inglês

O vice-consulado britânico nesta capital recebeu a seguinte comunicação: Augmenta a actividade na frente britânica na França: d'entre as operações de maior importancia recentes salientam-se um ataque feito a uma secção de trincheiras inimigas em le Translou, realizado com absoluto successo; tendo sido atingido o objetivo dos nossos que tomaram 369 prisioneiros, a um custo total de 160 baixas da nossa parte. Alem d'isso realizaram se diversos outros raids, durante o dia, para léste de Neuville St. Waast, e Festubert, que terminaram com grande prejuízo para o inimigo, sem nenhuma perda eos nossos²².

Utilizar-se desses comunicados também poderia significar um meio de comunicação 'mais confiável', uma vez que nesse período era comum, segundo Garambone²³ a desconfiança frente as informações que chegaram relativas a guerra. Em uma análise narrativa do exemplo selecionado, também é possível identificar que estes comunicados poderiam ser construídos através da junção de uma série de telegramas, pois o modo narrativo é semelhante e seus conteúdos fragmentados, buscando se informar o máximo possível em palavras breves.

Por ser um conflito que ocorria em escala mundial, ou no plano internacional, fazia parte dos modos de narrar a guerra a utilização de textos de outras revistas e jornais pelo mundo que eram traduzidos para publicação no *O Estado*.

A entrada de Portugal na guerra Um artigo do "Times"

22 TELEGRAMAS, O ESTADO, 8 de Fevereiro de 1917. p. 2.

23 GARAMBONE, Sidney. Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.



Muito se tem dito e escripto sobre a attitude de Portugal em face da grande guerra que devasta a Europa. Parece-nos interessante dar a conhecer aos leitores o texto de um artigo apparecia a esse respeito no <<times>>. Aqui vai a traducção:

<<De todas as nações que até agora se têm abtido de uma intervenção activa na guerra, nenhuma se manifestou tão ardorosamente ou tão espontaneamente em favor dos aliados como os nossos irmãos de armas, or portuguezes. Mal tinham começado as hostilidades, logo o governo português afirmou a leal adhesão do seu paiz aos termos da aliança ingleza e a sua boa vontade de lhe dar effectivação logo que assim lhe fosse solicitado[...]²⁴.

As traduções além de nos possibilitarem acesso a discussões fora do país, também indicavam um adensamento nas redes de comunicação que constituíam o jornal no período. Poderíamos pensar que existia não apenas as influências de materiais, pessoas e leitores no plano nacional, mas uma rede intencional para além das trocas de telegramas. Ou seja, além de no circuito de comunicação se ter acesso a informações internacionais, era possível através de tais traduções ler e estar envolvido nas discussões e posicionamentos de outras mídias em locais diferentes.

É preciso lembrar ao falarmos em tradução que essa “sempre implica uma apropriação especial de textos”²⁵ e não sua publicação na íntegra e as explicações para isso são múltiplas, mas existe um processo de reconstrução da narrativa para que esta componha sentido aproximado ao que o autor do original em língua estrangeira pretendia transmitir. Traduzir sempre predispõe uma interpretação das palavras para melhor adequação ao leitor e também para a constituição de uma lógica narrativa mais detalhada, e que visava trazer ao Brasil textos originais diretamente dos países que as produziam.

Auxiliando narrar o cotidiano dos países em guerra, e ampliar a guerra para além de dados, os relatos eram também traduções de viagens ou enviados por moradores das cidades atingidas.

Londres e a guerra

O termo de uma viagem angustiosa - Como a Inglaterra defende dos submarinos a navegação nas suas costas - O novo aspecto de Londres - A mulher inglesa e a guerra - O bombardeamento de Londres pelos <<Zeppelins>>.

Agora, que o grande período passou e que meus nervos fatigados por uma excitação tão extenuante me consentem algum repouso, sei avaliar melhor os riscos que corri e posso dizer que para navegar nos mares da Inglaterra é hoje necessário dispôr do heroísmo dos marinheiros ingleses ou ter a cega confiante da Providencia, que em nós mulheres, substitui a coragem. Foi essa

24 A entrada de Portugal na guerra, O ESTADO, 18 de Março de 1916. p. 2.

25 CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. São Paulo, SP: Unesp, 2014. p.187.



confiança que me deu ano para arrasto com o perigo. Mas a experiencia assusta. Compreendo, nesta hora de reflexão que desafiei a morte E' quasi de repente que a grande situação dramática surge, em pleno mar. Dois dias antes da chegada a Liverpool, quando o navio deixo o golfo da Biscaia, e entra nas aguas inglesas, as machnicas diminuem a marcha, as hélices são quasi silenciosas [...]²⁶.

Os relatos também revelavam uma aproximação de escrita literária e pessoal, o que poderia causar sensações de 'vivência' ao conflito. Estes, possibilitavam ao leitor uma visão a partir de alguém que vivia o conflito, ou seja, tinha-se neles a conexão com o testemunho, colocando-se ali experiências vividas em relatos pessoais. No caso acima observa-se que o testemunho vem ligado também a ideia de trauma, de medo. Esse medo seria derivado do encontro com uma fragilidade da vida, um medo da morte, um conflito militar que colocavam pessoas comuns em risco.

Outra prática, que se populariza no momento, foi o fotojornalismo. Segundo Lohmann²⁷, os conflitos dos séculos XIX e XX influenciaram na expansão do gênero, mas este só realmente é mais aceito utilizado nos impressos quando a própria fotografia passa a ser interpretada como um meio de reprodução visual da realidade. Um registro visual do momento que informava em outras dimensões que o texto não conseguiam.

No Jornal *O Estado* o uso de fotografias para registrar a Grande Guerra foi realizado apenas duas vezes²⁸. No dia 16 de Maio de 1916, o jornal publicou 2 imagens relativas ao conflito. Registrando uma imagem de cuidados, a fotografia em questão, mostra o local de atendimento aos feridos. Ajudando a compor um quadro fora de cotidiano de conflitos armados, mostrando o dia a dia daqueles que não estavam nas trincheiras. Como aponta Barbosa²⁹, as fotografias enquanto veículo de comunicação, acompanham o processo de mudanças na imprensa Brasileira, e no auxílio de se construir uma memória visual do conflito para aqueles que não conviveram com os momentos tensos no continente vizinho.

A segunda imagem acompanha a mesma ideia da primeira, mas dessa vez registrando um outro espaço. Fotografar a cena de um açougue poderia significar, nesse caso, que existia

26 Londres e a guerra, O ESTADO, 13 de Novembro de 1916. p.1.

27 LOHMANN, Renata. A objetividade no fotojornalismo: um estudo de caso do jornal Zero Hora. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37638/000822299.pdf?sequence=1>> Acesso em: 1 de Fevereiro de 2015.

28 Essa conclusão foi chegada a partir das edições disponíveis para consulta na Biblioteca Pública de Santa Catarina, talvez possam ter existido outras publicações, porém até a escrita deste trabalho não tive o acesso a estas.

29 BARBOSA, Marialva. Revistas e Guerra: a 1a. Guerra Mundial nas revistas críticas ilustradas brasileiras. In: Jorge Pedro Souza. (Org.). Balas de Papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha. 1ed.Lisboa: Media XXI, 2015, v. 1, p. 357-374.

um sentido nos acampamentos dos exércitos para além do preparo militar, onde inclusive existia um comércio interno. Assim, a imagem talvez pudesse transmitir ao leitor do jornal uma proximidade da guerra com a sua realidade uma vez que os conflitos poderiam ficar em uma ideia mais abstrata.

Os gêneros narrativos exemplificados, foram trazidos para tentar demonstrar alguns dos modos como a guerra estava colocada no jornal. Partindo dessas apresentações, início as reflexões sobre como, através destes meios, se construíram os acontecimentos.

Alguns exemplos de construções de acontecimentos

É sabido que a figura do Papa é uma presença destacável no cenário internacional. Sua participação e/ou opinião é esperada em diversos eventos. Desde conflitos até o casamento de membros da família real inglesa, é esperado que o papa se manifeste não apenas como uma figura representante de uma das maiores religiões monoteístas do mundo, mas também como um membro que não está filiado a nenhum país em específico.

No contexto da guerra, uma série de telegramas publicados no estado cobriam a participação do pontífice máximo, Bento XV, nas discussões e seus posicionamentos frente aos embates entre os países. Por conta de sua importância, mesmo que seu território não estivesse diretamente envolvido nos conflitos, cada ação que desempenhava era transformada de fato em acontecimento, ou seja, era conferido significado especial fora da normalidade e colocado como notícia. Em primeiro momento, esses pequenos acontecimentos envolviam seu ofício, demonstrando construções e preocupações com relação ao posicionamento da igreja católica com a guerra em ‘pequenos’ gestos,

O Papa, Rio 21.

S. Santidade o papa Bento XV aprovou a oração destinada aos soldados italianos³⁰.

Com o avançar da guerra, as notícias relativas a participações e opinião de Bento XV diminuem. Suas ações não são mais transformadas em acontecimentos, pois os conflitos aos poucos passam a ser construídos pelo jornal em movimentações e ações cotidianas, como já citado por relatos e telegramas de posições de tropas. Porém, em 1916, quando o conflito se

30 O Papa, O ESTADO, 22 de Maio de 1915. p. 02.



adensou, é publicado um texto onde vê-se o discurso do papa aos cardeais, durante reunião, pedindo pela paz.

A Abertura do Consistorio

Uma prelecção do papa em favor da paz

Telegrama de Roma, em data de 4 o seguinte:

Por ocasião da abertura do consistorio, o papa Benedicto XV proferiu uma allocução, ouvida em silencio pelos príncipes da Egreja, que de quando em vez faziam signaes de aprovação.

[...] << A observancia da lei - accrescentou sua santidade - faz prosperar as sociedades humanas, isoladamente, e a sociedade internacional, ao passo que o seu desprezo provoca perturbações publicas e privadas.

O immenso conflicto actual mostra a que excessos e desastres podem conduzir as violações e o desprezo das leis que regulam as relações entre os Estados.

Assistimos a uma série de horrores: o sequestro de coisas sagradas e dos próprios ministros do culto; o afastamento de cidadãos pacíficos dos seus lares, no meio das lagrimas de suas mães, esposas e filhos; cidades abertas, populações indefesas expostas a incursões *ilegível* e a horrores em nome, que compungem a alma >>.

Em seguida, o papa disse lamentar profundamente todos esses males, condemnando tão grandes iniquidades, qualquer que sejam os seus autores.

Terminou o pontifice proferindo uma oração, em que fez votos para que possa surgir, dentro em breve, a aurora radiosa da paz, porque anseia toda a humanidade, restituindo a harmonia e a prosperidade a todas as nações³¹.

O acontecimento em questão, a fala do Papa na reunião, é construído enquanto um momento de reflexão, mas também de pedido e de manifestação contraria da instituição que este representa ao conflito. Com um perfil que se diz ‘neutro’, o trecho acima nos permite visualizar uma construção de guerra de enfrentamentos, mas que impacta o dia a dia e causa traumas e separações de pessoas. Tal discurso permite então pensar o que venho até aqui tentando apontar: a guerra pelo jornal *O Estado* foi construída em um aspecto de totalidade, não apenas de tiros e armamentos.

Mas, partindo disso, como eram narrados os acontecimentos relativos aos enfrentamentos e ao aspecto militar? Afinal, este é o que deveria ser mais apontado na cobertura. Para exemplificarmos, trago como exemplo a questão dos submarinos na Primeira Guerra, um dos ‘destaques’ da guerra, sendo referenciados desde o início de circulação do impresso. Parte dos acontecimentos da guerra eram tratados em torno das questões militares. Para além do local para o qual cada tropa de movimento, notificar questões ligadas aos submarinos demandava muitas vezes anunciar a compra de novos armamentos, invasões,

31 A Abertura do Consistorio, O ESTADO, 13 de Dezembro de 1916. p. 2.



conflitos marítimos, entrevistas com militares, ou até aproximações na costa brasileira como acontecerá em 1917 gerando o naufrágio do navio Paraná.

Os submarinos na guerra

O submarino entra também em actividade desde de 1 de Agosto. O << U 15 >> foi abalroado e metido a piquis por um cruzador britânico, mas o atendendo mais audacioso ocorreu em Setembro 5 no Fifth of Eorth quando o << Parhfinder >>, um cruzador ligeiro afundou tão rapidamente que nunca dele se descobriu cousa que não fossem destroços. Tinha sido torpeado pelo << U 21 >> alemão³².

Pintando quadros de conflitos dentro dos oceanos, as notícias e os acontecimentos ligados a esse tipo de embarcação possuíam coluna própria, diferente de outros como os aviões. Tendo observado isso, vemos nos jornais um interesse pela questão marítima, talvez por influência de algum de seus editores, o que possibilita a composição de acontecimentos ricos e que criavam imagens como as exemplificadas. Durante o período analisado, foram aproximadamente dez textos mencionando os aos submarinos e que construía um conflito em águas internacionais rompendo também com uma visão de ‘guerra das trincheiras’ como seria denominada posteriormente³³. Outros exemplos foram notícias contabilizando os submarinos na Alemanha, por exemplo, ou algum texto focado em um ponto em específico.

Um último exemplo que gostaria de trazer são os debates em torno da entrada de países do continente americano na guerra. Como aponta Olivier Compagnon³⁴, desde o início do conflito, a América Latina parecia respirar a cada jogada diplomática de seus líderes. Existia um ar de espera por rompimentos de paz, e uma preocupação econômica muito grande já que muitos países como Brasil e Argentina tinham acordos econômicos com nações em guerra, a exemplo da Alemanha. Assim surgia na imprensa cada vez mais um interesse pela posição da Argentina, do Brasil e do Chile, ou, o pacto A. B. C.³⁵.

32 Os submarinos na guerra, O ESTADO, 2 de Fevereiro de 1916. p. 2.

33 COMPAGNON, Olivier. O Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2014.

34 Ibid.

35 Firmado em 1915, “determinou que controvérsias surgidas e que não pudessem ser resolvidas diplomaticamente ou através do arbitramento, teriam que ser submetidas à investigação de uma comissão permanente, que se constituiria na cidade de Montevidéu, antes da tomada de qualquer medida de hostilidade. Também não demonstrou preocupação com possíveis insurreições que pudessem acontecer em um dos países signatários ou nos países vizinhos.” HEINSFELD, Adelar. AS RELAÇÕES BRASIL-CHILE: o pacto ABC de 1915. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2009, Fortaleza. Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza: Anpuh, 2009. p. 8.

De maneira discreta, a sigla foi usada apenas duas vezes nas fontes analisadas, no dia 3 de Junho de 1915 e outra no 12 de Junho de 1915. No segundo dia em questão tratava-se de um telegrama enviado de Borges de Medeiros³⁶ para Lauro Muller e depois da resposta do segundo para o primeiro.

Ao presidente Rio Grande, que é ao mesmo tempo o representante autorizado da geração que pregou a república como o regime da fraternidade, envio muito sensibilizado os meus profundos agradecimentos pelo seu telegrama de aplausos pela assinatura do tratado entre Brasil, Argentina, Chile. Com as mais gratas recordações do Rio Grande e da sua carinhosa hospitalidade, envio ao pesado amigo e á sua digna família os meus mais cordeas e respeitosos cumprimentos³⁷.

O tratado em questão visava a não agressão e a cooperação entre os 3 países em questão. Como podemos ver, era esperado notícias sobre os países vizinhos também frente a guerra e, mesmo não sob o termo 'ABC', o *O Estado* apresentou um grande interesse pela Argentina, narrando sobre esse acontecimentos que apontavam para uma preocupação com a nação que, segundo Compagnon³⁸ era um grande alvo de suspeita de ser germanofolia³⁹. Ações como treinamentos militares e peças de teatro argentinas que buscavam mostrar uma “entende cordial” eram noticiadas e registravam momentos de suspeitas sobre os vizinhos de fronteira. Isso fica evidente com um texto publicado em 20 de julho de 1916, com o título “O que a Alemanha tem lucrado com a guerra”. Neste texto são levantados dados buscando apontar, segunda a Inglaterra, o lucro dos países americanos com a guerra, uma vez que, muitos países europeus estavam precisando importar produtos do continente americano.

A guerra enquanto acontecimento

Um acontecimento, como viemos até o momento buscando definir, é um processo de construção narrativa. Como aponta Marialva Barbosa⁴⁰, esse processo se inicia com a separação dos fatos cotidianos através da imposição de padrões de normalidade. No processo de escrita e

36 Borges de Medeiros foi um dos principais líderes políticos do Rio Grande do Sul durante a Primeira República.

37 TELEGRAMAS, O ESTADO, 12 de Junho de 1915.

38 COMPAGNON, 2014.

39 Germanofilia é empregado no período, e neste trabalho, para caracterizar um sentimento de apoio ou simpatia pela Alemanha neste período (COMPAGNON, 2014).

40 BARBOSA, 2004.



construção de notícias, o jornalista ou escritor, cria uma barreira de normalidade, ditando o que seria corriqueiro e o que passa a ser fora do 'comum'. E é esse ponto que se tornaria um acontecimento: “essa construção é seletiva. Seleciona-se parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber”⁴¹.

Essa barreira, ou padrões, está ligado o que Nelson Traquina define como valor-notícias ou noticiabilidade,

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícias que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor notícia'⁴².

Assim, para criar-se uma notícia, que se tornaria um acontecimento é preciso um processo de seleção que esta vinculado há algumas influências: o escritor (e sua opinião), o público e o editor (abordagem do impresso). O século XX é fundamental para pensarmos esse processo de narração dos eventos e a partir dele a atribuição de acontecimento. Pierre Nora⁴³ aponta que neste período existe uma retomada do conceito, um 'retorno do fato' como coloca, mas atenta que não é tudo que ocorre que torna-se acontecimento, para que assuma tal categoria é preciso que este seja inscrito, especialmente através de meios de comunicação, e a mídia ocupa este local até o presente. Visto isso, conecta-se a escrita ou narrativa sobre os acontecimentos a ideia de expressão e, conseqüentemente, a de representação, pois “a realidade propõe, o imaginário dispõe”⁴⁴.

Nesse quadro, a função do *mass media*, como denomina o autor, seria fundamental, pois esta estaria exercendo um papel constante de atualização dos eventos para os seus diversos públicos e através de seus modos narrativos, pois “o acontecimento tornou-se igualmente o lugar de investimento do imaginário de nossa sociedade moderna, apropriado à narrativa”⁴⁵. A narrativa jornalística nesse quadro tornou-se fundamental assim como a presença dos jornalistas na sociedade. São os *mass media* nesse contexto que irão divulgar os acontecimentos, mas serão

41 BARBOSA, 2004. p. 04.

42 TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2004.p. 83.

43 NORA, 1979.

44 Ibid. p. 184.

45 DOSSE, 2013. p. 262.



estes também que as criaram definindo o que seria e o que não seria noticiado a partir de valores e pressupostos sobre interesses que os mesmos impõe.

Penso, que no campo da história, essas relações de valores e de noticiabilidade podem ser associados e discutidos unidos a dois outros conceitos: ‘Espaço de Experiência’ e ‘Horizonte de Expectativa’. As categorias de Experiência e de Expectativa são meta-históricas. E enquanto a primeira seria “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”⁴⁶, ou seja, o presente no qual tem-se incorporado os acontecimentos e suas lembrança, na segunda temos o futuro presente voltado para o ainda não, “é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”⁴⁷. Inserido em um jogo de temporalidades, e no trabalho de regimes de historicidade⁴⁸ o jornalista, ou produtor da notícia, mobiliza referências, experiências prévias que possui, ou seja, mobiliza passados que dizem respeito diretamente ou indiretamente a este, para selecionar os fatos para que passem pelo processo de construção narrativa projetando um futuro a curto prazo, a difusão informação, e em alguns casos a longo prazo, guardar para posteridade. É preciso deixar evidente que esse é um processo seletivo e que interfere não apenas no que esta sendo publicado, mas o como isso será visto e posteriormente lembrado. O jornal assim esta inserido em um constante jogo de temporalidades entre passados, presentes e futuros.

De acordo com a perspectiva de Paul Ricoeur, o processo de escrita acompanha um jogo de temporalidades, pois “narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como os havíamos antecipados”⁴⁹, e estes estão especialmente ligados ao presente, que nos permite criar relações passado/presente (no caso de buscar-se narrar fatos de um passado, em grande parte recente, para o presente). Presente/presente (construção de narrativas e ponto de partida do interesse do jornalista, assim dos leitores e demais envolvidos do circuito comunicacional). E presente/futuro (podendo esse ser seu futuro próximo (pensando, a circulação, por exemplo) ou de longo (como na ideia de se escrever para que tais fontes não se “percam” ou para se perpetrar uma imagem daquela figura), segundo o

46 KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 309.

47 Ibid. p. 310.

48 Regimes de Historicidade são compreendidos aqui como as relações que os indivíduos desenvolvem com as temporalidades, envolvendo as dimensões de passado/presente/futuro (HARTOG, 2014).

49 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (Tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994. p. 26.



autor “a previsão é explicada de um modo um pouco mais complexo: é graças a uma espera presente que as coisas futuras estão presentes a nós como porvir”⁵⁰.

Uma abordagem possível para a discussão da Primeira Guerra Mundial no jornal *O Estado* é pensar que a guerra foi noticiada por tratar-se de conflito internacional e que atingiu(iria), no decorrer do tempo o Brasil em dimensões diversas, como a política e a econômica. Contudo, ao lermos as notícias visualizamos uma guerra que reflete os fatos da guerra, para além dos militares, e também se insere no cotidiano de Florianópolis, assim como no Brasil. Ao trazer por exemplo relatos de viagens de pessoas tem-se um acontecimento mais referente a cotidianos da população ‘comum’:

Os dois jovens medicos, imediatamente contratados, partiram a 25 de Abril ultimo, para Nich. Ahi, foi-lhes confiada a direcção dos hospitaes militares de uma linha estrategica. Passaram oito meses em plena campanha, lutando, como melhor podiam, com os meios defeituosos, postos á sua disposição, contra o typho que fez innumeradas victimas, antes de ser circumscripto. Em outubro, sobreveiu a declaração de guerra da Bulgaria, seguida da fulminante ofensiva dos imperios centraes. Foi dada a ordem a todas a ambulencias servias de recuarem para o interior⁵¹.

Aliado às narrativas específicas, a guerra interfere em discussões, movimentações e colunas que não estariam necessariamente ligadas ao conflito. Como é o caso da coluna de moda ‘Crivos e Pontilhos’. Esta relacionou a guerra ao vestuário e de que modo a primeira estava interferindo no segundo.

Era natural que com a conflagração européia a côr da moda viesse a ser o preto. Paris lança a moda feminina e Paris está de luto, Londres pontifica sobre a maneira de vestir dos <<gentleman>> e Londres está de luto. A Influência dos uniforme de pano <<kaki>> dos exércitos de S. M. Britannica animou, no inicio da guerra, alguns alfaiates das margens do Tamisa a tentarem <<vestons>> masculinos da mesma cor; imediatamente os costureiros [trecho ilegível], em homenagem aos aliados da França imaginaram a <<iupe-cossaque>> e acusaram do variegado tecido escossez⁵².

É interessante constatar que a guerra preencheu a maioria dos textos publicados nessa coluna entre 1915 e 1917, sendo que a mesma teve regularidade apenas nos primeiros momentos de circulação do *O Estado*. Por conta dos modos diversos de narração, poderia se pensar que a guerra fora construída da maneira fragmentada em pequenos acontecimentos. Isso

50 RICOUER, 1994. p. 27.

51 A Agonia da Servia, O ESTADO, 19 de Fevereiro de 1916.

52 Crivos e Pontilhos, O ESTADO, 16 de Maio de 1915. p. 2.

é inegável, ela foi narrada em pequenas e grande notas espalhadas em gêneros diferentes. Porém, em um acompanhamento constante, o leitor poderia visualizar um único acontecimento durante o decorrer de aproximadamente 4 anos que o jornal unia sob o título de ‘A Guerra’ ou “Grande Guerra”, através de recursos narrativos como chamadas constantes, como citado, ou por suas próprias capacidades interpretativas.

Porém, eis que surge uma pergunta: Se estamos trabalhando com o processo de seleção de eventos e de construção de acontecimentos como aqueles definidos como fora do comum⁵³, seria apenas por suas dimensões, que de início não tinham tanta projeção, de escala internacional o motivo da cobertura? Fazia parte do projeto republicano uma projeção da Europa como modelo de inspiração para condutas, aspectos das cidades, higienizações, no plano político, entre outros. Enfim, a Europa era vista como um modelo que se pretendia alcançar no Brasil, em especial a França⁵⁴. Esse foi profundamente abalado com esses conflitos. A guerra, como aponta Capelato⁵⁵, provocou uma crise não apenas deste pensamento que se espalhava por diversos países latino-americanos, mas também um rompimento desse provocando movimentos de cunho nacionalistas nestas regiões. Tendo em vista isso, pensamos que essa projeção é um dos fatores que leva a um interesse crescente por informar e acompanhar a guerra. Além disso, o Brasil viveu um constante fluxo migratório que visava a substituição da escravidão⁵⁶ que possivelmente fazia com que muitas destas pessoas, interessadas em saber informações dos países de sua origem ou de seus antepassados⁵⁷.

Outro elemento é a própria curiosidade pelo assunto, e um interesse dos jornais brasileiros de dar destaque aos conflitos. Em Santa Catarina o impacto da guerra ainda é discutido pela própria questão de que no *O Estado*, possivelmente por seu perfil republicano e enterrado por questões militares, a conflagração ocupa mais espaços que o conflito do contexto, mesmo que esse se encerre já em 1916, ainda existia o calor dos conflitos, mas neste impresso se foca mais no conflito europeu. O perfil que comentamos inicialmente, de ser um

53 BARBOSA, 2004.

54 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, SP: Companhia das Letras 2003.

55 CAPELATO, Maria Helena R. *Modernismo Latino-Americano e Construção de Identidades Através da Pintura*. *Revista de História*. 153 (2 - 2005), p. 251-282.

56 SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

57 Ainda estão por ser realizados estudos que busque analisar como essas populações responderam a tais eventos no Estado. Stefan Bonow (2011) realizou algo semelhante na região do Rio Grande do Sul registrando acontecimentos como conflitos e enfrentamentos populacionais. Alguns jornais, como *A Folha do Commercio* trazem alguns apontamentos como o caso de manifestações contra a bandeira nacional, como referenciado por Falcão (2000).

acontecimento apontado muitas vezes como militar e político está, esta relacionado também à própria condução do conflito. Uma das principais características da Primeira Guerra Mundial, como destaca Márcia Motta⁵⁸, foi o período de movimentos da guerra, que posteriormente veio a se tornar um conflito voltado para as trincheiras. Essa atualização fragmentada e o grande número de dados sobre atuações militares buscava não apenas dar conta de parte desse processo em diferentes regiões, mas também uma atualização rápida de informações que chegavam com maior facilidade.

Sidney Garambone, foi um dos historiadores percursoros no estudo sobre a temática da Primeira Guerra nos jornais do país. Contudo, em seu texto, chama-se a atenção para uma de suas teses: a imprensa em nível nacional buscou se manter neutra o máximo possível dos casos, até ao menos a entrada do país na guerra.

o abandono da neutralidade, aliás, foi acontecendo de forma paralela ao tom do noticiário dos jornais. A isenção inicial, o cuidado em balancear os fatos, a quantidade de notícias bem equilibradas tanto do lado aliado quanto do lado das Potências Centrais duraram até o início de 1917⁵⁹.

Contudo, essa “neutralidade” colocada pelo historiador precisa ser relativizada. Diferente de outros jornais, como *O Aliado*⁶⁰, o *O Estado* não possui um caráter tão opinativo sobre a guerra, mas isso não significa que o mesmo e os demais estivessem ‘neutros’, tanto antes como após a entrada do país no cenário. É preciso se ter em mente que esse é um período de mudanças no próprio processo de escrita jornalística, com o início de uma busca pela objetividade. Porém, o termo ‘objetividade’ não é sinônimo de ‘neutralidade’. Marca do jornalismo americano, e que reflete o processo de aproximação a esse modelo no Brasil, “a objetividade é, ao mesmo tempo, um ideal moral, um conjunto de práticas de reportagem e de edição, e um padrão de redação noticiosa a ser seguido”⁶¹. Contudo, ser objetivo não é sinônimo de neutralidade. Como os estudos recentes sobre o campo vem apontando, um texto breve não esta relacionado a ser neutro uma vez que o processo de escrita jornalística se desenvolve, desde

58 MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. O século XX: o tempo das certezas. RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 165-194.

59 GARAMBONE, 2003, p. 105.

60 Lançado em 1915, o periódico *O Aliado*, foi editado no Brasil pela Liga Brasileira Pelos Aliados, e possuía entre seus principais objetivos ser um espaço de divulgação de informações da Primeira Guerra Mundial e de propaganda da Tríplice Aliança no conflito.

61 SCHUDSON, 2014, p. 137.

seus primeiros momentos, a partir de seleções o que por si só não são neutras, tal qual já discutimos⁶².

Ao selecionar o que seria ou não publicado, quais telegramas seriam incluídos, quais matérias traduzidas ve-se uma não neutralidade, mas uma busca de objetividade. Não entrarei aqui em discussões sobre qual seria o ‘lado’ apoiado pelo impresso, uma vez que as notícias não são em sua maioria opinativas, porém observam-se tendências pró-aliados. Essas tendências estão na seleção de quais países e de modos como são apresentados. Existiu um interesse muito maior por, por exemplo, informar sobre os aspectos militares de países que não os da Triplice Entente.

Referências

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. In: *XXVII Congresso da Intercom*, 2004, Porto Alegre. CD Rom do XXVII Congresso da Intercom. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004.

_____. Revistas e Guerra: a 1a. Guerra Mundial nas revistas críticas ilustradas brasileiras. In: Jorge Pedro Souza. (Org.). *Balas de Papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918)*. Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha. 1ed.Lisboa: Media XXI, 2015, v. 1, p. 357-374.

CAPELATO, Maria Helena R. Modernismo Latino-Americano e Construção de Identidades Através da Pintura. *Revista de História*. 153 (2 - 2005), p. 251-282.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano (Vol.2): morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo, SP: Unesp, 2014.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos Impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 103-130.

COMPAGNON, Olivier. *O Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 2014.

DARNTON, Robert. *História, Eventos e Narrativa: incidentes e cultura do cotidiano*. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p.290-304, jul. 2005.

_____. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo, Sp: Companhia de Bolso, 2010.

62 BARBOSA, 2004.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.5-23, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>>. Acesso em: 26 jan/jun 2016.

DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento*. São Paulo, Sp: Unesp, 2013.

GARAMBONE, Sidney. *Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

HEINSFELD, Adelar. AS RELAÇÕES BRASIL-CHILE: o pacto ABC de 1915. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Fortaleza: Anpuh, 2009. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1436.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARA, Eliziane. Quem faz a agenda? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 29-40.

LOHMANN, Renata. *A objetividade no fotojornalismo: um estudo de caso do jornal Zero Hora*. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37638/000822299.pdf?sequence=1>> Acesso em: 1 de Fevereiro de 2015.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 149 - 178

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das certezas*. RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 165-194.

MOREIRA, Igor Lemos. *Narrativas de Guerra: Imprensa, acontecimento e escrita no jornal "O Estado" durante a Primeira República*. 2016. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MOREIRA, Igor Lemos. *Reflexões acerca dos Telegramas na Imprensa Catarinense em tempos de conflitos mundiais (O Estado, 1915)*. Revista Anagrama (USP), v. 10, p. 1-13, 2016.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre (Org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro-RJ: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1979. p. 179-192.

O ESTADO. 13 de Maio de 1914 - 12 de Abril de 1917.



RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa (Tomo I)*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROUSSO, Henry. A história do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PORTO JR., Gilberto (Org.) *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 277 - 296.

SCHUDSON, Michael. A norma da objetividade no jornalismo americano. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (Org.). *História da Comunicação: Experiências e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Rj: Mauad X, 2014. p. 137 - 162.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, SP: Companhia das Letras 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, Muniz. *A Narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004.

Recebido em 15 de maio de 2016.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.

ESTUDOS

Oligarquias em disputa: Ramos x Konder

Adriano de Campos¹

Universidade Federal de Santa Catarina

adrianocampos81@yahoo.com.br

Resumo: Durante o século XX, a política catarinense foi influenciada pelas oligarquias Konder e Ramos. Ambas dominaram regiões, onde a etnia, patrimônio político e familiar alcançou legitimação durante a trajetória de seus antecessores. Analisando dois jornais distintos do ano de 1934, *Correio do Estado e Cidade de Blumenau*, estudaremos os conflitos ocorridos entre essas duas famílias e suas influências na política do Estado. O estudo também ressalta a questão do desmembramento da região de Blumenau na administração de Aristiliano Ramos, como forma de enfraquecer as regiões em que a oligarquia Konder estabelecia influência através do incentivo ao processo de industrialização.

Palavras chave: Oligarquia, desmembramento, política, disputa.

Abstract: During the 20th century, politics in Santa Catarina was influenced by the Konder and Ramos oligarchies. Both dominated regions, where ethnicity, political and family patrimony gained legitimacy during the trajectory of their predecessors. Analyzing two distinct newspapers of the year 1934, *Correio do Estado* and *City of Blumenau*, we will study the conflicts between these two families and their influences on the politics of the State. The study also highlights the issue of the dismemberment of the Blumenau region in the administration of Aristiliano Ramos, as a way to weaken the regions where the Konder oligarchy established influence by encouraging the industrialization process.

Keywords: Oligarchy, dismemberment, politics, dispute.

Introdução

Ao longo deste texto pretende-se estudar as disputas entre as oligarquias Ramos e Konder que ocorreu durante a Primeira República até o fim do Estado Novo em Santa Catarina utilizando bibliografia relacionada ao assunto e os jornais *Correio do Estado* e *Cidade de Blumenau* como fontes do período. Intenciona-se compreender como ocorreram tais embates e as possíveis motivações. O artigo inicia-se com uma breve contextualização sobre Santa Catarina no período, posteriormente é debatido separadamente sobre os Ramos e os Konder e, por fim, são tecidas considerações sobre estas disputas oligárquicas.

Durante a Primeira República até o fim do Estado Novo os grupos detentores de grande influência no campo político catarinense e responsáveis pela formação de duas grandes oligarquias foram às famílias Konder e Ramos. De acordo com Marli Auras, “com a proclamação da República, ambos os grupos estavam inseridos no Partido Republicano

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Este artigo foi feito em junho de 2015 para a disciplina de História de Santa Catarina no curso de História, UFSC . E-mail: adrianocampos81@yahoo.com.br.



Catarinense e nele permaneceram por longos 30 anos, até o rompimento das relações que não se sustentavam mais, pois defendiam interesses diferentes”².

O rompimento das relações partidárias deu início a um intenso processo de desavenças políticas, intrigas, disputa pelo poder e também um forte interesse em legitimar a cultura de cada oligarquia. Teuto-brasileira, pró oligarquia Konder e luso-brasileira defendida pelos Ramos. A política de imigração no Brasil iniciada em meados do século XIX fez com que o interior do Estado catarinense fosse desbravado e colonizado principalmente por alemães e italianos, enquanto o litoral mantinha forte domínio português desde o ‘descobrimento’.

O meio oeste catarinense também sofreu forte crescimento demográfico por conta da migração italiana vinda do norte do Rio Grande do Sul, uma vez que essa região sofria com escassez de terra e recursos naturais. Diante de um cenário em que o processo de colonização estava em evidência em várias partes do Estado catarinense, as oligarquias Konder e Ramos buscavam encontrar caminhos para o fortalecimento de suas pretensões políticas e ideológicas.

Na maioria das vezes, em que ideologias ligadas a questões étnicas misturavam-se com as questões políticas, as regiões e principalmente os indivíduos que não aspiravam aos mesmos interesses de quem estava no poder tinham grande possibilidade de sofrerem com medidas que tinham como principal objetivo garantir os projetos de dominação política que seriam adotados conforme o interesse da oligarquia detentora do governo do Estado. Essas questões parecem ter sido muito fortes no Estado de Santa Catarina no Século XX, principalmente na primeira metade.

Conforme Marcos Juvencio de Moraes expõe:

Em 1930, o Brasil presenciava o Golpe armado que levava ao poder Getúlio Vargas e a nação estaria nas mãos de um governo autoritário criando um cenário favorável a criação de governos autoritários nos Estados brasileiros e o enfraquecimento dos mesmos, uma vez que os governadores foram substituídos por interventores para atender aos interesses de um governo visto como provisório³.

Os interventores eram escolhidos por Getúlio Vargas. Eram políticos e militares de origem gaúcha. Santa Catarina contou com dois interventores, o General Ptolomeu de Assis

2 AURAS, Marli. A construção histórica do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: _____. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à —opção pelos pequenos*. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. p.110.

3 MORAES, Marcos Juvencio de. *As disputas pelo Palácio Governamental Catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo*. 2012. 196 f. Tese - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p.13.



Brasil, que participou do movimento armado de 1930 e seu irmão, Major Rui Zobarán. Walter Piazza assevera que:

A reorganização e a hierarquização administrativa estamparam o lema dos primeiros Interventores catarinenses. Desta forma, foi possível estabelecer um sistema em que somente o Interventor poderia ordenar, manipular, impor, julgar, direcionar os rumos da sociedade, construindo uma “ditadura democrática”⁴.

Oligarquia Ramos

Com a intenção de fortalecimento dentro do cenário político catarinense, a oligarquia Ramos, detentora das tradições portuguesas e com grande atividade latifundiária no planalto catarinense, defendia um projeto de nacionalização⁵, e um dos objetivos desse projeto era o enfraquecimento das áreas geográficas localizadas principalmente no norte de Santa Catarina ligadas a oligarquia Konder. Segundo os estudos de Walter Piazza, esse processo de enfraquecimento se dava de forma repressora e autoritária, principalmente no Estado Novo⁶. É importante lembrar, que a Campanha de Nacionalização foi criada na Primeira República em por Nereu Ramos, deputado estadual na época, permanecendo por anos no cenário político catarinense. Nesse sentido, percebe-se um diálogo entre a ideologia da oligarquia Ramos com a ideologia do Estado Novo.

Oligarquia Konder

Criadores do Partido Republicano em Santa Catarina, a oligarquia Konder teve como um dos principais personagens Hercílio Luz, que já nas primeiras décadas do século XX tinha pretensões voltadas para a produção industrial. Adolpho Konder deu continuidade a vida política dessa oligarquia que aumentou seu poder e conseqüentemente o seu patrimônio. A oligarquia Konder teve grande influência nas regiões de Joinville e Blumenau entre outras cidades da região onde o processo de imigração teve grande representatividade. De acordo com Moraes:

4PIAZZA, Walter. *Dicionário político catarinense*. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1985. p.413.

5 Ibidem. p. 433

6 Ibidem. p. 413.



A maioria dos imigrantes era de origem alemã e já vinham de uma Alemanha industrializada, sendo assim, as regiões ao norte do Estado catarinense começaram a contar com pequenos estabelecimentos de compra e venda, casas de crédito, e aos poucos, instalavam-se as primeiras indústrias⁷.

Essa proximidade com a cultura germânica não ia ao encontro das políticas propostas pelo Estado Novo, logo, os Konder foram mais prejudicados que os Ramos com a política adotada naquele momento, uma vez que um dos objetivos era a campanha de nacionalização.

Nota-se que as atividades entre as duas oligarquias (Ramos x Konder) são diferentes no que diz respeito à política e ao modo de produção, uma vez que a oligarquia Ramos, do partido liberal, voltava-se para o latifúndio, enquanto a família Konder, para a implantação de um acelerado processo de industrialização.

A interventoria

Paralelo ao início da Era Vargas no Brasil foi o surgimento das interventorias estaduais. Em Santa Catarina não foi diferente. Aristiliano Ramos foi o primeiro interventor catarinense pós-revolução de 30 a ocupar o governo do Estado em 1933, sendo um marco histórico muito importante para a oligarquia Ramos. Walter Piazza revela que um dos motivos ao qual Aristiliano conseguiu ocupar o governo do Estado foi o apoio a Getúlio Vargas⁸.

De acordo com as idéias de Marcos Juvêncio de Moraes, uma trégua relativamente pequena se instalou durante as interventorias gaúchas no período referente a 1930, mas não demoraria muito tempo para que as intrigas e disputas políticas voltassem a fazer parte da relação Konder e Ramos. Bastou a primeira cadeira de interventor ser ocupada por um catarinense em 1933⁹.

E como será que a oligarquia Konder ficou diante de um governador, cujo histórico de relações sempre foi de muitas intrigas, disputas políticas e até de etnicidade? João Henrique Zanelatto aponta que:

Algumas medidas tomadas no Governo de Aristiliano foram marcantes. Anexações ou desmembramentos de municípios de Santa Catarina vinham

7 MORAES, Op. Cit., p. 142

8 PIAZZA, Op. Cit., p. 637

9 MORAES, Marcos Juvêncio de. *As disputas pelo Palácio Governamental Catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo*. 2012. 196 f. Tese - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.p.141.



sendo feitas pelos Interventores gaúchos e continuaram com Aristiliano. Entretanto, na terceira interventoria as medidas adotadas ultrapassaram o viés técnico e incorporaram o critério político. Aquelas desavenças constituídas durante a República foram reacendidas após o fim dos governos gaúchos.¹⁰

Aristiliano Ramos, primeiro interventor catarinense, iniciou sua administração desmembrando alguns municípios da região do Alto Vale do Itajaí. Essa região recebia forte influência política e industrial por parte da oligarquia Konder e a divisão originou a criação dos municípios de Indaial, Gaspar, Timbó e Dalbérgia (Ibirama). Uma hipótese para essa atitude pode ter sido a tentativa de enfraquecer a oligarquia Konder, mas também causou um impacto negativo aos habitantes daquela região, principalmente em Blumenau, uma vez que toda estrutura administrativa teve que seguir os moldes do governo de Aristiliano, causando grande revolta da população. Zanelatto destaca que:

Esta situação causou um grande descontentamento da população blumenauense. Puseram-se na rua autoridades, comerciantes, industriais e civis marchando todos juntos com o lema —Por Blumenau Unido!, reivindicando uma causa perdida, pois o Interventor manteve-se firme em sua ordem e não voltou atrás na decisão tomada¹¹.

Aristiliano sequer atendeu a uma comissão constituída pelos manifestantes, enviada ao palácio do Governo, para negociar a situação e, em contrapartida, enviou forças militares para acabar com a agitação naquela cidade. Além do acontecido, nos setores palacianos, noticiavam o movimento da população de Blumenau como hitlerista¹².

A imprensa catarinense teve participação na divulgação da reação do povo blumenauense em função do desmembramento de seu território e estrutura administrativa. Diante da possibilidade de utilização dos jornais para melhor compreensão das problemáticas existentes em um acontecimento histórico, Maria Helena Rolim Capelato nos explica que:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas¹³.

10 ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930*. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007 p. 66.

11 ZANELATTO, Op. Cit., p. 68

12 Idem.

13 CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.21.



Para melhor compreensão, cita-se uma notícia publicada no jornal *Cidade de Blumenau* em 21 de fevereiro de 1934: “Baptizado por novas violencias, Blumenau demonstrou, mais uma vez, hontem a sua envergadura de civismo, protestando contra a prepotência do Governo do Estado”¹⁴.

Pode-se entender que a população desta cidade não ficou nem um pouco satisfeita com as medidas adotadas pelo Governador. Foram para as ruas em protesto à medida que foi imposta, sem nenhuma forma de consulta a população. Mas havia naquela época algum governo que consultava a população antes de qualquer decisão? José Murilo de Carvalho nos revela que: “as oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora”¹⁵.

Conforme avançamos na leitura do texto, podemos perceber que as oligarquias tomavam conta do cenário político nacional.

No dia 20 de fevereiro do mesmo ano, ou seja, um dia antes da notícia publicada no jornal, o povo blumenauense saiu às ruas para reivindicar as medidas adotadas pelo governador Aristiliano. Toda estrutura política existente na época teve que se enquadrar ao remanejamento administrativo imposto pelo governo do Estado, o que gerou uma forte onda de protestos.

Comerciantes tiveram que pagar mais impostos, além do aumento que ficou em torno de 50% em vários setores, como eletricidade, água e predial. Para conter as manifestações, tropas do governo agiram de forma violenta, e algumas prisões foram efetuadas. O excesso de violência, a arbitrariedade do governo e a questão do desmembramento da região de Blumenau fez com que uma comissão formada por pessoas influentes dentro daquela região e que teve como ator principal, o Dr. Rupp Junior, inclinado com a oligarquia Konder, enviasse uma carta para Getúlio Vargas relatando os acontecimentos gerados pelo desmembramento da Região de Blumenau e os abusos por parte do governo do Estado de Santa Catarina para com os manifestantes. O Governador manteve-se irredutível.

Infelizmente, a região de Blumenau aguardou uma atitude que nunca veio. E o pior ainda estava por vir. Dez dias após as manifestações contrárias ao desmembramento, Aristiliano seguiu viagem ao Rio de Janeiro para pleitear um empréstimo de vinte contos de réis que viabilizasse melhorias na estrutura pública de Santa Catarina, no entanto, a região de Blumenau ficaria fora desses investimentos, causando ainda mais indignação a população. É

14 AQUILES BALSINI. *Jornal Cidade de Blumenau*, Blumenau, SC. 21 fev, 1934, edição nº43, p.1.

15 CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não Foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 96.



importante considerar, que o crescimento industrial existente em Blumenau na década de 30 possivelmente o tornava um grande arrecadador de impostos em Santa Catarina, sendo assim, grande parte do dinheiro para pagamento do empréstimo sairia do cofre blumenauense.

Enquanto a região de Blumenau protestava ao ver sua estrutura administrativa ser modificada radicalmente com as ações por parte do governo de Aristiliano, e o jornal *Cidade de Blumenau* noticiava os abusos para com os cidadãos, outro jornal chamado *Correio do Estado* trazia a seguinte notícia em 28 de janeiro de 1934: “Honrosa Administração”¹⁶.

A referida edição do jornal trouxe em sua capa como forma de chamar atenção de seus leitores, um grande elogio ao governador Aristiliano Ramos, destacando sua administração como uma das melhores que o Estado de Santa Catarina já presenciou. Também fez grande referência aos investimentos na área da saúde e educação nas regiões sul do Estado e em Joinville. O interessante é que em nenhum momento citou-se a região de Blumenau e os problemas que a região estava passando com a questão do desmembramento e os movimentos que estavam sendo reprimidos de forma violenta por parte do governo.

O jornal fez uma grande propaganda a favor do governo, ressaltando somente os pontos positivos de uma administração que, segundo a população de Blumenau, desestruturou com ares de autoritarismo uma das maiores regiões do Estado. Não sabemos qual o grau de influência que o diretor do jornal, o senhor Flavio Bortoluzzi Souza tinha com o governador do Estado, porém, o jornal deixou claro que tinha nítidas pretensões de favorecimento ao governo de Aristiliano Ramos.

No entanto, cabe a nós, a compreensão de que o jornal também tinha um público alvo que, possivelmente, eram aqueles simpatizantes da administração de Aristiliano. Nesse sentido, e com base nas idéias de Tânia Regina de Luca, não devemos “tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”¹⁷.

Fazendo uma análise crítica dos jornais, é possível perceber as perspectivas distintas destes jornais para com os mesmos acontecimentos e ações políticas.

Observa-se, que essas disputas políticas, culturais, com o interesse em legitimar a tradição de ambas as oligarquias deixou seu legado em várias regiões do Estado de Santa Catarina.

As famílias Konder e Ramos desde o início do século XIX administraram o Estado na maioria das vezes com interesses mais voltados ao fortalecimento de sua oligarquia, deixando

16 Honrosa Administração. *Correio do Estado*. Florianópolis, SC. 27 de out. 1934, edição nº38, p.1.

17 LUCA, op. cit, p. 116



de lado os desejos próprios de regiões, cujos interesses, não iam ao encontro daqueles que ocupavam um cargo importante, como o governo do Estado. Desejos próprios de uma região como Blumenau, por exemplo, que não teve opção na questão do desmembramento imposta na administração de Aristiliano Ramos (1933-1935). Essas duas oligarquias permaneceram durante todo o século XX no cenário político catarinense, principalmente após 1937, com a criação do Estado Novo de Getúlio Vargas. Este é um tema que não para por aqui e ainda há muito que estudarmos sobre a relação política e pessoal entre as famílias Konder e Ramos.

Considerações finais

Como vimos, o desmembramento de Blumenau abalou as estruturas da oligarquia Konder, enfraquecendo uma região de características germânica, alinhada a essa família e que estava passando por um considerável crescimento através da instalação do modelo industrial, diferente do agrário, defendido pela oligarquia Ramos. A imprensa teve sua participação na época em que Aristiliano assumiu a interventoria. Com tudo, foi possível analisar de forma breve, o jornal *Correio do Estado*, que não estava preocupado em noticiar as ações do governo na região do Alto Vale e o jornal *Cidade de Blumenau*, que criticava as atitudes do governo, evidenciando a forma repressiva com que as tropas do governo agiram diante a manifestação da população blumenauense.

Konder e Ramos participaram da história política catarinense em meio a disputas, desavenças, intrigas, como forma de legitimar suas oligarquias, mas também tinham a intenção de fortalecer seus laços étnico-culturais dentro do território catarinense. Por fim, as disputas políticas não fizeram com que essas oligarquias ficassem de fora do contexto político da época. Essas e outras questões, como as participações dessas famílias no campo político catarinense, são temas que pretende-se analisar em trabalhos futuros.

Referências

AURAS, Marli. A construção histórica do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: _____. *Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à —opção pelos pequenos*. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não Foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.



LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Marcos Juvencio de. *As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo*. 2012. 196 f. Tese - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 869.

PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1985.

PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua história*. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1983.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930*. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Fontes

AQUILES BALSINI (Sc) (Ed.). Baptizado por novas violências, Blumenau demonstrou, mais uma vez, hontem a sua envergadura de civismo, protestando contra a prepotência do Governo do Estado. *Jornal Cidade de Blumenau: ESPHACELAMENTO*. Blumenau, janeiro de 1934. p. 1-3.

SOUSA, Flavio Bortuluzzi (Sc). Honras ao governador. Honrosa Administração. *Jornal Correio do Estado*. Florianópolis, janeiro de 1934. Política, Seção 38, p. 1-3.

Recebido em 8 de junho de 2015.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.



Laguna: uma perspectiva histórica e patrimonial

Maria Vitória Vieira Capote Gonzaga

mary.gel@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nesta síntese busco fazer um pequeno panorama histórico, sobre a relação entre memória, identidade, lugares de memória e patrimônio, trazendo Laguna como objeto de estudo, falando um pouco sobre sua história para poder compreender os dois processos de tombamento que ocorreram na cidade pelo SPHAN (hoje IPHAN) em 1953, o do paço municipal, e posteriormente o tombamento do centro de Laguna, em 1985.

Palavras-chaves: Memória; Identidade; Patrimônio; Laguna;

Abstract: On this synthesis, i seek to make a short panorama and a relation between memory, identity, memory's places and heritage, bringing Laguna as principal object and example. Speaking about its history to understand the two national heritage officialization process that was made by SPHAN (National Historical Heritage and Artistic Service), today IPHAN (National Historical Heritage and Artistic Institute). One that registered the Municipal court in 1953, and the other that registered Laguna's historic downtown, in 1985, as national heritage.

Keywords: Memory; Identity; Heritage; Laguna;

Introdução

Primeiramente, ao abordar o assunto de patrimônio, é oportuno fazer algumas construções. Ao pronunciar o assunto memória, remete-se a algo muito profundo e individual. No entanto a memória deve ser entendida também como algo coletivo, fatos vividos individualmente, e socialmente, por personagens e pessoas as quais a memória é reconstituída. A memória é seletiva, portanto ela sofre um processo de reconstrução e organização o tempo todo. A memória individual não deve ser confundida com a memória coletiva. Por outro lado, a memória coletiva envolve a memória individual.

A memória é seletiva, portanto sofre um processo de reconstrução e organização o tempo todo. É nesse processo de construção e reconstrução da memória que pode-se entender porque lugares de memória são criados, para lembrar. Os lugares, estes também servem como apoio a memória. Os lugares de memórias, estão particularmente ligados a uma lembrança.

A memória pode se apoiar em três critérios: acontecimentos, personagens e lugares. A memória é um acontecimento de construção social, e individual. (POLLAK, 1992). Quando se trata de uma memória herdada, refere-se a uma memória que é adquirida a partir de uma experiência. Podemos fazer essa ligação entre a memória e o sentimento de identidade, o auto reconhecimento, para que seja reconhecido,

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si¹.

Já Pierre Nora, traz a memória como algo que é vivo, é a lembrança, continua em evolução que sofre o esquecimento, e abre espaço para um outro assunto, a história, reconstrução problemática da memória. Para o mesmo, lugares de memória são a fronteira entre a distinção de memória e história. Segundo ele, a história é o processo seguido, longe de ser sinônimo de memória, são coisas completamente opostas. Os lugares de memória, seriam então restos de memória junto a vontade de se auto reconhecer, o sentimento de identidade os quais a história apodera-se deles para torná-los lugares de memória².

Abordar o assunto identidade, nos remete a diversos vieses, de acordo com as perspectivas disponíveis dos ramos das áreas de conhecimento. Sendo assim, em termos sociológicos, identidade é um sentimento pessoal, de pertencer a um centro de referência em que possa construir traços em comum com o meio onde ele se sente integrado, e identidade cultural, que pertença a um grupo social ou cultural³. Há influência da memória na formação de identidade e também no que se entende por patrimônio.

Pode afirmar-se que integra o patrimônio cultural tudo o que pode ser testemunho de valor cultural ou valor civilizacional e que o próprio patrimônio contribui para a construção da memória coletiva e identidade de uma sociedade e/ou comunidade⁴.

A palavra patrimônio vem do latim e significa, segundo o Dicionário Michaelis, “herança paterna, bens de família, quaisquer bens materiais ou morais pertencentes a uma instituição ou coletividade: patrimônio cultural”⁵. Sendo assim é comum haver referência ao patrimônio como herança transmitida, como propriedade herdada. Já segundo o artigo 216 da Constituição Federal, desta forma é definido o patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

1 NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, v. 10, p.07-28, dez. 1983. Tradução de Yara Aun Koury. p.5.

2 NORA, 1983.

3 CAFÉ, Daniel Calado. *Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a Criação do Museu do Território de Alcanena*. P. 36.

4 CAFÉ, 2007, p.24.

5 WEISZFLOG, Walter. *Michaelis: Dicionário Prático da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

sociedade brasileira⁶.

No Brasil, o IPHAN é o órgão Federal responsável por promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros. Também é o órgão responsável por salvaguardar o patrimônio material e imaterial brasileiro. O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e das Artes Aplicadas.

Segundo o Art.º 216 da Constituição Federal de 1988, constituem os patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, condutores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Neles se constituem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁷.

Podemos destacar como Patrimônio Imaterial as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, bem como, celebrações, e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam tais práticas culturais. O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração, é renovado, recriado e apropriado pelos indivíduos e grupos, são elementos marcantes na identidade e significativo na memória individual e coletiva desses grupos as quais eles fazem parte. Sua salvaguarda é feita através de registro, os quais são inscritos em um dos quatro Livros, e de acordo com sua categoria sendo elas: Formas de Expressão, Celebrações, Lugares e Saberes.

O Patrimônio Material é composto por bens de natureza material, podendo ser, sítios arqueológicos e paisagísticos, imóveis como os cidades históricas e bens individuais, ou bens móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais e arquivísticos. A salvaguarda do patrimônio material é feita através de instrumentos de proteção, onde podemos

6 BRASIL. *Constituição* (2010). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. da Ordem Social: Da Educação, da Cultura e do Desporto. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_216_.shtm>. Acesso em: 3 nov. 2014.

7 BRASIL. *Constituição* (1988). Decreto de Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF.



destacar o tombamento. O tombamento é “o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto”⁸ é também o mais adequado à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Para que aconteça o tombamento, o bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo. São eles o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Concluído essa primeira introdução sobre memória, identidade, e lugares de memória, para abordar o ato de tombamento que ocorreu na cidade de Laguna, para salvaguardar o patrimônio e memória da mesma, objeto de estudo neste texto, teve seu processo de tombamento tardio, segundo especialistas.

Patrimonialização de Laguna: História ou Arquitetura?

Município localizado em Santa Catarina, cujo Patrimônio é reconhecido como Patrimônio Nacional, pelo IPHAN devido a sua história, há séculos passados era conhecida como Laguna de Los Patos, nome dado “possivelmente pelos espanhóis, que passaram pela costa catarinense ainda no século XVI”⁹, e que mais tarde ficou conhecido pelo topônimo Antônio dos Anjos. O nome foi escolhido por Domingos Brito Peixoto para designar a povoamento que alo fundou, em que alguns livros trazem 1684¹⁰, mas a data oficial ficou como 1676, ano em que o vicentista armou uma bandeira e dispôs-se a descobrir as terras do sul, com sua família, escravos, homens, e armas, como traz o trecho de Cabral:

No ano de 1676, o vicentista Domingos de Brito Peixoto, um dos “homens bons” da vila de São Vicente e que já fizera parte de sua câmara, armou bandeira, destinada a descobrir terras no sul que não fossem habitadas, saindo de Santos com seus filhos, Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito da Guerra, levando consigo dez homens e cinquenta escravos, providos de armas e mantimentos¹¹.

Embora Cabral se refira em seu trecho como se as terras não fossem habitadas, na

8 IPHAN, 2016.

9 ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004. P.267.

10 Taunay escreve sobre carta de Brito Peixoto com a informação do ano da fundação de Laguna: 1678. In ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004. 269 p. e Nota de rodapé, 109.

11 CABRAL, 1970, p.43.



historiografia atual, sabe-se que as terras catarinenses eram ocupadas por indígenas.

Grupos indígenas começaram a se estabelecer no território de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina há cerca de 6 mil anos. A ocupação deve ter sido contínua, pois essas populações deixaram enormes sambaquis como testemunho de sua presença. Os europeus vieram em princípio do século 16. Mas a data do desembarque e nacionalidade de quem chegou primeiro são desconhecida¹².

Depois da morte de Domingos de Brito Peixoto, seu filho Francisco de Brito Peixoto foi quem exercera o governo da Povoação. Cansado, recolheu-se a Santos para descansar. Mas somente no ano de 1714 que o governador do Rio de Janeiro Francisco de Távora consegue trazer de volta, Francisco de Brito Peixoto, e elevou Laguna a categoria de Vila, com o interesse em conquistar as terras do Rio Grande, e a reconquista da Colônia do Sacramento, que estava desde 1705 em poder dos castelhanos¹³.

Com a conquista pelos portugueses da Colônia do Sacramento, atual Uruguai, a partir das disputas com os espanhóis, Laguna passou a ser vista como ponto estratégico, de forma a proporcionar apoio no envio de suprimento para as tropas portuguesas. Nesse clima de guerra na região, escassez de mão de obra, tanto para produção de alimentos para as tropas, como para garantir um número suficiente de homens para combate, a coroa portuguesa promoveu a imigração de açorianos, que ocuparam essencialmente a ilha de Santa Catarina e Laguna¹⁴. Entre os seis mil açorianos enviados entre 1748 a 1756, foram enviados cerca de quarenta casais, num total de 215 pessoas para povoar a região de Laguna¹⁵.

E foi assim que, em agosto de 1746, decidiu o Conselho Ultramarino – fazer o povoamento do litoral sul do Brasil com elementos retirados do arquipélago açoriano, e em 1748, pôde o Brigadeiro receber a primeira leva de povoadores, que vieram dar novo impulso à terra catarinense e marcá-la com o cunho particular e característico da sua formação cultural¹⁶.

Segundo dados e informações sobre o município, a característica açoriana-madeirense influência até os dias de hoje na formação cultural de Laguna, que se faz ainda presente, tanto na etnia como na arquitetura, na economia, como por exemplo a tendência para a pesca, no

12 ULYSSÉA, 1955. p. 03-28.

13 ULYSSÉA, Ruben. “Panorama Histórico da Laguna”. In: *Publicação comemorativa do centenário da comarca da Laguna*. Porto Alegre: Estab. Gráfico Sta. Teresinha Ltda, 1955. p. 03-28.

14 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984

15 MARTINS, Celso. *Farol de Santa Marta: a esquina do Atlântico*. Florianópolis: Guarapuvu, 1997.

16 CABRAL, 1970, p.61.



artesanato, como as rendas de bilro, que são uma herança do artesanato português, e em outros costumes. Não ignorando é claro a presença de africanos e descendentes trazida para cá ainda na época da escravatura, e a presença de outros imigrantes, que embora não se tenha tanta incidência, também houve registros como de algumas famílias de origem italiana, alemã e libanesa¹⁷.

Tais influências culturais compõem parte dos processos históricos de construção de identidade a partir da memória da cidade. Esses elementos contribuíram no fomento dos processos de tombamento da cidade. O primeiro processo de tombamento que a cidade teve foi o do prédio conhecido como o antigo paço Municipal. Entre abril e maio de 1953, em relatório de viagem do conservador Alfredo T. Rusins, ele descreve o interesse de tomar o prédio, que fora sede do governo da aclamada República Juliana, e que ainda aquela época funcionavam a Câmara Municipal, o Museu Municipal Anita Garibaldi, a Biblioteca pública e outras instituições culturais. Em 17 de novembro de 1953, Carlos Drummond Andrade, dá seu parecer, recomendando que estudasse o possível tombamento, de inegável interesse histórico, que serviu de cenário onde se proclamou a República Juliana, em 1839, que durou 106 dias, ou seja de 29 de julho a 15 de novembro do mesmo ano, onde se elegeram presidente e vice-presidente¹⁸.

A cadeia, única existente, está situada a praça Conde d'Eu na cidade. É o pavimento térreo dum espaçoso sobrado construído pela municipalidade. Possui dois cômodos necessários ao número de presos e é solidamente construído. O pavimento superior, ou primeiro andar, serve para o paço da Câmara Municipal, sala de audiências e do Júri. Tem dois grandes salões forrados de papel, bem mobiliados, sendo a única municipalidade da província que possui tão importante edifício. O pavimento térreo é que serve de cadeia, divide-se em quatro prisões para o recolhimento dos criminosos, deixando lateralmente um saguão, para quartel da polícia, com uma pequena sala onde mora o carcereiro¹⁹.

O segundo pedido de processo de tombamento na cidade ocorreu em 1984. O pedido do processo se referia ao tombamento do centro histórico, sendo como possível providencia para impedir o desaparecimento do conjunto urbano. O pedido foi feito considerando seu valor histórico no cenário nacional, local de passagem sul no meridiano de Tordesilhas, cidade que serviu como núcleo de expansão ao sul, como dito anteriormente, e posteriormente palco de guerra, sede da República Juliana, e também como berço de Anita Garibaldi, prova viva da

17 Prefeitura Municipal de Laguna, 1992.

18 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 1953.

19 DALL'ALBA, 1979, p.50.



estada de José Garibaldi pelo Brasil. Segundo a análise do acervo arquitetônico, feito pelos arquitetos contratados, Laguna em sua perspectiva especificamente arquitetônica não apresentava as características normalmente adotadas pelos tombamentos. A cidade foi sendo influenciada pelos agentes do tempo, agindo como uma pequena evolução na paisagem²⁰.

Analisando os mapas anexos no processo, o conjunto arquitetônico de Laguna é composto pela maior parte dos imóveis que apresentam um ou dois pavimentos. Quanto a característica arquitetônica, apresenta o intermédio de basicamente quatro características arquitetônicas, sendo elas a arquitetura tradicional luso-brasileira, até fins do século XIX, com beiral, sem portões, arquitetura brasileira luso-brasileira, já nos fins do século XIX, com influências do ecletismo, com platibanda, porão alto e acesso lateral, arquitetura urbana pós ecletismo, até a década de 40, e por fim, alguns exemplares de arquitetura moderna²¹. Ainda segundo IPHAN, podemos destacar:

A cidade possui edificações carregadas de decorações, vidros desenhados e ferros importados: o telhado arrematado com platibandas ornamentais, balaustradas, e calha para escoar a água das chuvas; o peitoril e a bandeira desaparecem sendo substituídos por massa com motivos decorativos; paredes construídas com tijolos e cal, dando maior precisão e diminuindo a espessura. Estes novos elementos marcaram fortemente o patrimônio arquitetônico de Laguna²².

Inscrita nos livros do tomo arqueológico, etnográfico, e paisagístico e no livro do tomo histórico, Laguna hoje tem seu centro histórico reconhecido como patrimônio histórico, “formado a partir do porto original e abriga cerca de 600 imóveis. No município, existem 43 sítios arqueológicos”²³.

Considerações finais

Através da arquitetura podemos ver quatro características arquitetônicas, distintas, sendo elas de períodos diferentes (até fins do século XIX, com influências do ecletismo, pós-ecletismo, até a década de 40, e exemplares de arquitetura moderna) e isso nos mostra que a

20 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984.

21 SPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre, 8 de junho de 1984.

22 SPHAN. Laguna (SC). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=C8A07C68C0AB14EAB447EEA1E7BCAEF1?id=18113&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

23 Idem



cidade como espaço habitado está em constante mudança.

No primeiro processo de tombamento que ocorreu na cidade, aconteceu sobre os critérios em que a memória se apoia. Sendo esses, os acontecimentos, e fatos, no caso da proclamação da República Juliana, personagens, por exemplo José Garibaldi, e lugar como o paço Municipal. Ao mesmo tempo, dentre essa memória há o esquecimento, de outros grupos sociais os quais são invisibilidades. Temos processos e atores importantes para a construção de uma memória da cidade. Mas de que modo estes lugares de memória representam uma identidade coletiva nos dias de hoje?

O tombamento do centro histórico de Laguna acontece, fomentando a cidade como lugar de memória, e a vontade de se reconhecer. Uma construção social, vinda com o sentimento de identidade, uma identidade açoriana, pensada principalmente naquele contexto, em que ocorrem os processos de tombamento o âmbito do IPHAN, e na própria visão do IPHAN, que foi, e está em constante mudança. O reconhecimento de que ali houve conquistas, lutas, que fez parte da construção de sua herança cultural. A herança arquitetônica que se faz presente na materialidade e imaterialidade, como nos costumes da pesca, da renda de bilro, relacionadas sobretudo com o colonizador português, representam a quem e para quem? Esses questionamentos problematizam a questão da representação das identidades através da materialidade que propriamente evidenciam e também respondem por si só, que há um discurso por trás do tangível que sublima e expõe. O(s) Patrimônio(s) são territórios de poder e que podem ser usados para [re]lembrar e esquecer.

É inegável a importância do tombamento do centro histórico de Laguna, como ferramenta de proteção ao patrimônio, mas nos dias de hoje devemos nos questionar o que esse conjunto arquitetônico nos está a dizer, ou qual o discurso que será feito a partir dele.

Referências

BRASIL. *Constituição* (1988). Decreto de Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 31 maio 2016.

BRASIL. *Constituição* (1988). Art. nº 216, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 maio 2016.

CABRAL, Oswaldo R.. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Aludes, 1970.



CAFÉ, Daniel Calado. *Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do Território de Alcanena*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Departamento de Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniel_cafe.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.

DALL'ALBA, Joao Leonir. *Laguna antes de 1880*. Porto Alegre. Editora Lunardelli, 1979

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vertice, 1990.

IPHAN/ PROGRAMA MONUMENTA. *Artes do Mar – Laguna SC*. Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=E4350AECE650399650001C44BE118390?id=3062>>. Acesso em: 20 de nov. 2014

IPHAN. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em 27 de maio de 2016

IPHAN. *Laguna*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/268> Acesso: 25 de outubro de 2016

MATTOS, Ruben Ulysea; SPALDING, Walter; BOITEUX, Lucas A.; GALLOTTI, Francisco B.; CABRAL, Oswaldo R.; MEDEIROS, Carlos da Costa Pereira Maecilio, MARCONDES, Giovanni Faraco de, et al. Publicação comemorativa do centenário da comarca da Laguna. Porto Alegre: Estab. Gráfico Sta. Teresinha Ltda., 1955.

MARTINS, Celso. *Farol de Santa Marta: a esquina do Atlântico*. Florianópolis: Guarapuvu, 1997.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1983. Tradução de Yara Aun Koury

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. *Laguna três séculos de brasilidade*. Dados e informações sobre o município, prefeitura Municipal de laguna. Elaboração da Pro reitoria de assuntos estudantis e de Extensão- UFSC. Imprensa universitária, 1982.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, p.200-212, 1992.

SPHAN. *Processo de tombamento do Sítio Arqueológico* (conjunto: centro histórico de Laguna – Santa Catarina).

SPHAN/D.E.T ministério da educação e cultura, secretária da cultura, subsecretária do patrimônio histórico e artístico nacional. *Processo nº 492-T-53*. Porto Alegre, 1953.

SPHAN/D.R.D. Ministério da Educação e Cultura, Secretária da Cultura, Subsecretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo nº 1.22-T-84*. Porto Alegre, 8 de junho de 1984

SPHAN. *Processo de tombamento do Sítio Arqueológico* (casa: Praça da Bandeira, Paço Municipal).

ULYSSÉA, Rube. *Laguna: Memória Histórica*. Brasília: Letrativa, 2004.

Recebido em 26 de novembro de 2014.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.



Espiritualidade e tradição: a perspectiva ético-religiosa dos japoneses presentes em Santa Catarina entre a década de 1960 e 1970

Guilherme José da Silva¹

guisilva.2186@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Constituída através de um caldeirão cultural bastante específico, a tradição japonesa ligada à natureza e à ética da honra sempre se mostrou bastante forte nas pessoas influenciadas por estes preceitos, sendo japoneses de origem ou os ditos *nikkei*, em solo japonês ou do outro lado do mundo. É por meio desta tradição e dos traços ético-religiosos presentes na cultura japonesa, que procurarei trabalhar neste artigo o desenvolvimento das colônias japonesas em Santa Catarina, com enfoque nos núcleos de Curitibanos e Itajaí, e a relação entre o processo de imigração, do contato com um universo totalmente único e diferente e das relações culturais que compõe um desenvolvimento étnico-cultural bastante peculiar.

Palavras-chave: Imigração Japonesa; Tradição; Xintoísmo; Diálogo cultural.

Abstract: Constituted through a very specific cultural cauldron, the Japanese tradition in communion to nature and the ethics of honor has always proved quite strong in people influenced by these precepts, being Japanese of origin or the so-called Nikkei, on Japanese soil or on the other side of the world. It is through this tradition and the ethical-religious traits present in the Japanese culture, that I will try to work in this article the development of the Japanese colonies in Santa Catarina, focusing on the cores of Curitibanos and Itajaí, and the relation between the process of immigration, and the contact with a totally unique and different universe and the cultural relations that make up a very peculiar ethnic-cultural development

Keywords: Japanese immigration, Tradition; Shintô, cultural dialog.

Introdução

O que me estimulou a escolher tal tema para este trabalho, em primeiro lugar, foi meu interesse pessoal em relação à cultura japonesa, mas principalmente pela perspectiva ética e mitológica deste povo. Com base primordial nisto este artigo tem como objetivo perceber de que maneira o desenvolvimento cultural das colônias japonesas, com foco no processo ético-religioso, se deu em terras brasileiras, mais especificamente em Santa Catarina, entre as décadas de 1960 e 1970 e como o xintoísmo se mostrou presente na vida destes imigrantes japoneses, sendo através de ritos cotidianos, eventos ou ensinamentos através de tradição oral.

A cultura japonesa ao longo dos séculos sempre foi bastante característica, mesmo quando se contrastou com diversas percepções de mundo a tradição nipônica nunca perdeu os

1 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: guisilva.2186@gmail.com.



traços que a qualificavam como tal, mesmo em constante ressignificação. Aspectos geográficos, climáticos, étnicos e históricos modelaram e remodelaram o *modus vivendi* desta nação, portanto, assim como os pensamentos japoneses se estruturaram de forma única, os pensamentos *Nikkei*² também passaram por variações bastante distintas devido a elementos similares.

Como a religiosidade xintoísta e o resgate às tradições, principalmente no regimento da conduta e da honra, estão intrinsecamente conectados com o modo de vida japonês, procurarei perceber como os imigrantes japoneses significavam e ressignificavam os princípios do *shintō*³ e das tradições de acordo com sua nova realidade e de que maneira esta reorganização cultural influenciou no desenvolvimento das colônias e na vida destes imigrantes, pensando em como as especificidades de Santa Catarina estimularam os imigrantes japoneses a reconstruírem sua percepção adaptando-se a um universo diferente.

Para atingir meu objetivo com este artigo, procurarei me debruçar sobre trabalhos acadêmicos publicados em revistas a respeito das imigrações japonesas e relações destes com outras etnias imigrantes no estado de Santa Catarina, analisarei também festivais tradicionais, onde esta cultura xintoísta, tal como a reformulação da identidade ética japonesa, se mostra presente relacionando com os aspectos já citados. Além disto, farei uso de uma bibliografia tratando dos aspectos culturais, mitológicos e identitários japoneses e farei as relações necessárias para, enfim, contemplar a problemática elaborada.

Traços Xintoístas no Brasil

Em um contexto mundial, o Japão possuiu diversos momentos em que se isolou economicamente e culturalmente do restante do globo, entretanto, grandes pilares de seu processo cultural se formaram a partir do contato com outros povos, como China e Coreia. Processos importantes, como desenvolvimento de uma escrita, centralização e constituição política, e até mesmo a elevação do Budismo vindo da China enquanto religião oficial⁴ do

2 Denominação japonesa para imigrantes nipônicos que habitam fora do Japão.

3 Escrita cuneiforme que traduz os *Kanjis* que representam a palavra Xintoísmo, no idioma japonês.

4 Pode ser um pouco problemático colocar a possibilidade de uma “religião oficial” neste período (604 d.C, quando a Constituição que formaliza estas questões surge), considerando que o próprio processo de unificação japonesa se mostrava dificultoso. Embora o Budismo fosse apresentado como contraponto às tradições Xintoístas, as crenças ancestrais espirituais seguiam com patrocínios oficiais, sendo usadas como ferramentas legitimadoras de poder, em circunstâncias diferentes do Budismo. De fato, não era necessário a negação de uma para que houvesse a aceitação da outra.

Japão⁵. Pensando por este prisma, é possível afirmar que o Japão possui características peculiarmente paradoxais, ao mesmo tempo que a cultura japonesa se mostra aberta a novos sincretismos, ela mantém seus traços mais fortes, apresentando processos únicos de desenvolvimento e o mesmo se aplica aos *nikkei*.

O Brasil é uma nação jovem, caracterizada por imensa variedade de etnias, raças, culturas e nacionalidades. No campo da religião, embora seja conhecido como o maior país católico do mundo, possui espaço para a presença de religiões de origem japonesa, trazidas por imigrantes que aqui chegaram [a mais de um século]⁶.

Como André Richard⁷ afirma em seu artigo, os próprios imigrantes japoneses no Brasil e descendentes mantinham e mantêm em âmbito doméstico a cultura religiosa nipônica viva por meio de símbolos ritualísticos, como o *butsudan*, uma espécie de mini altar de aspecto budista, os quais são atribuídos os *ihai*, tábuas de madeiras que representam nominalmente os antepassados que se transformariam em entidades protetoras do lar e conjuntamente ao *butsudan* há o *kamidama*, de caráter mais xintoísta, o qual carrega os nomes dos principais *Kami*⁸ “Tais altares são indícios da sobrevivência de ambas as religiões mesmo após a vinda de japoneses para o Brasil e o processo de adaptação de elementos culturais a um contexto diverso”⁹. Em termos religiosos as duas filosofias vivem concomitantemente em harmonia, entretanto em termos institucionais e de produções acadêmicas o Budismo mostra-se mais poderoso que as tradições Xintoístas.

Enquanto os processos ritualísticos Budistas, no processo de desenvolvimento religioso japonês, mostravam-se voltados à corte imperial e apresentavam-se de modo “alheio” à população, como algo poderoso e extraordinário, já os aspectos Xintoístas eram caracterizados por serem mais ‘pessoais’, ligados às questões mais mundanas, principalmente na fertilidade do campo. Os *Kami* eram relacionados de acordo com as localizações e necessidades das comunidades, os cultos poderiam variar entre montanhas, rios, chuvas ou mesmo o próprio processo de colheita dos alimentos.

5 WAKISAKA, Geny. *Man'yōshū*: vereda do poema clássico japonês. São Paulo: Hucitec, 1992. pp. 7.

6 TOMITA, ANDRÉA G. S. As Novas Religiões Japonesas como instrumento de transmissão de cultura japonesa no Brasil. *Estudos da Religião*, São Paulo, n. 3. p. 88-102, 2004. pp. 89.

7 RICHARD, André. *Shintoísmo e culto aos Kami*: Aproximações e distanciamentos. Revista Nures. São Paulo. n. 9. Maio/Setembro de 2008. pp. 1.

8 Existe uma complexidade em traduzir a palavra *kami*. A palavra mais próxima ocidental seria “entidade” ou mesmo “deus”, entretanto este termo carrega significados muito mais profundos, principalmente em questões espirituais de percepção de mundo.

9 RICHARD, 2008. pp. 2.



Em Santa Catarina esta cultura é revivida em parte por meio do *Sakura Matsuri*, o festival das flores e dos frutos das cerejeiras, em Frei Rogério. “No Japão, a árvore e sua flor simbolizam a sensibilidade da vida, tanto o sentir as mudanças das estações, como a fragilidade e finitude do viver”¹⁰. Embora o festival tenha cunho turístico e econômico, como vários festivais de imigrantes em Santa Catarina, é inegável a importância de ressignificação de características culturais nipônicas.

Na festa da floração da cerejeira, também se celebra o recomeço e o caráter parcialmente cíclico da vida, das flores, das árvores e das pessoas que as contemplam. Da flor faz-se festa e da festa, colhem-se muitos frutos, tanto para quem a promove, como para quem a frequenta e passa a conhecer um pouquinho mais o que os japoneses de Frei Rogério apresentam sobre o Japão que criaram para si mesmos e para os de fora. Ao apreciar a celebração da flor, observam-se rituais e saboreiam-se gastronomia, cores, paisagens e sabores nem tão brasileiros assim, nem tão japoneses de fato¹¹.

Japoneses em Santa Catarina

Constituindo a maior população japonesa fora do Japão, com 1,5 milhões de imigrantes¹², o Brasil abarca não somente este grupo étnico, mas também uma série de culturas vindas com objetivos parecidos.

O governo do Estado de São Paulo [do início do século XX] atuando na política internacional de conquistar mercados para o café produzido, encontrava no Japão, um possível aliado que compraria a bebida e forneceria parte da mão-de-obra para a lavoura cafeeira. (...) A imigração japonesa iniciava no Brasil, após períodos de discussões e debates acerca da introdução dos trabalhadores asiáticos. Contudo, mesmo “iniciando” intercâmbio Japão-Brasil e efetuando as relações diplomáticas entre os dois países, os preconceitos, discriminações e construção de imagens através de estereótipos japoneses permaneciam¹³.

Embora o grande polo de imigração japonesa tenha se agrupado em São Paulo, tendo como marco atual o Bairro da Liberdade, Santa Catarina também atraiu o povo nipônico. A

10 MARTINELLO, André S. *Comemorar as flores e os frutos das cerejeiras: a festa Sakura Matsuri em Frei Rogério (SC)*. 2011. Disponível em <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/alimentacao-e-cultura/476-comemorar-as-flores-e-os- frutos-das-cerejeiras-a-festa-sakura-matsuri-em-frei-rogerio-sc>>. Acesso em: 5 de jun. de 2015.

11 Ibidem, 2001.

12 GONÇALVES, Cíntia R. S. A. LOPES, Maria M. C. PAIVA, Eliane M. *Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira* / Fundação Alexandre de Gusmão. - Brasília: FUNAG, 2008. pp. 87.

13 MARTINELLO, André. *Política Agrária e Imigratória nas Colônias Japonesas de Santa Catarina (1961 – 1978)*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. [monografia]. 2007. pp. 26-27.



imigração japonesa mostrou-se mais constante com o período pós-guerra, com o foco já citado em São Paulo, entretanto

Em Santa Catarina, os maiores fluxos migratórios de japoneses e descendentes se dão a partir de 1966, com a inauguração efetiva, pelo governo estadual, da primeira colônia oficial. Ela se localiza no distrito de Frei Rogério, na época município de Curitibanos. A colonização japonesa com distribuição ao longo do território catarinense está fortemente ligada ao papel do governo estadual como principal indutor e apoiador na instalação de núcleos coloniais¹⁴.

Em um “contexto de distribuição e acesso desigual à terra [no início da década de 1960], mas de um momento favorável para a luta da reforma agrária (...) o Estado de Santa Catarina permitia a destruição das suas pequenas propriedades”¹⁵. Em 1963, em meio a estas conturbações ligadas à questão agrária, em parceria com o Consulado Japonês de Porto Alegre e o Instituto Japonês de Imigração e Colonização (JAMIC) é anunciada a vinda colonizadora de imigrantes japoneses para Curitibanos¹⁶.

Ao IRASC [Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, criado dois anos antes], ficava estabelecido realizar a demarcação dos lotes para localização das cinquenta primeiras famílias, desapropriar as terras necessárias, construir a estrada principal e os acessos aos lotes, transportar parte das famílias e construir as residências dos colonos até o fim do ano de 1963¹⁷.

O núcleo agrícola em que a nova Colônia de Curitibanos iria instalar-se era denominado Celso Ramos, não era coincidência o núcleo receber o nome do governador na época, a publicidade encrostada nestes atos simbólicos impulsionava a fama destes políticos. Diferentemente da tentativa de 1927, onde o primeiro núcleo de imigrantes que compunha japoneses tentou instalar-se no estado, este processo de inserção de imigrantes nipônicos em território catarinense mostrou-se muito eficaz¹⁸.

Entretanto, a busca por imigrantes japoneses não se fixava apenas para Curitibanos

Em janeiro de 1974, o jornal O’Estado divulgava que as expectativas agrícolas voltavam-se para a criação de colônias japonesas em todo o território catarinense. Havia o projeto de atração e instalação dez famílias japonesas em Criciúma, para trabalharem com horticultura e fruticultura, e dizia-se que mais

14 MARTINELLO, ANDRÉ S; CARVALHO, ELY B. Colonização japonesa em Santa Catarina – Metamorfoses na imigração tutelada. *História Unisinos*. v. 15, n. 3, p. 453-465, 2011. pp. 456.

15 MARTINELLO, 2007. pp. 37.

16 Ibidem. pp. 37.

17 Ibidem. pp. 37-38.

18 Ibidem. pp. 40.



de cinquenta famílias formariam um núcleo nipônico no município de Porto União, onde se dedicariam ao cultivo de frutas da região¹⁹.

Desta maneira, é perceptível as diversas solicitações em relação ao fluxo interno migratório quando o núcleo japonês em Itajaí começou a ser desenvolvido. “Segundo os discursos da época, os japoneses estavam sendo recrutados para modernizarem a agricultura, produzirem alimentos e ensinarem técnicas de cultivos aos brasileiros”²⁰. O processo de vinda destes imigrantes para o núcleo formado em Itajaí acabou por atrair uma quantidade considerável de migrantes nipônicos, vindos de estados vizinho e mesmo de São Paulo²¹.

A eleição dos japoneses, como aqueles responsáveis por ensinamentos de técnicas aos agricultores brasileiros, também acabava por idealizar, senão construir, uma imagem dos nipônicos, como os “bem-sucedidos” e portadores do desenvolvimento de técnicas modernas. (...) as imagens e os preconceitos acerca dos agricultores nipônicos e dos brasileiros, influenciaram sensivelmente nas políticas governamentais, sendo o esperado ensino da “ideologia do trabalho moderno” por parte dos japoneses, aos “colonos nacionais”. Estamos diante de um exemplo de “colonização pedagógica”, ideia fortemente presente na formação do Núcleo Rio Novo, bem como nos demais núcleos coloniais japoneses criados pelos governos²².

O autor aponta ainda que “(...) a imigração japonesa demonstra que Santa Catarina também teve em sua formação social, um “mosaico étnico” e cultural importante”²³. Como André Souza Martinello desenvolve em sua monografia, o estado catarinense possui uma imagem atribuída à sua herança cultural pautada na composição de etnias europeias, e que por vezes grupos que não se encaixam nestes parâmetros, continuamente caracterizados como “bem-sucedidos” e variações semelhantes, acabam, de certa forma, sendo invisibilizados.

Nikkeis: mudanças e permanências.

No século XX eram constantes os projetos de construção nacional, vindos de uma herança europeia do século XIX. “Nos países do extremo leste asiático o processo não foi diferente, porém a motivação se deu principalmente pela presença dos europeus que buscavam

19 MARTINELLO, André Souza. KLUG, João. A criação do Núcleo Rio Novo os Migrantes Japoneses em Itajaí. *Blumenau em Cadernos*, v. XLVIII. pp. 58-72. 2007. pp. 60.

20 Ibidem. pp. 60.

21 Ibidem. 67.

22 Ibidem. pp. 67-68.

23 Ibidem. pp. 127.



novos mercados consumidores e áreas para exploração de matéria-prima”²⁴. Dentro deste contexto procurava-se construir identidades nacionais, e esta ferramenta de legitimação perante ao mundo não era exclusiva japonesa, embora nosso foco seja a identidade nipônica.

Inazo Nitobe (1862-1933) não foi um filósofo, mas tinha como preocupação encontrar uma identidade para os japoneses no início do século XX (...). A concepção de identidade nacional proposta por Nitobe e apresentada ao público ocidental por meio da obra *Bushido – The Soul of Japan* (1900), era baseada na releitura do antigo código de conduta dos samurais (*bushidô*) associado com valores cristãos que deveria ter como principal papel possibilitar a aproximação cultural entre ocidente e Japão, além de fornecer uma identidade nos moldes dos padrões europeus. O processo pelo qual o Japão passou é similar ao que os povos europeus passaram para construir a ideia de tradição²⁵.

A criação de uma identificação interna reflete exteriormente falando também. A partir do momento que se legitima determinados aspectos internos, os elementos externos tornam-se menos turvos e, portanto, mais facilmente qualificados. Este desenvolvimento identitário japonês possuiu importância para o país exportar a imagem que ressignificava de si mesmo, a qual era pautada em conceitos historicamente empregados aos nipônicos, principalmente ligados à tradição.

Já no Brasil, os imigrantes nipônicos trouxeram consigo, em certa medida, estes trejeitos culturais, o que de determinadas formas ocasionou uma dificuldade de miscigenação com as diversas etnias também imigrantes e já presentes aqui. Em Santa Catarina esta dificuldade mostrou-se ainda mais visível, devido ao caldeirão cultural efervescente que abarcava imigrantes de diversas partes do mundo,

O que dificulta a miscigenação, fazendo recrudescer, ao contrário, as valorações etnocêntricas, o idioma, a religião, o sistema familiar, as concepções políticas, os hábitos de higiene, a cozinha e uma infinidade de costumes são de tal modo díspares que a aculturação exige uma prévia fase de desintegração cultural bem mais radical e profunda nos japoneses e nipo-brasileiros do que em imigrantes de proveniência europeia²⁶.

24 NUNES, Gabriel Pinto. O Bushidô por Nitobe: Uma nova identidade para a sociedade japonesa no século XX. Dilemas e desafios na contemporaneidade. III SIDIS. pp. 2

25 Ibidem. pp. 5.

26 SCHADEN, Egon. Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil. In: *Revista Brasileira de Antropologia*. São Paulo, FFLCH, vol 4, n.1, junho de 1956. pp. 44.



Ergon Schaden ainda afirma que existe uma dificuldade em se afirmar que há uma cultura ‘nipo-brasileira’, tal como existiu uma assimilação teuto-brasileira, devido aos conflitos étnicos que se configuraram do choque cultural nos primeiros contatos das imigrações. Para ele:

Tal seria possível se a aculturação, nas colônias japonesas, se desenvolvesse de forma que após uma fase de nivelamento cultural e social de cada núcleo, houvesse tempo e condições propícias para uma rediferenciação sobre a base de uma estratificação social no interior dos próprios núcleos²⁷.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que qualificar uma cultura como imutável, principalmente estando em contato com uma enxurrada étnico-cultural constante, a qual foi Santa Catarina no século XX, principalmente a partir das décadas de 1960, é um tanto problemático. Segundo Willens:

A miscigenação estaria condicionada às diferenças raciais, culturais e de classe social. As diferenças raciais poderiam adquirir significados culturais e sociais para os grupos em contato, dificultando a miscigenação; mas neste momento, [o autor] não conseguiu avaliar se isto ocorreria entre japoneses e brasileiros²⁸.

Elucido aqui que as limitações teóricas, tanto de Schaden quanto Willens esbarram em seu contexto de produção. Ambos confeccionados entre as décadas de 1940 e 1950 possuíam em mãos, principalmente, a extrapolação intelectual e o exercício de imaginação, obviamente não desconsiderando as análises sociológicas e antropológicas feitas acerca do tempo presente naquela época. Arrisco-me aqui a colocar que seria ingenuidade achar que de fato a miscigenação citada por Willens não ocorreria, considerando a amálgama cultural que temos hoje em dia em todo o Brasil.

Considerações Finais

Levando em conta o processo histórico cultural brasileiro, antes e depois da conquista europeia em solo americano, o cenário étnico das terras tupiniquins sempre foi extremamente variado. Considerando o contexto específico do início e desenvolvimento da primeira metade

27 Ibidem. pp. 45.

28 NUCCI, Priscila. Emilio Willems e os estudos sobre os imigrantes japoneses. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 24. 2007, São Leopoldo, RS. pp. 2.



do século XX, é possível afirmar com segurança de que o Brasil é composto por identificações culturais variadas e que estas diversas identificações dialogam constantemente.

O desenvolvimento das variações culturais *Nikkei* é um exemplo interessante de como a variabilidade étnica brasileira se construiu de maneira múltipla. Mesmo o povo japonês conhecido por resgates constantes à própria tradição e por distintos momentos históricos onde manteve sua cultura hermeticamente fechada para o resto do mundo em certos aspectos, mostrou-se influenciado e influenciador quando em contato com a multiplicidade cultural brasileira.

Este artigo procurou abordar justamente o desenvolvimento de uma maleabilidade cultural nipo-brasileira, focando principalmente em aspectos resgatados voltados aos imigrantes japoneses em Santa Catarina, aos aspectos ético-religiosos contidos nos traços culturais *nikkei* e a relação destes processos com a tradição identitária ressignificada do século XX.

Referências

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BORGES, Rosângela de Fátima. *A imigração japonesa em Curitiba*. Caçador, SC: Angelus, [2004]. 90p.

GONÇALVES, Cíntia R. S. A. LOPES, Maria M. C. PAIVA, Eliane M. *Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008. 260 p.

MARTINELLO, André Souza. KLUG, João. A criação do Núcleo Rio Novo os Migrantes Japoneses em Itajaí. *Blumenau em Cadernos*, v. XLVIII. pp. 58-72. 2007.

MARTINELLO, ANDRÉ S; CARVALHO, ELY B. Colonização japonesa em Santa Catarina - Metamorfoses na imigração tutelada. *História Unisinos*. v. 15, n. 3, p. 453-465, 2011.

MARTINELLO, André Souza. *Formação de Colônias Japonesas em Santa Catarina: notícias e abordagens de jornais nas décadas de 1960 e 1970*. Florianópolis, SC, [s.n], 2008. 88 p. : il., 29cm

MARTINELLO, André S. *Comemorar as flores e os frutos das cerejeiras: a festa Sakura Matsuri em Frei Rogério (SC)*. 2011. Disponível em <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/alimentacao-e-cultura/476-comemorar-as-flores-e-os-frutos-das-cerejeiras-a-festa-sakura-matsuri-em-frei-rogerio-sc>>. Acesso em: 5 de jun. de 2015.

MARTINELLO, André Souza. *Política Agrária e Imigração nas Colônias Japonesas de Santa*

Catarina (1961 – 1978). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. [monografia]. 2007.

MARTINELLO, André Souza. Representação cartográfica dos japoneses “estrangeiros” em Santa Catarina, segundo os censos de 1940-1980. *Revistas Percursos*. Florianópolis, v. 10, n. 1. p. 76-93, 2009.

NUCCI, Priscila. Emilio Willems e os estudos sobre os imigrantes japoneses. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 24. 2007, São Leopoldo, RS.

NUNES, Gabriel Pinto. O Bushidô por Nitobe: Uma nova identidade para a sociedade japonesa no século XX. *Dilemas e desafios na contemporaneidade*. III SIDIS. pp. 1-11.

RICHARD, André. Shintoísmo e culto aos Kami: Aproximações e distanciamentos. *Revista Nures*. São Paulo. n. 9. Maio/Setembro de 2008. pp. 1-7.

SCHADEN, Egon. Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil. In: *Revista Brasileira de Antropologia*. São Paulo, FFLCH, vol 4, n.1, junho de 1956.

SEGANFREDO, Carmen. *As melhores histórias da Mitologia Japonesa*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2011.

TOMITA, ANDRÉA G. S. As Novas Religiões Japonesas como instrumento de transmissão de cultura japonesa no Brasil. *Estudos da Religião*, São Paulo, n. 3. p. 88-102, 2004.

WAKISAKA, Geny. *Man'yōshū: vereda do poema clássico japonês*. São Paulo: Hucitec, 1992. 288p.

Recebido em 14 de junho de 2015.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.



Mulher, corpo e autoconhecimento: representações da mulher na Dança do Ventre entre acadêmicas da UFSC

Gabrielle Goulart Beck*

gabecksh@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo, ancorado na historiografia do tempo presente, tem como objetivo analisar as representações da mulher na Dança do Ventre, utilizando como fonte de pesquisa entrevistas realizadas em 2013 com quatro mulheres da comunidade acadêmica da UFSC, dentre profissionais, praticantes, ex-praticantes e não praticantes. A análise pretende partir da trajetória da Dança do Ventre, sua chegada ao Brasil, relacionando com o Orientalismo do século XIX e XX e a influência de uma concepção de corpo que influenciaram esta dança.

Palavras-chave: Orientalismo; Representações; Mulher; Dança do Ventre.

Abstract: This article, grounded in the historiography of the present time, aims to analyze the representations of woman in Belly Dance, using as source of research interviews conducted 2013 with four women from the academic community at UFSC, among professionals, practitioners, ex-practitioners and non-practitioners. The analysis from the intended trajectory of Belly Dance, its arrival in Brazil, relating to the Orientalism of the nineteenth and twentieth century and the influence of a body design that influenced his dance.

Keywords: Orientalism; Representations; Woman; Belly Dance.

Nas últimas décadas do século XX, a Dança do Ventre passa a ganhar destaque no território nacional chegando ao seu ápice no ano 2000 com um forte apelo apresentado em uma telenovela transmitida neste período¹. A partir de então, o ensino e prática desta modalidade passam a se popularizar deixando de ser uma dança exótica para cada vez mais estar presente em eventos culturais populares. Entretanto, o que se percebe é um crescente número de bailarinas, cheias de técnica e belos trajes, muito brilho e prontas para fazer um grandioso show alimentando mais e mais uma representação da mulher ideal, de um corpo com contornos perfeitos, elegante e sexualizado. Contudo, a Dança do Ventre como vemos hoje, o modelo estrutural atual, é uma construção, principalmente do século XX.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de Dança do Ventre no projeto de extensão Práticas Corporais CDS/UFSC. Bailarina de Danças Orientais Árabes e Danças Ciganas. Integrante do grupo Andança – Danças Ciganas. Professora de História na rede pública do estado de Santa Catarina. E-mail: gabecksh@gmail.com

¹ Telenovela *O Clone* exibida pela primeira vez entre 2001 e 2002 pela Rede Globo em horário nobre. Foi escrita por Glória Perez e dirigida por Jayme Monjardim, trazendo a cultura árabe como plano de fundo para o enredo da telenovela que se passava tanto no Brasil quanto no Marrocos.



Busca-se contextualizar as origens da Dança do Ventre, querendo remetê-la, de certa forma à Antiguidade e à Pré-História. Entretanto, é complicado falar de uma única origem de algo. A procura por uma origem de certa forma é uma tendência adquirida do método científico cartesiano do século XVII que acabava não levando em consideração as particularidades das ciências humanas e das artes, neste caso a dança.

A dança é a arte que se expressa através do corpo e, na maioria dos casos, está interligada à música. Sendo uma manifestação cultural, a dança de modo geral, sua forma e composição, não estão estáticos, modificando-se através do tempo. Pode-se falar então em construções e reconstruções e que a dança, o movimento, este sim já está presente na sociedade, ou melhor, em cada ser humano desde o ventre materno. Para Maribel Portinari, “nos primeiros rituais de fertilidade nasceu uma dança que sobrevive até hoje, a dança do ventre”². Partindo do pressuposto de que estes rituais de fertilidade se mantiveram latentes nas sociedades seguintes, percebendo-os em rituais do Antigo Egito e mais tarde em manifestações não apenas ritualísticas do Oriente Médio, percebemos uma incorporação e continuidade de rituais ancestrais constituindo uma ‘essência ‘da Dança do Ventre e não uma origem.

Perdem-se os relatos sobre danças relacionadas com nossa concepção atual de Dança do Ventre, pois há uma tendência entre pesquisadores dessa arte de focarem-se mais em uma origem do que contextualizar a Dança do Ventre historicamente, e retomam-se os relatos já no final do século XIX. Neste período a França expande seu domínio para o Norte da África, ocupando a Argélia em 1830, estendendo depois para o Marrocos e Egito. E é também neste momento que nasce o nome *Dansedu Ventre*, nome Ocidental para a até então *Raksel Chark*, Dança do Leste em português, denominação defendida por Shahrzad, nome artístico de Madeleine Iskandarian, precursora da dança no Brasil.

Durante este período o Ocidente vê o Oriente pelos olhos do Orientalismo que, como uma forma de facilitar a dominação, vai permear não só o imaginário ocidental, mas também ser ancorado em bases políticas e intelectuais. Para Said “orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material”³.

2 PORTINARI, Maribel. *História da Dança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 12.

3 SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 33.



O Ocidente passa a se apropriar de aspectos culturais das regiões dominadas e trazer essas ‘atrações’ para a Europa e Estados Unidos como exibições exóticas e de aberrações. “O orientalismo foi igualmente sintomático no que diz respeito à relação entre cultura popular e exibições científicas”⁴. No calor do cientificismo, os Estados Unidos passa a querer também as populares bailarinas da *Dansedu Ventre*, vistas nas ruas das grandes capitais europeias, dançando, vendendo pães berberes e café turco em representações físicas de suas moradias, com tapeçarias e roupas coloridas. Segundo Sohat⁵, em 1876 bailarinas tunisianas são exibidas na *Philadelphia Columbia Exposition*. Em 1893 é reconstruída toda uma cidade argelina em Chicago para a mostra *Century of the Progress* importando junto uma bailarina chamada *Little Egypt*.

O cinema passa a retratar o Orientalismo, filmando bailarinas de uma dança que já se parece com a Dança do Ventre nos moldes atuais. Em 1896 o filme *Fatima* apresenta uma mulher morena, com roupas ‘exóticas’, ondulando a barriga e batendo o quadril. Na literatura, Gustav Flaubert escreve, em 1877, o conto Heródias onde retrata Salomé inspirada em bailarinas orientais que o autor presenciou em apresentações artísticas, representando-a como uma mulher sedutora e perigosa. Importante ressaltar que as bailarinas não eram convidadas para apresentações artísticas por serem reconhecidas pelo seu talento, mas sim eram consumidas em exposições pelo mundo ocidental neocolonialista. Conforme Said “isso não quer dizer que o Orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o ‘Oriente’, é discutida”⁶.

Os corpos das bailarinas também alimentavam a imaginação da sociedade ocidental. Como pode se observar o corpo sexuado passa a ter uma nova importância para a sociedade ocidental. A partir do século XX o corpo sexuado se torna foco de cuidados, ocupando um papel maior em representações visuais tanto científicas quanto midiáticas “A publicidade não demora a se liberar. Desde 1900 ela não hesita em mostrar mulheres na ‘toalete’ usando espartilhos sedutores. Essas propagandas, aliás, contribuíram para a dessacralização do corpo feminino”⁷.

4 SHOHAT, Ella. A vinda para a América: reflexões sobre a perda de cabelos e de memória. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1 - 1º semestre de 2002, p.99-117. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. p.100

5 SHOHAT, 2002.

6 SAID, 2007, p 30.

7 SOHN, Anne- Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: As mutações do olhar: O século XX*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 109 - 154, p. 113



Assim, os corpos dançantes das bailarinas importadas também passam a fazer parte desse nascente mercado pornográfico e erótico.

O corpo da mulher, principalmente, passa por um processo de dessacralização como afirma Anne-Marie Sohn (2009) devido ao recuo do pudor, que está intimamente ligado à exigência da sedução imposta pelo casamento por amor. Não havendo mais a imposição da família na escolha do noivo, a mulher necessita conquistar, seduzir, um parceiro competindo com os corpos ilustrados nos cartões postais e exibidos em feiras. Não lhe resta alternativa, ela deve investir no corpo tanto quanto na educação e graça, se não mais. A exigência e despudorização dos corpos vêm ao longo das décadas do século XX aumentando, tanto com influência da indústria midiática quanto com a indústria pornográfica. O peso e contornos ideais passam a criar mais expectativas e modelos cada vez mais difíceis de atingir. Para auxiliar nessa desenfreada ‘corrida para o altar’, dietas, exercícios físicos e procedimentos cirúrgicos foram aumentando em número e eficácia, valendo-se do tempo necessário para dedicar-se, que quanto menor, melhor.

Vê-se a exigência do corpo perfeito, sedutor, nos veículos de mídia, quase como uma imposição que passa a ser absorvida de modo inconsciente pela sociedade. A libertação sexual dos movimentos de contracultura de 1968 vem de encontro a essa imposição sobre o corpo sexuado, com o discurso de amor livre, movimentos nudistas, onde o corpo não precisa obedecer a modelos preestabelecidos e vendidos agora também, pela indústria da moda. O corpo é objeto de consumo. A capitalização do corpo transforma o que na Antiguidade era sagrado e celebrado em banal e comercial. Pode-se comprar o corpo perfeito e vendê-lo também.

O corpo feminino passa a ser vendido em revistas, passarelas, filmes. Na década de 1950 e 1960, Hollywood cria e recria a imagem de grandes estrelas do cinema como Marilyn Monroe, Audrey Hepburn e Elizabeth Taylor e as vende baseado em seus interesses. O corpo da mulher passa a ser objeto de consumo moldado conforme a sociedade ocidental. E é neste mesmo período que a chamada ‘Era de Ouro da Dança do Ventre’ acontece no Egito. Após a Segunda Guerra Mundial, o Egito passa a ser mais uma capital de lazer de estrangeiros sofrendo com as influências do cinema hollywoodiano. Com a implantação de cassinos que promoviam apresentações artísticas de bailarinas, a Dança do Ventre vai se difundindo e configurando como é conhecida hoje. A influência do ballet clássico tanto na técnica quanto na vestimenta dessas bailarinas passa a ficar cada vez mais clara. O cinema egípcio ganha forma especialmente pela

participação dessas bailarinas nos filmes e Samia Gamal⁸ e Tahia Carioca⁹ ganham destaque e status de estrelas em seu país. Acontece com essas duas grandes bailarinas algo parecido com o que houve com a Carmen Miranda, que é recebida nos Estados Unidos como exibição do exótico, muitas vezes sendo ridicularizada.

Tanto Tahia quanto Samia, migram para Europa e Estados Unidos da América trazendo o *Raskel Shark* consigo e desta forma o estilo tradicional egípcio de se dançar passa por modificações a partir das trocas culturais ocorridas. Samia Gamal, por exemplo, incorporou técnicas do balé (como giros e deslocamentos) e de danças latinas em suas performances. Ela foi a primeira bailarina de dança do ventre a dançar de salto alto, e também tornou o uso do véu muito popular. A presença do Jazz e do Ballet Clássico ficam tão evidentes que hoje se pode dizer que um estilo americano de Dança do Ventre passa a se formar e se difundir no Ocidente¹⁰.

Já no Brasil, na década de 1960, Madeleine Iskandarian, imigrante da Palestina, bailarina desde a infância, passa a ensinar mulheres brasileiras à arte da Dança do Ventre. Shahrazad, nome artístico de Iskandarian, passa a difundir sua arte sempre valorizando a figura e o corpo da mulher. Shahrazad em seu livro traz de volta a Dança do Ventre a sua conotação ritualística e profunda numa tentativa de desviar o rumo que a Dança estava tomando no Ocidente. “O corpo da mulher é sagrado e o povo deve assistir com respeito e admiração”¹¹.

Nos anos 1980 há uma geração de bailarinas brasileiras, muitas destas alunas de Shahrazad, que vão começar a divulgar a Dança do Ventre no Brasil, com a criação de festivais específicos da modalidade, academias de dança, apresentações artísticas e cursos profissionalizantes. A partir de então, a procura e popularidade da Dança do Ventre no Brasil aumentam, e a pressão exercida pela sociedade de consumo ocidental se torna cada vez maior,

8 Nome artístico de Zainab Ibrahim Mahfuz, nascida em 1924 em Wana, Egito. Com 15 anos passa a integrar a companhia de dança de Badia Masabni e tem aulas com Tahia Carioca. Com seu crescente sucesso no Opera Casino de Masabni, Samia estrelou diversos filmes egípcios ao lado do famoso cantor e ator Farid Al Attrach, como "I Love You" em 1949 e "Afrita Hanem" em 1950 e "Ali baba e os quarenta ladrões" (1944), do diretor francês Jacques Becker. World Belly Dance. Disponível em: <<http://www.worldbellydance.com/samia-gamal/>> Acesso em: 16/08/2017.

9 Nome artístico de Badaweya Mohamed Kareem Al Nirani, nascida em 1915. Uma das principais bailarinas do Opera Casino de Badia Masabni, é conhecida pela incorporação de ritmos e movimentos do Samba na sua dança e fica conhecida como Tahia Carioca. Ao todo Tahia participou de 120 filmes, além de ter trabalhado na televisão e no teatro. O primeiro filme que Tahia fez foi em 1935. Alguns dizem que estreou no filme "Doctor Farahat" e outros dizem que foi no "La Femme et le Pantin". Belly Dance Museum. Disponível em: <<http://belly-dance.org/tahia-carioca.html>> Acesso em: 16/08/2017.

10 ISKANDARIAN, Madeleine (Shahrazad). *Resgatando a feminilidade*: expressão corporal pela dança do ventre. São Paulo: Scortecci, 1998. p. 10

11 *Ibidem*, p. 6



principalmente sobre as mulheres, fazendo com que busquem ‘tratamentos estéticos’ alternativos e a Dança do Ventre parece exercer um apelo grande no público feminino.

Chega-se ao ano de 2000 com a exibição da Novela *O Clone*, na Rede Globo sendo o *boom* da Dança do Ventre no Brasil. Mais uma vez a mulher que dança é representada como sedutora e perigosa, onde a protagonista aparece dançando para o marido quando quer ludibriá-lo para conseguir encontrar o seu amante. A sensualidade e sexualidade andam juntas na novela e pouco se mostra sobre a cultura marroquina, retratando sempre estereótipos. Após a exibição da telenovela a procura pela dança cresce exorbitantemente. Mulheres buscam ter o mesmo encantamento e sedução que a protagonista da novela apresenta. Alimenta-se, no imaginário feminino, a representação da bailarina de Dança do Ventre presente lá no século XIX, ocorrendo apenas a manutenção de estereótipos presentes nas imagens de filmes como *Fatima* que partiam de representações socialmente criadas. Assim como cresce a procura cresce também a oferta, e encontra-se todo o tipo de professora de Dança do Ventre, desde pessoas muito bem qualificadas e até há relatos de pessoas que aprenderam assistindo a novela oferecendo-se para ministrar aulas. Fazendo uma relação com a representação da Dança nesta telenovela pode-se dizer que uma procura da mulher por uma forma de satisfazer e agradar seu marido (relatado a mim nas aulas que ministrei enquanto professora de dança no Projeto Práticas Corporais CDS/UFSC), bem como relatado por alunas de outras professoras), é um dos motivos que atraíram mulheres de diversas idades a procurar por aulas de Dança do Ventre. A imagem da Dança perde novamente o caráter ritualístico, de valorização do corpo feminino. “Quando alguém pratica a ‘Dança do Ventre’, a sociedade nada mais vê do que um corpo se mexendo para a satisfação do homem. Na verdade, ela não tem nada disso, é sublime como o balé clássico”¹².

A Dança do Ventre chega a Florianópolis neste mesmo período. Não se sabe ao certo em que ano a primeira aula da modalidade começou a ser ministrada na cidade. No ano de 2006 em um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Dança do Ventre passa a ser ministrada por estudantes da própria UFSC, como bolsistas. Desde então, todo semestre são oferecidas à comunidade externa e interna aulas regulares, ministradas de acordo com o calendário acadêmico e dentro do Centro de Desportos (CDS) da UFSC. A procura pela Dança do Ventre vem crescendo desde então e o projeto, hoje com o nome de Projeto Práticas

12 ISKANDARIAN, Madeleine (Shahrazad). *Resgatando a feminilidade: expressão corporal pela dança do ventre*. São Paulo: Scortecci, 1998. p. 6.



Corporais, coordenado pela professora Cristiane Ker, mantém aulas regulares da modalidade além de já ter formado outras bailarinas e professoras, hoje atuantes no mesmo projeto. Além disso, outras academias de Dança do Ventre foram criadas e atualmente há algumas profissionais de referência que atuam na cidade, bem como cursos profissionalizantes e *workshops* em todo o Brasil, principalmente do eixo Rio-São Paulo, mas cada vez mais vistos na região da Grande Florianópolis.

Treze anos depois, o furor da Dança do Ventre motivado pela telenovela *O Clone* ainda deixa o seu legado, contudo não mais o grande fenômeno que em sua estreia, apesar de ter reprisada 2011 em um horário de menor audiência e alcance. Entretanto, a Dança do Ventre continua em destaque no cenário cultural brasileiro. Uma busca pela representação atual da mulher na Dança do Ventre na comunidade acadêmica pelo já citado contato de longa data com a prática da modalidade se fazia necessária para bailarinas e professoras como eu, que desde 2013 ministro aulas no projeto de extensão Práticas Corporais vinculado ao Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina. Por representação entende-se que:

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como reflectindo-o ou dele se desviando¹³.

A dança dentro da Universidade

Esta pesquisa foi realizada em 2013 na UFSC como parte da disciplina de História de Santa Catarina, através de entrevistas com mulheres que tem em diferentes vivências da Dança do Ventre, utilizando como metodologia a História Oral. Uma breve apresentação das entrevistadas se faz necessária. As entrevistas foram realizadas individualmente, sendo apresentada de forma anônima e a escolha das entrevistadas, as entrevistas foram feitas de modo a inseri-las em diferentes categorias: praticante/profissional, ex-praticante, praticante/aluna e não praticante. As

13 CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990, p. 27.



entrevistadas foram identificadas pelas iniciais de seus nomes para garantir o seu anonimato e não foram escolhidos pseudônimos pois não havia a necessidade de modificar a identidade das mesmas. A praticante/profissional J., tem 33 anos, é atualmente professora de Dança do Ventre do projeto de extensão da UFSC. É praticante há 10 anos, passando por profissionais de outras academias. A entrevistada da categoria ex-praticante é B., 32 anos, praticante durante dois anos e atualmente é professora de Danças Ciganas na UFSC. Na categoria praticante/aluna, a entrevistada é F., 30 anos, praticante há um ano e ainda aluna do projeto Práticas Corporais da UFSC. E na categoria não praticante, a entrevistada identificada como A., e tem 21 anos. Todas as entrevistadas, sem exceção, são alunas de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. As questões foram elaboradas de acordo com as categorias, apresentando um roteiro geral¹⁴ e partindo deste para elaborar as questões mais específicas, como Alberti vai indicar:

Ele (roteiro geral) servirá de base para a elaboração dos roteiros individuais e, posteriormente, de instrumento de avaliação dos resultados de pesquisa. Como sugere o nome, trata-se de um roteiro amplo e abrangente, que contém todos os tópicos a serem considerados na realização de cada entrevista, garantindo a relativa unidade do acervo produzido. É importante que nas entrevistas realizadas os pesquisadores procurem abarcar as questões que foram definidas como gerais a todos os entrevistados¹⁵.

Apesar de diferentes experiências, tanto como profissionais como apenas espectadoras, as entrevistadas demonstraram uma nova experiência com a Dança do Ventre, seus corpos e o ser mulher. Pode-se perceber pelas entrevistadas que a mulher na Dança do Ventre não é mais vista como uma exótica, nem aberração, como nos séculos XIX e início do XX e muito menos como uma imagem de *femme fatale*, perigosa e ardilosa, que usa seu corpo para seduzir e manipular o marido. Segundo a análise das entrevistas pode demonstrar, as mulheres buscam hoje na Dança do Ventre uma satisfação pessoal, uma satisfação como mulheres. Buscam o retorno aos antigos rituais de fertilidade, de exaltação ao feminino, procuram por meio destes uma conexão mais profunda com o seu corpo, necessidades estas não mais relacionadas com o modelamento do

14 Questões: “Como você vê a Dança do Ventre? (qual imagem)”; “Para você, qual é a relação do corpo feminino com a Dança do Ventre?”; “O que representa ser mulher, para você?”; “Para você, como a mulher é representada na Dança do Ventre?”.

15 ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2005. p. 84.



corpo para o homem, mas o equilíbrio entre corpo e mente, para si mesmas. Para a entrevistada F “(...)é uma dança que trabalha o conhecimento da mulher com ela mesma”¹⁶.

Pode-se notar um ‘resgate’ do feminino, do autoconhecimento e autoestima que pareciam distantes da rotina da mulher do século XXI. O corpo se tornou mais um produto a ser consumido pela lógica do capitalismo ocidental. A sociedade tornou-se impessoal, individualista e consumista a um nível que se pode perceber uma tendência ao resgate da busca pelo lado mais ancestral do ser humano, um resgate da feminilidade, no caso das mulheres, voltando-se para si sem esquecer do outro, mas numa forma de se conhecer, se reencontrar. Como aponta a entrevistada B: “Ser mulher significa ser tão indivíduo quanto qualquer homem, mas um indivíduo dotado de uma força ancestral para criar e reinventar seu lugar no mundo”¹⁷.

Nota-se uma mudança das necessidades da mulher na atualidade, que pode ser caracterizado como um reflexo de todo esse processo de liberação sexual e lutas pelos direitos das mulheres. A mulher busca um ‘empoderamento’ onde ser mulher “representa ser uma força não bruta”¹⁸. A mulher que dança a Dança do Ventre não é mais apenas um corpo em exibição, consumível, mas agora é alguém que se expressa através de sua arte, que se transforma e cresce com sua dança, e é admirada por outras mulheres por este motivo. De acordo com a entrevistada A. “a dança do ventre pode proporcionar a mulher um maior conhecimento de si, melhorando sua autoestima e o próprio físico, se praticada com frequência. Acho bastante interessante”¹⁹.

Tanto a Dança do Ventre quanto a mulher que pratica esta modalidade, são vistas com um respeito e admiração por todas as quatro entrevistadas da comunidade acadêmica. Pode-se ver uma apropriação de um discurso que defende a mulher na Dança do Ventre, sendo vista como uma mulher forte, que se relaciona bem com seu corpo e mente, que mantém contato com sua ancestralidade e feminilidade interior que dança para si, para ser feliz e se expressar. E como Chartier vai chamar atenção:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas

16 F., 30 anos, praticante/aluna. Entrevista realizada pela autora, 2013.

17 B., 32 anos, ex-praticante. Entrevista realizada pela autora, 2013.

18 J., 33 anos, praticante/profissional. Entrevista realizada pela autora, 2013.

19 A., 21 anos, não praticante. Entrevista realizada pela autora, 2013.



pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza²⁰.

Percebe-se que este discurso enaltecido da mulher na Dança do Ventre é forjado por mulheres para tratar de mulheres. Há um posicionamento muito claro no discurso das entrevistadas. Nota-se que o discurso é construído de forma a favorecer o papel da mulher, o seu próprio papel, na sociedade e expresso através da Dança do Ventre. A própria Dança é vista como um referencial feminino, onde se pode buscar essa feminilidade latente em toda mulher. Há quase que uma tentativa de proteger essa forma de expressão artística historicamente ligada às mulheres somente para que não se perca como uma maneira de se ter sempre esse feminino resguardado para quando alguma mulher necessitar.

A Dança do Ventre tem sua essência na Antiguidade em rituais de fertilidade, onde a mulher exercia um papel principal, ao longo de sua trajetória perde sua força, sendo reduzida a um mero artifício de conquista e sedução, arma para conseguir um bom casamento e também para manter este. É visto na década de 1990 como mais uma forma de capitalizar o corpo sexuado feminino e novamente, já no século XXI, é visto como um resgate da feminilidade latente. A mulher, bailarina de Dança do Ventre, representada pelas entrevistadas é aquela que é livre, que encanta, que se conhece, que se expressa através de sua arte. A mulher na Dança do Ventre, mesmo para quem nunca a praticou, é aquela que é forte, porém doce que se dedica a si em um autoconhecimento, mas se abre para o mundo, é também a representação daquela mulher ancestral que está vindo à tona novamente.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos & abusos da história oral*. 6. ed Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2005.

ISKANDARIAN, M. (Shahrazad). *Resgatando a feminilidade: expressão corporal pela dança do ventre*. São Paulo: Scortecci, 1998.

²⁰ CHARTIER, 1990, p. 17.



PORTINARI, M. *História da dança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHOHAT, Ella. A vinda para a América: reflexões sobre a perda de cabelos e de memória. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1 - 1º semestre de 2002, p.99-117. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC.

SOARES, Carmen Lúcia. *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.

Fontes

Entrevistada A.: 21 anos, não praticante. Entrevista realizada pela autora, 2013

Entrevistada B., 32 anos, ex-praticante. Entrevista realizada pela autora, 2013.

Entrevistada F., 30 anos, praticante/aluna. Entrevista realizada pela autora, 2013.

Entrevistada J., 33 anos, praticante/profissional. Entrevista realizada pela autora, 2013.

Recebido em 6 de dezembro de 2013.

Aceito para publicação em 31 de agosto de 2017.



RESENHAS

O Vale do Itajaí na obra literária: O vale do fim do mundo de Sándor Lénárd

Natan Mario Krutzsch

natandce@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

LÉNÁRD, Sándor. *O vale do fim do mundo*. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

“A paisagem é a imagem da paz e da felicidade. As árvores frutíferas provam que a laranja e a pera jamais faltam na mesa do colono; os pastos são verdes no verão e no inverno, e as vacas são tantas que o jantar e o café da manhã não preocupam. Os campos de arroz dos italianos e os terrenos de aipim dos alemães verdejam tranquilos. Patos bamboleiam às margens do córrego de Donna Irma, as galinhas são muitas, e dos dorsos dos porcos falta apenas a faca e o garfo para que a vida pacífica seja completa. Recomendaria o quadro para o artista que desejasse pintar o afresco da paz”¹.

Sándor Lénárd ou Alexander Lénárd (1910 – 1972) como ficou mais conhecido foi um médico, escritor, músico, pintor, poeta, tradutor – tendo domínio sobre pelo menos dez idiomas – e romancista húngaro, é representante do humanismo, herdeiro da valorização cultural burguesa que marcou a Europa do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Lénárd conheceu o horror da Primeira e Segunda Guerra Mundial, mudou-se da Hungria para a Áustria junto com sua família em decorrência da primeira. Mais tarde pela segunda, teve de se mudar da Áustria para a Itália devido a anexação da mesma pela Alemanha (*Anschluss*)². Observou como muitos a possibilidade de um conflito armado decorrente da Guerra Fria, e aos 43 anos, junto a sua esposa veio ao Brasil, passando a residir na pequena cidade de Dona Emma (SC) onde atuou como médico e farmacêutico³.

Em Dona Emma a vida de Lénárd é perpassada por diversos momentos, muitos deles relatados no decorrer da obra. Foi médico durante vários anos em sua farmácia, em 1960 se voltou para sua “*casa invisível*” que havia construído, continuando a atender as pessoas que ali vinham ou se deslocando até a casa delas. Tal período se destaca como muito fértil para ele pois durante a década de 60 verá várias de suas obras lançadas, entre elas: *Die Kuh auf dem Bast* (1963) escrito

1 LÉNÁRD, Sándor. *O vale do fim do mundo*. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013. p. 32.

2 SIKLÓS, Peter. S/d. Disponível em: <http://mek.oszk.hu/kiallitas/lenard/cv/indexde.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

3 DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma*: História do município. Florianópolis, 1996.



em alemão e publicado também em húngaro (1967) e traduzido para inglês (1965), *The Fine art of Romain Cooking* (1966) “A arte da cozinha romana”, que teve versões em alemão (1966) e húngaro (1986). E seu maior destaque em termos de vendas e visibilidade alcançada que se deu com a tradução para o Latim do “Ursinho Pohh” (*Winnie the Pohh*) o qual em seus diários havia usado para o ensino de Inglês em 1943⁴. “*Winnie Ille Pu*” chegou a ter mais de 100.000 cópias vendidas e a esgotar a 4ª edição da obra. Ocupou assim espaço dentro da cultura internacional e ganhou enorme prestígio em determinados círculos como o de estudiosos da cultura e línguas na Europa e EUA. Nos EUA passou a ocupar uma cadeira de professor de Latim e Grego a partir de 1967 até 1968⁵.

O livro “*O vale do fim do mundo*” foi publicado originalmente em húngaro em 1967, e recentemente ganhou uma versão em português, traduzido por Paulo Schiller e publicado pela editora Cosac Naify em 2013, sendo a primeira obra completa de Lénárd traduzida para o português. Tal distância entre a escrita de sua obra e sua publicação em língua portuguesa observo como resultado de diversos processos. As suas obras inicialmente foram escritas em outros idiomas, tendo assim que ser traduzidas, além disso Lénárd buscava com elas chegar a círculos de estudiosos europeus e estadunidenses e com isso sua linguagem dialogava mais com estes do que com o do meio brasileiro, além do mais, sua linguagem em “*O vale do fim do Mundo*” é irônica, apresentando situações da vida brasileira de forma satírica, algo que muitas vezes não agrada.

A memória e obra deste escritor vêm sendo retomada assim aos poucos. O livro de pouco mais de 200 páginas traz um olhar de imigrante acerca da formação da região. É um romance de ficção autobiográfico no qual são apresentadas questões que norteiam a formação de Dona Emma e do Vale do Itajaí em Santa Catarina, assim como, a própria vida do autor. Seus “causos”, são exemplos de seu novo cotidiano, os costumes observados, as credices, a vida política e administrativa. Estes elementos se relacionam em forma de contraste para o autor entre uma Europa “desenvolvida” e um Brasil a se fazer. Ele compõe a obra com um olhar de distanciamento, mas que o coloca como elemento central na composição da realidade que viveu, em especial, ao formular sobre sua vida no Brasil em oposição a vida que levou na Europa desestabilizada pelas guerras, tendo ele passado fome e “temido” a morte.

4 SIKLÓS, 2017.

5 Ibidem.



O livro vai se desenrolando em uma prosa na qual Lénárd estabelece uma conversa com o leitor, com pequenas divisões entre os “causos” que logo se relacionam, isto nos dá a sensação de que estamos a conversar com ele em alguma roda de conversa, ainda mais, por trazer várias vezes uma linguagem comum do dia a dia desta região, onde as línguas de imigrantes portugueses, italianos, alemães se inter-relacionaram e junto as palavras indígenas formaram um novo dialeto.

No decorrer da escrita traz ainda vários elementos de sua erudição, frases em Latim, citação de outros autores e de personagens de obras clássicas da literatura internacional. Articula também os diferentes perfis étnicos que compõem a região, o português que é relacionado com os cargos públicos e a burocracia, os novos colonizadores em sua maioria alemães e italianos – mas também outros europeus – que reelaboram suas vidas a partir das novas condições encontradas. A narrativa é cunhada a partir das memórias dos imigrantes acerca de como seus antepassados chegaram ali, assim como, da observação do autor e de seu repertório de leituras. Lénárd fala acerca das línguas que trazidas do além-mar se modificaram, ganhando contornos de outras línguas com as quais se relacionaram, das religiões – em especial católica e protestante – que aqui dividiram espaço e da culinária destes imigrantes que se modifica pelos elementos disponibilizados pelo novo ambiente.

Os novos dilemas da vida desses grupos emigrados são relacionados com os remanescentes de grupos indígenas que lutam para preservar sua cultura a margem da nova sociedade que se está estabelecendo. Ao expor esses diferentes grupos, suas diferenças culturais, suas memórias, Lénárd compõe um quadro complexo e dinâmico da formação histórica do vale, das memórias idealizadas e distorcidas de descendentes europeus quanto a seus países de origem e quanto ao trabalho de seus antepassados para a fundação das cidades do Vale do Itajaí, das exclusões, dos preconceitos, mas também das assimilações. Das relações humanas.

Podemos observar tal obra como um reflexo de interesses pessoais de Lénárd no âmbito da produção literária na qual buscava alcançar círculos por ele considerados de grande valor. Por outro lado, na obra, Lénárd alerta para a preservação da história desse colono emigrado a partir da escrita, o que reforça a preocupação do autor por preservar a memória, mesmo que o fazendo a partir de um tom irônico e de relativa superioridade ao colocar o colono como incapaz de escrever sua própria história, delegando assim a terceiros essa função que ele abarca a partir da produção de tal obra literária. O livro traz ainda ilustrações na capa e nas primeiras páginas do próprio Lénárd, mostrando ao visitante um pouco da rica flora da região, a geografia e a estruturação do vale, com suas casas de madeira dispostas em enormes campos, rodeadas por montanhas e árvores. A região



do Vale do Itajaí é uma região consolidada ao longo das margens do Rio Itajaí Açu, Rio Itajaí Mirim e alguns outros afluentes que lhe dão a característica de vale, Dona Emma cidade de nosso narrador se estrutura no alto deste vale. A região é fortemente influenciada em sua composição sócio/cultural pela imigração europeia em especial alemã a partir do século XIX.

A região é formada por uma composição de imigrantes vindos em diferentes momentos de diferentes lugares e por diferentes propósitos/motivos, estas questões aparecem de múltiplas formas e nas narrativas de diversos personagens, inclusive do próprio autor que destaca as crises e as guerras que assolaram a Europa e deram vazão a expressões autoritárias como o nazifascismo como um dos motivos para sair da Europa. Essas pessoas que aqui chegaram se relacionaram de forma diversa com a realidade que encontraram, criando assim, novas identidades e costumes, que por Lénárd, são compostas em atos ao desenrolar do livro.

Algumas questões apresentadas no livro ainda hoje se configuram como reais problemas para as cidades do Vale do Itajaí, sendo assim, possibilitam pensar o passado a partir do presente. É o caso das relações do emigrado com as cheias dos rios, as quais provocam quase que anualmente enchentes em algumas destas regiões/cidades. A questão indígena e a segregação entre os moradores desta região é ainda hoje fruto de embates e preconceitos. A formação do vale apresenta elementos culturais e práticas interessantíssimas por outro lado, como a valorização da identidade germânica por parte de alguns grupos e mesmo do poder público⁶.

Para o autor tal região tem uma riqueza gigantesca, por parte da fauna e da flora, mas sua riqueza principal está no aspecto cultural emanado do povo, sua diversidade:

Onde não existem estradas e não existe letra, o novo homem se constitui mais devagar. As antigas palavras ainda vivem; vivem línguas menores, proibidas: os alemães que falam diferentes dialetos, com as palavras próprias e as portuguesas, com o italiano mal compreendido e o botocudo, criaram o alemão catarinense, e se espantam muito quando o compatriota que vem de além-mar não compreende que churrasco significa carne assada e abacaxi, ananás...⁷.

Nosso autor ao descrever um pouco a formação e a região na qual constrói residência nos apresenta um quadro com movimento no qual as práticas e relações são pouco a pouco

6 Tal tema é discutido em: FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: Méri Frostcher; Cristina Ferreira. (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. 1ª ed. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 185-205.

7 LÉNÁRD, 2013. p. 29



transformadas, mostrando um pouco a dinâmica do processo histórico humano. É nesse sentido um livro belo e instigante enquanto obra literária e carregada de aspectos históricos sobre a relação do ser humano com o tempo o espaço e a memória.

Referências

DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: História do município*. Florianópolis, 1996.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: Méri Frostcher; Cristina Ferreira. (Org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. 1ª ed. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 185-205

LÉNÁRD, Sándor. *O vale do fim do mundo*. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013. p. 32.

SIKLÓS, Peter. S/d. Disponível em: <http://mek.oszk.hu/kiallitas/lenard/cv/indexde.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Recebido em 2 de novembro de 2015.

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2017.





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968